

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOSSISTEMAS**

Clarissa de Quadros

**A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NAS AGROINDÚ-
TRIAS FAMILIARES DO LITORAL SUL CATARINENSE E AS
IMPLICAÇÕES NO PROCESSO SUCESSÓRIO.**

Florianópolis

2012

Clarissa de Quadros

A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO LITORAL SUL CATARINENSE E AS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO SUCESSÓRIO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Agroecossistemas.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas.

Florianópolis

2012

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

Qlp Quadros, Clarissa de

A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral sul catarinense e as implicações no processo sucessório [dissertação] / Clarissa de Quadros ; orientador, Valmir Luiz Stropasolas. - Florianópolis, SC, 2012.

157 p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Propriedades familiares. 3. Agroindústria. 4. Jovens. 5. Herança e sucessão. I. Stropasolas, Valmir Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

CDU 631

Clarissa de Quadros

A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do Litoral Sul Catarinense e as implicações no processo sucessório.

Dissertação aprovada em 20/04/2012, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PGA

Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas
Presidente
(CCA-UFSC)

Prof. Dr. Maria Ignez Paulilo
Membro
(UFSC)

Dr. Luiz Carlos Mior
Membro
(EPAGRI)

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella
Membro
(CCA-UFSC)

Florianópolis, 20 de abril de 2012.

Aos meus pais, Cleusa e Milton,
e ao meu namorado Bruno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço 'infinitamente' aos meus pais Cleusa M. T. de Quadros e Milton Nilo de Quadros por me apoiarem sempre, não me deixando abalar nos momentos de fraqueza. Meus pais, meu tudo, minha base de vida. Obrigada!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas pela paciência e apoio durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu namorado Bruno Sacconi Canaver, por seu companheirismo e disposição em sempre me ajudar. A distância entre nós é apenas um pequeno detalhe!

Aos meus colegas de faculdade, Hellen, Monique, Eliane, Rodrigo, Paola, Lucilene e Aline. Nossos cafés, conversas e lamentações foram essenciais por passar por mais esta etapa em minha vida.

A Carol, grande amiga e confidente.

Aos técnicos do Instituto Cepa/SC, especialmente ao Tabajara Marcondes, ao Luiz Carlos Mior, a Márcia Mondardo e a Janice W. Reiter, pelas informações imprescindíveis para concretização desta pesquisa.

Aos extensionistas da Epagri Lenir Pirola, Márcio Dalpizzo, Jerusa Rodrigues Pereira, Elza Maria de Souza, Teresinha Baldo Volpato, Juliana K. Duarte Lunardi, Sônia Maria Bruning Ascari e a Noeli Pazetto por disponibilizarem seu tempo para me acompanhar durante as visitas nas agroindústrias familiares.

Aos jovens agricultores e seus pais que participaram deste trabalho com simplicidade e presteza.

E, finalmente, sou grata a Janete Guenka pelos serviços prestados, ao Programa de mestrado em Agroecossistemas pela oportunidade e à CAPES por me apoiar financeiramente durante toda a pesquisa.

Muito obrigada!

“A lição é a seguinte: nunca desista, nunca, nunca, nunca. Em nada. Grande ou pequeno, importante ou não. Nunca desista!”

(Winston Churchill)

RESUMO

A agricultura familiar é responsável por grande parte do abastecimento alimentar, pela diversificação das atividades econômicas e pela manutenção do tecido social e cultural nos espaços rurais. Apesar de sua relevância na produção agrícola e sua capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais, diversos estudos apontam a crescente migração dos jovens do meio rural o que têm implicado na ausência de sucessores nas unidades familiares. Entretanto, as agroindústrias familiares vêm surgindo como uma importante estratégia de reprodução social permitindo a permanência dos agricultores e de suas famílias no campo, pois acaba absorvendo mão-de-obra familiar como a das mulheres e jovens. Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo analisar a participação dos jovens rurais em todas as atividades realizadas nas agroindústrias, desde a produção da matéria-prima, beneficiamento, comercialização dos produtos e administração do empreendimento; e o seu efeito gerado na permanência e sucessão da unidade familiar. Para isso, foi verificado o grau de satisfação dos jovens com as atividades desempenhadas nas agroindústrias, a autonomia, remuneração pelo serviço prestado e o envolvimento na tomada de decisão. O trabalho foi realizado no Litoral Sul Catarinense em sete municípios: Grão Pará, Imaruá, São Ludgero, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio e Tubarão. A pesquisa foi fundamentada em métodos qualitativos, adotando como estratégia os casos múltiplos (agroindústrias e municípios). A população deste estudo é formada por jovens com faixa etária entre 15 e 24 anos, de ambos os sexos e que trabalham nas agroindústrias familiares. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os jovens e com os pais dos jovens envolvidos com agroindústrias familiares de diferentes ramos. De acordo com os dados obtidos, a permanência dos jovens e posterior sucessão da unidade familiar depende da intensidade da sua participação nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias e de fatores condicionantes como satisfação, motivação, autonomia, afinidade e remuneração pelo serviço prestado. Portanto, constatou-se diferenças entre gênero e geração em relação à permanência e sucessão dos jovens nas unidades familiares. Geralmente, jovens entre 15-19 anos estavam indecisos ou não pretendiam permanecer na propriedade buscando outros projetos de vida. Ao contrário dos jovens entre 20-24 anos que pretendiam permanecer e suceder seus pais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroindústrias familiares. Jovens. Permanência. Sucessão geracional.

ABSTRACT

Family farm is responsible for much of the food supply, diversification of economic activities and the maintenance of social and cultural fabric in rural areas. Despite its importance in agricultural production and its ability to interact with other economic and social activities, several studies point to the increasing migration of rural youth who are involved in the lack of successors in family units. However, family agroindustry are emerging as an important strategy of social reproduction allowing the permanence of the farmers and their families in the field, because it ends up absorbing labor, family labor as women and youth. Thus, this study aimed to analyze the participation of rural youth in all activities in family agroindustry, from production of raw materials, processing, marketing of products and management of the enterprise, and their effect generated in the permanence and succession family unit. For this, we checked the degree of satisfaction of young people with the activities performed in family agroindustry, autonomy, compensation for their service and involvement in decision making. The study was conducted in the South Coast of Santa Catarina in seven counties: Grão Pará, Imaruí, São Ludgero, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio and Tubarão. The research was based on qualitative methods, adopting a strategy many cases (agroindustry and counties). The study population consists of young people aged between 15 and 24 years, of both sexes, working in family agroindustry. To collect data were semi-structured interviews with young people and parents of young people involved in family agroindustry from different branches. According to the data obtained, the permanence of the young and subsequent succession of the family unit depends on the intensity of their participation inactivities in the agroindustry and conditioning factors such as satisfaction, motivation, autonomy, affinity and pay for the service provided. Therefore, we found differences between gender and generation in relation to residence and succession of young people in family units. Generally, young people ages 15-19 were undecided or did not intend to stay in the property looking for other life projects. Unlike young people aged 20-24 years who wanted to stay and succeed their parents.

Keywords: Family farm. Family agroindustry. Youth. Permanence. Succession.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição das agroindústrias familiares conforme as Unidades de Gestão Técnica da Epagri.....	63
Figura 2: Renda bruta mensal dos produtos beneficiados nas agroindústrias.....	87
Figura 3: Assistência técnica nas agroindústrias familiares pesquisadas.....	89
Figura 4: Escolaridade dos jovens entrevistados com recorte de gênero.....	96
Figura 5: Etapas do processo de agroindustrialização.....	100
Figura 6: Participação dos jovens no trabalho desenvolvido nas agroindústrias familiares.....	102
Figura 7: Remuneração dos jovens pelo serviço prestado nas agroindústrias.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização da amostra.....	81
Quadro 2: Principais tipos de produtos das agroindústrias familiares pesquisadas	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Agroindústrias familiares por tipo de produto, de acordo com UGTs da Epagri (2009).....	65
Tabela 2: Forma de organização e participação das agroindústrias em cooperativa ou associação (2009).....	65
Tabela 3: Pessoas que permaneceram ou retornaram ao meio rural catarinense em função das agroindústrias (2009).....	66
Tabela 4: Pessoas que permaneceram ou retornaram ao meio rural em função de trabalharem nas agroindústrias no Litoral Sul Catarinense.....	67
Tabela 5: População Rural e Urbana dos municípios pesquisados do Litoral Sul Catarinense, variação de População entre 2000 e 2010 e Densidade Demográfica.....	70
Tabela 6: Estabelecimentos, área, agricultura familiar e agricultura não familiar nos municípios pesquisados.....	71
Tabela 7: Número de estabelecimentos agropecuários e grupos de área total nos municípios pesquisados.....	72
Tabela 8: Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor nos municípios pesquisados.....	72
Tabela 9: Produto Interno Bruto dos municípios pesquisados.....	73
Tabela 10: Perfil dos agricultores familiares entrevistados nos municípios selecionados.....	77
Tabela 11: Tamanho das propriedades rurais das famílias que possuem agroindústrias familiares.....	78
Tabela 12: A relação total do número de filhos por casal nas agroindústrias familiares visitadas.....	78
Tabela 13: Diversidade de fontes de renda das famílias entrevistadas.....	79
Tabela 14: Procedência da matéria-prima das agroindústrias familiares pesquisadas.....	86
Tabela 15: Contratação de mão-de-obra nas agroindústrias familiares pesquisadas.....	87
Tabela 16: Forma de aprendizagem e interesse das famílias de agricultores em produzir determinado produto nas agroindústrias familiares.....	91
Tabela 17: Responsável pela agroindústria familiar.....	92
Tabela 18: Membros da família envolvidos na agroindústria familiar.....	93
Tabela 19: Distribuição percentual da participação dos jovens no trabalho desenvolvido nas agroindústrias.....	101

Tabela 20: Distribuição percentual do Grau de satisfação dos jovens entrevistados.....	109
Tabela 21: Distribuição percentual do Grau de satisfação dos jovens referente a todas as etapas de agroindustrialização.....	111
Tabela 22: Distribuição percentual da autonomia dos jovens entrevistados nas agroindústrias familiares.....	114
Tabela 23: Distribuição percentual da autonomia dos jovens referente à todas as etapas de agroindustrialização.....	115
Tabela 24: Distribuição percentual do envolvimento dos jovens na tomada de decisão.....	121

LISTA DE SIGLAS

AGRECO – Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral
AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul
AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna
CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços
LAC – Levantamento Agropecuário Catarinense
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PEA – População Economicamente Ativa
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIE – Sistema de Inspeção Estadual
SIM – Sistema de Inspeção Municipal
UGT – Unidade de Gestão Técnica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
A Metodologia da Pesquisa e o Trabalho de Campo.....	27
A Estrutura da dissertação.....	30
CAPÍTULO 1 – A AGRICULTURA FAMILIAR.....	33
1.1 Definições e importância socioeconômica e ambiental para o desenvolvimento dos pequenos municípios.....	33
1.2 Redefinições demográficas e o novo perfil das famílias de agricultores	37
1.3 A sucessão geracional na agricultura familiar.....	40
1.4 Os jovens rurais na atualidade.....	46
CAPÍTULO 2 – NOVAS RURALIDADES E A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COM BASE FAMILIAR.....	55
2.1 A emergência das novas ruralidades e a agricultura familiar.....	55
2.2 Agroindústrias familiares: conceito & importância.....	58
2.3 Agroindústrias familiares de Santa Catarina.....	62
CAPÍTULO 3 – CONTEXTO DA PESQUISA, CARACTERIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ANALISADAS E O PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS.....	69
3.1 Descrição da Área de Pesquisa.....	69
3.2 Histórico da agricultura familiar.....	73
3.3 Caracterização das propriedades familiares.....	77
3.3.1 Perfil das famílias de agricultores entrevistados..	77
3.4 As agroindústrias familiares pesquisadas.....	80
3.5 Perfil dos jovens entrevistados.....	94
CAPÍTULO 4 – O PAPEL E O LUGAR OCUPADO PELOS JOVENS NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES PESQUISADAS NO LITORAL SUL CATARINENSE.....	99
4.1 O trabalho dos jovens nas agroindústrias familiares..	101
4.2 O Grau de satisfação dos jovens com o trabalho na agroindústria.....	108
4.3 Autonomia.....	113
4.4 Remuneração pelo serviço prestado.....	117
4.5 Envolvimento na tomada de decisão.....	120

CAPÍTULO 5 – FICAR OU PARTIR? O ENVOLVIMENTO DOS JOVENS NAS AGROINDÚSTRIAS E AS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO SUCESSÓRIO.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
APÊNDICE.....	153

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as questões referentes ao processo sucessório na agricultura familiar tomaram outro rumo. Antigamente¹, os jovens do meio rural seguiam as mesmas regras que formaram os destinos de seus pais e permaneciam no campo, seja na unidade familiar ou em busca de mais terras. Hoje, a continuidade das atividades agrícolas entre as sucessivas gerações modificou-se, acabando a naturalidade que existia entre o destino da unidade de produção e o destino dos membros da família (MELLO et al., 2003). Além disso, a significativa redução do número de filhos e as mudanças nas relações familiares têm possibilitado aos jovens buscar alternativas individualizadas (BRUMER, 2007). Muitos jovens acabam desistindo das atividades agrícolas, migrando para os centros urbanos atrás de oportunidades de trabalho e continuidade dos estudos.

De acordo com o Levantamento Agropecuário Catarinense² (LAC, 2002/2003), 28,5% dos estabelecimentos familiares pesquisados em Santa Catarina, não contavam com filhos residentes, ou seja, a não reversão deste quadro define um futuro preocupante quanto à sucessão na propriedade e no processo da continuidade das atividades agrícolas. Estudos revelam que os principais problemas sociais relacionados a esse grupo referem-se aos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades implicando no envelhecimento e masculinização das populações rurais (STROPASOLAS, 2006; BRUMER; ANJOS, 2008).

¹ Conforme Abramovay et al. (1998, p. 28) o padrão sucessório que conduzia a sucessão das unidades familiares baseava-se num duplo objetivo: assegurar a integridade do estabelecimento paterno além de garantir a instalação dos demais filhos na agricultura. Como forma de atender estes objetivos e assegurar a sucessão profissional até o final dos anos 60, os autores apontavam quatro maneiras: pela instituição do minorato, onde a terra paterna era transmitida ao filho mais novo que também era responsável pelo cuidado dos pais na velhice; pelo esforço permanente de dotar os filhos mais velhos dos meios que permitissem a reprodução de sua condição de agricultores; pela valorização da atividade agrícola como forma de realização na vida adulta; e por fim, pela mobilidade espacial e a presença de mercado de terras que permitia a instalação dos filhos na agricultura.

² Para a realização deste levantamento no estado de Santa Catarina foram consultados 161.445 estabelecimentos, destes, 45.994 (28,5%) não tinham jovens residentes.

Devido a estes fatores, diversos estabelecimentos acabam não tendo nenhum sucessor e, conseqüentemente, acabam por inviabilizar a continuidade dos mesmos comprometendo o processo sucessório. Além disso, a descapitalização das propriedades e os problemas estruturais não resolvidos (concentração de terras, precariedade educacional, conflitos entre gerações, submissão dos jovens e mulheres à figura paterna, e o próprio processo sucessório) estão pondo em risco a reprodução do modelo familiar de agricultura. Por outro lado, as novas funções demandadas pela sociedade às famílias de agricultores, entre as quais podemos citar a produção de alimentos de qualidade, a preservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural rural, o turismo rural, artesanato e a agroindustrialização podem contrapor-se a este cenário marcado pelo movimento migratório dos jovens e a esta tendência de envelhecimento e masculinização das populações do meio rural.

Desse modo, na perspectiva de aperfeiçoar os sistemas tradicionais da agricultura familiar e criar alternativas para consolidá-la, as agroindústrias familiares vêm se caracterizando como uma alternativa importante para uma parcela dos agricultores e suas famílias. Além de possibilitar a agregação de valor aos produtos, estes pequenos empreendimentos acabam gerando postos de trabalho com grande participação de mulheres e jovens, aumentando a renda das famílias agricultoras (PETTAN, 2005). Conforme a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri, 2010), a atividade envolve cerca de cinco a seis pessoas por empreendimento, onde o faturamento dessas pequenas agroindústrias estaria estimado em mais de R\$ 200 milhões por ano, gerando aproximadamente R\$ 24 milhões de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS). Esses dados são relevantes, a partir do momento que agroindústrias familiares geram mais do que emprego e renda, mas também valorizam os agricultores e melhoram a qualidade de vida das famílias.

É, nesse sentido, que as agroindústrias familiares estão se apresentando como uma importante estratégia de reprodução social, pois permitem a permanência dos agricultores e de suas famílias no meio rural assim como o envolvimento de todos os membros da unidade familiar nos processos produtivos (SPANEVERELLO; LAGO, 2008). Entretanto, é o desejo dos filhos de permanecerem nas unidades produtivas que influenciará na continuidade das atividades agrícolas e desses pequenos empreendimentos. Diante deste quadro, marcado por transformações sociais na agricultura familiar, as questões sucessórias passaram a preocupar os agentes relacionados com esse segmento. Desse modo, o presente estudo analisou a participação dos jovens rurais em todas as atividades

realizadas nas agroindústrias, desde a produção da matéria-prima, beneficiamento, comercialização dos produtos e administração do empreendimento; buscando compreender se a implantação das agroindústrias familiares influencia na permanência dos jovens no meio rural e posterior sucessão nos estabelecimentos.

Assim, a investigação desta pesquisa fundamentou-se na seguinte questão: Em que medida a participação dos jovens nas agroindústrias familiares influencia na sua permanência no meio rural e na sucessão geracional no âmbito familiar?

O objetivo geral deste estudo foi analisar a participação dos jovens nas atividades realizadas nas agroindústrias familiares e o efeito gerado na sua permanência no meio rural e no processo sucessório da unidade familiar. Para tanto foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar a divisão por gênero no trabalho realizado pela juventude rural nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares; b) Analisar a participação dos jovens nas agroindústrias familiares quanto aos aspectos de autonomia, grau de satisfação, remuneração e envolvimento na tomada de decisão; c) Averiguar quais são os principais condicionantes que influenciam os jovens na sua decisão de permanecer e suceder os pais nas agroindústrias familiares; d) Identificar até que ponto as agroindústrias familiares estimulam o retorno de jovens ao meio rural.

As hipóteses que orientam o desenvolvimento da pesquisa podem ser apresentadas nos seguintes termos: a) A participação nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares favorece a permanência dos jovens no meio rural e estimula a sucessão entre as gerações na unidade familiar, tornando-se uma alternativa de trabalho e de renda para os jovens rurais; b) Nas agroindústrias familiares é a família como um todo que se envolve nos empreendimentos, entretanto, ainda existe uma concentração no chefe da família (figura paterna) das principais decisões que são tomadas nas atividades desenvolvidas.

A Metodologia da Pesquisa e o Trabalho de Campo

Para a realização desta pesquisa primeiramente foi consultado o levantamento de dados das agroindústrias familiares de Santa Catarina efetivado pela Epagri e pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa) em 2011. Na presente pesquisa adotou-se a divisão ge-

ográfica em Unidades de Gestão Técnica (UGT)³ do estado de Santa Catarina, proposta pela Epagri e utilizada no referido levantamento. Cada UGT corresponde a um espaço territorial contíguo, com características semelhantes no que se refere aos aspectos agroecológicos, políticos e socioeconômicos. Portanto, foi escolhida a UGT 8 – Litoral Sul Catarinense, dela foram selecionados sete municípios⁴: Grão Pará, Imaruí, São Ludgero, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio e Tubarão. Dois critérios para a seleção destes municípios foram adotados: i) maior quantidade de agroindústrias por município⁵ e, ii) presença de jovens com faixa etária entre 15 e 24 anos, de ambos os sexos e que permaneceram nas propriedades trabalhando nas agroindústrias familiares. Cabe salientar que tivemos acesso ao levantamento de informações mais específicas e detalhadas referentes à UGT 8 escolhida para a pesquisa em 2010. Desse modo, a escolha desses municípios foi devido à representatividade das agroindústrias familiares nestes locais, com produção agrícola diversificada e mão-de-obra familiar.

Em relação à seleção das agroindústrias familiares que comporiam a amostra da pesquisa de campo, solicitou-se o auxílio dos extensionistas da Epagri pelo fato de darem assistência técnica e conhecerem melhor a região. Portanto, a partir dos critérios estabelecidos pela pesquisadora os extensionistas selecionaram as agroindústrias familiares, facilitando também a aproximação com os jovens e pais entrevistados.

O trabalho de campo foi dividido em duas etapas: a primeira etapa foi em abril de 2011 nos municípios de Tubarão, Treze de Maio e São Martinho. Enquanto a segunda etapa foi realizada em maio de 2011, nos municípios de São Ludgero, Grão Pará, Imaruí e Santa Rosa de Lima. A estratégia metodológica da pesquisa foi fundamentada no estudo de casos múltiplos (agroindústrias e municípios) visando abordar de forma qualitativa a problemática da pesquisa. De acordo com Yin (2004, p.21), “a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos”. Ainda, a respeito do estudo de caso como estratégia de pesquisa, o autor salienta:

³ A divisão geográfica em Unidades de Gestão Técnica (UGT) de Santa Catarina pode ser vista na Figura 1, p.63 desta dissertação.

⁴ Estes municípios pertencem a Microrregião de Tubarão nos quais são associados à Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL).

⁵ Com exceção do município Santa Rosa de Lima selecionado por ser reconhecido no estado de Santa Catarina pela sua importância na agricultura familiar, agroecologia e no agroturismo.

[...] os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma ‘amostragem’, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística) (YIN, 2004, p. 29).

No caso, como instrumento para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os pais dos jovens e posteriormente com os jovens. Segundo Boni e Quaresma (2005, p.75), a opção pela técnica de entrevista semi-estruturada apresenta algumas vantagens como:

[...] sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005, p.75).

No total, 22 agroindústrias familiares de diferentes ramos foram visitadas, em média de duas a quatro agroindústrias por município. As entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas através de um roteiro composto por questões previamente estabelecidas e formuladas com base nas questões que seriam investigadas. Quanto aos jovens, foram realizadas 21 entrevistas com treze rapazes e oito moças. A condição dos jovens na família geralmente é de subordinação, sobretudo das moças. Apesar das moças constituírem uma força importante de trabalho na u-

nidade familiar, elas sentem-se insatisfeitas por não terem uma renda fixa, maior autonomia e acesso ao lazer, por exemplo. Estes fatores acabam por implicar na maior migração feminina, o que pode ser verificado na menor quantidade de moças (em relação aos rapazes) morando com os pais nas agroindústrias visitadas. Isto explica as dificuldades para encontrar as jovens nos estabelecimentos no momento da realização da pesquisa e o fato de termos um menor número de moças entrevistadas. Diante destas condições, o menor número de moças entrevistadas foi mantido. No entanto, a nossa amostragem representa aproximadamente 15% do universo de jovens existentes nas agroindústrias familiares da região delimitada para este estudo, o que é condizente com os objetivos de uma pesquisa qualitativa.

Para não ocorrer interferência nas respostas, as entrevistas num primeiro momento eram realizadas com os pais dos jovens e, posteriormente, com os jovens. Em relação aos pais, foram realizadas 16 entrevistas. Como particularidade resolveu-se entrevistar três famílias que não tinham jovens, ou seja, uma propriedade com casal de idosos e duas com casais que tinham crianças. O intuito foi saber como estes pais influenciaram ou influenciam seus filhos para a permanência na propriedade e sua percepção quanto à situação dos jovens na comunidade em que residiam.

Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos entrevistados. A sistematização e tabulação das informações a campo teve como referência o Software Sphinx, mas como houve problemas para gerar os dados optou-se por fazer as figuras e tabelas no Excel. No entanto, compreender o funcionamento deste Software foi muito útil para organização e tratamento dos dados. Posteriormente o conteúdo foi analisado, buscando construir uma interpretação capaz de ultrapassar as manifestações expressas pelos entrevistados.

A Estrutura da dissertação

A dissertação é composta por cinco capítulos. No Capítulo 1 é feita uma discussão sobre os conceitos de agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento dos pequenos municípios. Neste mesmo Capítulo, procurou-se identificar o novo perfil das famílias de agricultores buscando compreender a sucessão geracional além dos conceitos e dimensões (trabalho, migração, permanecer versus partir, reivindicações) que permeiam este grupo social – juventude rural.

No Capítulo 2 buscou-se analisar a emergência das novas ruralidades no meio rural com foco nas agroindústrias familiares rurais. Em seguida, discute-se o conceito e a importância das agroindústrias familiares, priorizando as existentes em Santa Catarina.

No Capítulo 3 apresentam-se os resultados contextualizando o espaço empírico da pesquisa e a caracterização das propriedades tendo como foco o perfil dos jovens que trabalham nas agroindústrias.

No Capítulo 4 analisou-se através dos cinco aspectos propostos (trabalho, autonomia, grau de satisfação, remuneração pelo serviço prestado e envolvimento na tomada de decisão) qual é o papel e lugar ocupado pelos jovens nas agroindústrias familiares localizadas no Litoral Sul Catarinense.

E, por fim, no Capítulo 5 identificamos quais os principais aspectos que influenciam na decisão dos jovens entre permanecer ou sair do meio rural, diante da possibilidade de trabalhar nas agroindústrias, analisando suas implicações no processo sucessório.

CAPÍTULO 1 – A AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 Definições e importância socioeconômica e ambiental para o desenvolvimento dos pequenos municípios

Qual o propósito de se conceituar a agricultura familiar? As indagações em relação ao papel da agricultura e seus aspectos intrínsecos estão atrelados a particularidades e complexidades que apontam para além de uma racionalidade única. Guanziroli e Cardim (2000, p. 10) enfatizam que o universo agrário “é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária, seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção”. Assim, acabam por responder de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Dessa mesma forma, o universo da agricultura familiar é caracterizado como heterogêneo. Portanto, definir a agricultura familiar não é uma tarefa simples, pois exige uma multiplicidade de metodologias, além de critérios e variáveis diferenciadas para construir “tipologias de produtores”.

Nesse sentido, o debate em torno desse segmento se dá por duas vias: a que define agricultura familiar, conceituando-a e a que busca diferenciá-la de outras categorias. Não se trata aqui de aprofundar esta questão, porém, torna-se necessário apresentar uma síntese das principais definições dessa categoria social.

Lamarche (1997, p.15) prefere utilizar o termo exploração familiar, definindo-a “como uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família”. Em seu modelo de análise o autor identificou três “tipos ideais” de agricultores familiares: i) aqueles cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar (*Modelo Familiar*); ii) aqueles que somente estão interessados na sobrevivência da família (*Modelo de Subsistência*) e; iii) aqueles cujo objetivo seria um tipo de exploração agrícola organizada com base no trabalho assalariado para a “obtenção de um ganho máximo” (*Modelo Empreendimento Agrícola*). O autor destaca a heterogeneidade existente na exploração agrícola e enfatiza que “a coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida em um modo de produção específico, como é o caso da exploração camponesa ou da empresa de produção” (LAMARCHE, 1997, p. 20).

Vários autores buscam compreender e conceituar este modo de reprodução das famílias que vivem em pequenas propriedades rurais, nas quais anteriormente eram designadas como sociedade camponesa. Desse modo, é importante distinguir exploração camponesa de exploração familiar. Segundo Lamarche (1997, p.16) “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”, afirmando que a agricultura familiar está mais vinculada ao mercado do que a tipo camponesa.

Neste contexto, apesar de ter proximidade com o campesinato, a agricultura familiar permeia novas concepções originando formas de produção e comercialização diferenciadas daquelas relacionadas à comunidade camponesa. Além disso, a agricultura familiar tem como cenário o modelo capitalista responsável por atuar de forma significativa na autonomia reprodutiva das unidades familiares agrícolas, permitindo o fortalecimento de uma agricultura mercantilizada. Schneider e Nierdele (2008) também abordam as diferenças e semelhanças existentes entre estas categorias:

[...] embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentados em relações de parentesco, entre outras; o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p.994).

Segundo Wanderley (2001), a agricultura familiar não é uma categoria social recente. Conforme a autora, agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume também o trabalho no estabelecimento produtivo. A autora coloca em relevo que o caráter familiar não é um mero detalhe, pois o fato de uma estrutura produtiva associar famí-

lia-produção-trabalho irá ter conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Desse modo, uma das conseqüências dessa forma de agir seria atender às necessidades do grupo doméstico e à reprodução das gerações. A conjugação desses dois objetivos resulta nas características fundamentais da agricultura familiar: “a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar” (WANDERLEY, 2001, p.26).

De acordo com Blum (2001), agricultor familiar é aquele que tem sua principal fonte de renda baseada na agricultura, ou seja, mais de 80% e cuja mão-de-obra utilizada na propriedade venha fundamentalmente de membros da família. Emprego de terceiros é permitido temporariamente. Em caso de contratação de mão-de-obra externa permanente, a mão-de-obra familiar deve ser equivalente a 75% do total utilizado na propriedade. Para Abramovay et al. (1998), o conceito de agricultura familiar é aquele em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento.

Além das classificações acadêmicas, a delimitação formal deste conceito está previsto na Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei 11.326/06, de 24/07/2006). Esta lei estabelece como agricultor familiar e empreendedor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, os respectivos requisitos: i. não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; ii. utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii. tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e; iv. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, as definições de agricultura familiar adotadas pelos autores, convergem para um ponto em comum: a família é proprietária dos meios de produção assumindo o trabalho e a gestão nas unidades produtivas. A respeito das definições de agricultura familiar Abramovay (1998a), sublinha:

Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuições de

crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística a nível acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes nela (ABRAMOVAY, 1998a, p.146).

As unidades de produção familiar apresentam características que demonstram, em geral, sistemas complexos de produção, devido a sua tendência à diversificação, combinando várias culturas, integração lavoura-pecuária, além de trabalhar em pequenas escalas de produção (CARMO, 1998; WANDERLEY, 2001). A diversidade da agricultura familiar está relacionada tanto na disponibilidade de recursos, no acesso aos mercados, na capacidade de geração de renda e acumulação, assim como na região da execução da mesma. Isto é, enquanto uma parte dos estabelecimentos gera um nível de renda sustentável, outra passa por grandes dificuldades. Uma forma de analisar a diferença deste universo é a partir do número de estabelecimentos familiares no País. Conforme o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE existem no Brasil 4.367.902 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares (24,3%). Na região Sul são 907.635 estabelecimentos, cujas propriedades do tipo familiar correspondem a 90,5% do total, ocupando 43,8% da área e respondendo por cerca de 57,1% do valor de produção. No Estado de Santa Catarina há 168.544 estabelecimentos familiares, correspondendo uma área de 2.645.088 hectares. No entanto, a região Sul do País possui especificidades que determinam o êxito dos estabelecimentos familiares. Segundo Guilhoto et al. (2007), a forma de colonização e a herança cultural de povos europeus permitiram a capacitação dos produtores para desenvolver formas de associativismo e, conseqüentemente, fazendo com que pequenas unidades pudessem competir com propriedades maiores.

Abramovay et al. (1998, p. 9) enfatizam que a agricultura familiar “é o maior segmento em número de estabelecimentos do país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas”. No Brasil, é responsável por grande parte na produção de algumas culturas como a mandioca (87%), feijão (70%) e milho (46%), pela geração de empregos e renda, pela preservação do meio ambiente e manutenção do tecido social no meio rural (IBGE, 2006). O setor agropecuário familiar é mais lembrado por focalizar-se mais nas funções de caráter social do que nas econômicas, devido sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário ressaltar que a produção familiar

além de reduzir o êxodo rural e ser fonte de recursos para as famílias de baixa renda, também “contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio País” (GUILHOTO et al., 2007, p.20). Além disso, este segmento acaba por diversificar as atividades econômicas, buscando promover o desenvolvimento de pequenos e médios municípios.

A agricultura familiar é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nos pequenos e médios municípios do País. Conforme Pudell e Ruppenthal (2005), o desenvolvimento de estados e pequenos municípios baseado somente no setor urbano-industrial está falido. Durante muito tempo, grande parte desses municípios interioranos almejava atrair indústrias com a perspectiva de gerar emprego e renda. Atualmente, estes pequenos municípios perceberam a importância da agricultura familiar, como fonte de geração de renda e riqueza, assim como no seu potencial de fortalecimento da economia local e de recuperação de emprego e redistribuição de renda. No curso deste movimento emerge um novo perfil das famílias de agricultores.

1.2 Redefinições demográficas e o novo perfil das famílias de agricultores

No Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, o êxodo rural alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Segundo Turnes (2008, p.164), “poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida”. É na década de 1970 que a população rural brasileira atingiu seu máximo, com 41 milhões de pessoas, correspondendo a 44% da população total. Desde então, tem ocorrido um declínio populacional constante no meio rural. Para Camarano e Abramovay (1998), esta redução deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios e a queda da taxa de fecundidade.

Os dados do IBGE (2010) apontam que a população está mais urbanizada do que há 10 anos. Conforme o Censo, entre 2000 e 2010 a população rural perdeu 2 milhões de pessoas e, atualmente, representa 15,7% da população total do país. Ou seja, 29,8 milhões de um total de 190, 8 milhões. Embora, para Veiga (2003, p. 33), “o Brasil é menos urbano do que se calcula”. Conforme esse autor, o critério utilizado pelo IBGE não retrata a realidade brasileira, pois a metodologia de coleta de

dados não “combina o critério como o tamanho populacional do município com pelo menos dois outros: sua densidade demográfica e sua localização”. Todavia, a dinâmica demográfica no espaço rural brasileiro passa a assumir novos contornos principalmente quando refere-se aos jovens. Diversos estudos apontam que a crescente migração dos jovens tem implicado no envelhecimento e masculinização das populações rurais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; STROPASOLAS, 2006; BRUMER; ANJOS, 2008). Nas últimas décadas, os resultados oriundos das transformações ocorridas pelos processos da Revolução Verde e da modernização agrícola afetaram, principalmente, a agricultura familiar, provocando mudanças nas dinâmicas das atividades rurais. Este fato acabou por modificar a estrutura social e populacional de quem vive e depende deste meio.

As relações e o modo de trabalho interferem na composição familiar das pessoas que vivem no meio rural, onde as condições de trabalho e renda, muitas vezes, não tornam-se atrativas para os jovens, bem como outras faixa etárias, intensificando o êxodo, a masculinização e envelhecimento (WESZ JUNIOR et al., 2006). Para Godoy et al. (2010), atualmente, o meio rural não apresenta atrativos para a permanência dos jovens, seja pela ausência de atividades que proporcionem uma boa renda; ausência de entretenimentos; dificuldade para o acesso ao ensino escolar; insatisfação com a agricultura devido ao seu baixo rendimento; a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola e falta de lazer, contribuem para a não permanência dos jovens, acarretando no envelhecimento e masculinização do meio rural.

A masculinização está relacionada ao fato de que as mulheres estão deixando o meio rural antes e em uma proporção maior que os homens. Camarano e Abramovay (1998) justificam esse fenômeno no aumento da oferta de trabalho para as moças no setor de serviços urbanos, além do caráter seletivo das dinâmicas familiares que priorizam a sucessão masculina. Para Anjos e Caldas (2005), este fenômeno da masculinização é uma tendência que parece ser universal. Em 1995, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) informava a existência de 5,2 milhões de homens a mais que mulheres no meio rural latino-americano, levando em consideração que na faixa etária compreendida entre 15-25 anos, a diferença ascendia a 1,8 milhão. Enquanto no Brasil, segundo o IBGE (2010) a diferença entre homens e mulheres no meio rural chega a 1,5 milhões.

O processo de masculinização no meio rural também afeta a formação de novas famílias. Aliado a isto, a diminuição no número de filhos por meio da queda da taxa de fecundidade, poderá trazer limitações

à sucessão familiar (SPANEVELLO; LAGO, 2008). Carneiro (1998) em sua pesquisa, também observou a tendência à restrição do número de filhos. De acordo com a autora, enquanto na geração dos pais dos atuais jovens predominavam famílias numerosas, de sete a doze filhos, dos 56 filhos de agricultores que responderam aos questionários referentes à sua pesquisa, 49 pertenciam a famílias compostas de um a três filhos, e apenas sete pertenciam a famílias com quatro filhos ou mais. Nesse sentido, a redução do tamanho da família rural começa a acompanhar o ritmo de crescimento da família urbana. Segundo Berquó e Cavenaghi (2006), em 1991 as mulheres no meio rural tinham, em média, 4,3 filhos, ou seja, dois filhos a mais do que aquelas que moravam nas cidades. No entanto, dez anos mais tarde, essa diferença reduziu-se para 1,2 filhos, e foi mantida em 2004.

A migração dos jovens deve-se a diferentes aspectos entre os quais as relações de hierarquia e os conflitos de gênero e geração. A migração mais expressiva das moças do campo também está relacionada à forma como é feita a divisão do trabalho nas unidades familiares. Além da invisibilidade do trabalho feminino doméstico e das atividades agrícolas serem representados como “ajuda”, pouco se valorizando os trabalhos das mulheres, jovens e crianças (BRUMER, 2004; CASTRO et al., 2009). Outro aspecto relevante é a representação socialmente estabelecida da mulher como esposa de produtor. Isto acaba interferindo na sua exclusão da herança ou no seu papel como sucessora, pois não são socialmente reconhecidas como capazes de chefiar a unidade familiar (CARNEIRO, 2001). Para Stropasolas (2006, p.42), “a vigência de problemas estruturais na sociedade rural, as desigualdades sociais e a reprodução de padrões culturais com hierarquias de poder no seio da agricultura familiar são, assim, os principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo”.

Nesse contexto, as tendências de masculinização e envelhecimento das populações rurais devido à migração dos jovens, acabam por implicar na dinâmica sucessória da agricultura familiar e, conseqüentemente, passa a ser uma ameaça constante à integridade do tecido social do meio rural. Portanto, a migração dos jovens para os centros urbanos e para outras atividades profissionais tende a promover uma situação crescente de propriedades familiares sem herdeiros provocando uma crise no processo sucessório na agricultura familiar.

1.3 A sucessão geracional na agricultura familiar

A agricultura familiar incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares que a difere de outras categorias sociais. A formação de uma nova geração de agricultores ocorre no interior das próprias unidades familiares por meio da socialização do trabalho e no modo de vida do meio rural (SPANEVERELLO; LAGO, 2008). Abramovay et al. (1998) colocam em relevo que devido aos fenômenos de envelhecimento e masculinização do campo, os padrões sucessórios modificaram-se, e as condições e possibilidades econômicas que o meio rural oferece não é mais garantia da permanência dos jovens rurais nas propriedades de seus pais. Para Matte, Spanevello e Azevedo (2009), as diversas transformações ocorridas no meio rural e a sua proximidade com o urbano ao longo das últimas décadas acabaram modificando a perspectiva de instalação dos filhos na agricultura. Segue as autoras:

A difusão do automóvel, dos meios de comunicação e da política de escolarização, a modernização da agricultura, são processos que provocaram a abertura social, econômica e cultural do meio rural. Estes processos também são responsáveis pelas mudanças socioeconômicas internas das famílias e das propriedades, devido ao grau de inserção na economia de mercados e as demais possibilidades produtivas medidas pelo tamanho do estabelecimento, capacidade produtiva, a organização do trabalho familiar, as relações sociais com os filhos e o modo de vida no meio rural, atingem os agricultores de forma distinta. A conjugação, tanto dos fatores externos ao meio rural como os internos mostram o estreitamento das relações com o urbano e a construção de uma visão negativa sobre o rural, geralmente visto sob a ótica do lugar do atraso, da fadiga do trabalho, da ausência de férias, de escassos espaços de lazer e da renda incerta. Esses condicionantes estruturais desenvolvem nos filhos a disposição para uma outra ocupação, sendo que as possibilidades sucessórias tendem a se concretizar conforme determinadas condições dos estabelecimentos (MATTE; SPANEVERELLO e AZEVEDO, 2009, p.5).

A sucessão e a formação de novas gerações de agricultores é um processo que abrange três etapas: a transferência do patrimônio (estabelecimento e suas benfeitorias), a continuação da atividade profissional exercida pela geração atual e a saída das gerações mais velhas da gestão do patrimônio. Essas três etapas podem ser independentes entre si, porém ocorrerão mesmo que em momentos diferentes. Dessa forma, a sucessão geracional na agricultura familiar abrange tanto a transferência da propriedade para o(s) sucessor(es), a formação dos futuros agricultores, assim como a aposentadoria da geração atual, no intuito de evitar situações em que o sucessor, proprietário ou não da terra em que trabalha, dependa de seu pai na tomada de decisões a respeito da produção agropecuária (ABRAMOVAY et al., 1998; SILVESTRO, 2001; MELLO et al., 2003).

Neste sentido, a sucessão pode ser compreendida como a transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores ou à próxima geração. Em suma, o processo sucessório abrange dois aspectos centrais: 1) A sucessão é fundamentalmente um processo com diferentes fases/estágios; 2) A sucessão é marcada pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento (RAMOS, 2004; GASSON; ERINGTON *apud* SPANEVELLO, 2008a).

A sucessão é entendida aqui como um processo endógeno, interno ao estabelecimento familiar, onde pelo menos um dos filhos sucederá o pai na administração da unidade agrícola. Portanto, a continuidade dos estabelecimentos familiares dependerá da permanência dos filhos e da vontade de herdar o patrimônio dos seus pais. Porém, estudos recentes revelam o desejo dos filhos em não suceder seus pais, principalmente as filhas (CARNEIRO, 2001).

Nesse contexto, a herança do patrimônio familiar acaba sendo afetada pelas questões sucessórias. A herança é definida como a passagem do estabelecimento familiar para os descendentes ao longo das gerações, especialmente para o filho homem. Cabe destacar que no processo sucessório o poder patriarcal mantém-se hierárquico e como base essencial para definir todos os passos que abrangem a passagem do patrimônio familiar. Deste modo, na agricultura familiar o pai é a figura central no processo sucessório, tendo pleno poder para decidir qual o momento e a forma da passagem das responsabilidades referentes à gestão do estabelecimento para a próxima geração.

Outro aspecto relativo ao âmbito cultural e que vem afetando diretamente o processo sucessório na agricultura familiar está vinculado às desigualdades de direitos existentes entre homens e mulheres no meio

rural. De acordo com Carneiro (2001), as formas de transmissão do patrimônio de cada família mudam de acordo com o contexto histórico, econômico e geográfico. O fato é que independentemente das múltiplas formas de transmissão, o patriarca ainda tem pleno controle sobre a forma da partilha, onde escolhe preferencialmente o filho homem como sucessor. Geralmente, a mulher é levada a ceder sua parte em nome do irmão(os) escolhido(s) como sucessor. Deste modo, são recompensadas com enxoval e bens para a casa, se casarem com um agricultor, ou têm ajuda de custo para se manterem na cidade enquanto estudam (CARNEIRO, 2001; STROPASOLAS, 2006). Ainda, conforme Carneiro (2001), as mulheres são excluídas da herança devido ao seu trabalho na agricultura ser visto como uma extensão do seu papel de esposa-mãe; não sendo reconhecidas como capazes de chefiar a propriedade familiar.

Em muitos casos, as questões envolvidas no processo sucessório geram conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com o patrimônio, seu destino profissional, até a questão relacionada com o viés de gênero, que tende a acompanhar o processo sucessório e parece responder, em grande parte, pela intensa migração das jovens agricultoras (ABRAMOVAY et al., 1998; SILVESTRO et al., 2001; MATTE; SPANEVELLO e AZEVEDO, 2009).

Spanevello e Lago (2007) sublinham que as unidades familiares que conseguem dar continuidade as suas funções produtivas e sociais por meio da permanência de pelo menos um sucessor, deve-se a condições provenientes tanto dos aspectos internos e externos à unidade de produção familiar assim como ao meio inserido. Os aspectos internos estão relacionados às rendas agrícolas e não-agrícolas, o número de filhos e filhas que constituem a família e a utilização de tecnologias. Enquanto os aspectos externos referem-se ao acesso a crédito, contato com agências de extensão rural ou cooperativas. Estes aspectos não agem necessariamente de forma isolada, mas articulam-se entre si. Os autores ainda enfatizam que as perspectivas de continuidade da agricultura familiar, ou seja, sua reprodução social é dependente da questão sucessória.

As possibilidades de sucessão são maiores para os agricultores consolidados, comprovando que os problemas sucessórios predominam nas unidades familiares descapitalizadas (ABRAMOVAY et al., 1998; SILVESTRO et al., 2001). Diversas variáveis influenciam na permanência ou saída dos filhos, entre elas: o tamanho do estabelecimento familiar, as rendas agrícolas e não-agrícolas geradas no estabelecimento, nível tecnológico, além da capacidade de investimento e acumulação são imprescindíveis na tomada de decisão dos filhos (SPANEVELLO, 2008).

A discussão do processo sucessório e hereditário na família é delicado, tornando-se muitas vezes uma situação incômoda, pois envolve questões relativas à morte, assim como a transferência de poder sobre o uso dos recursos existentes na propriedade. Mello et al. (2003) sublinham que a transição e a passagem definitiva da gestão do estabelecimento paterno priorizam muito mais a capacidade e a disposição de trabalho do patriarca do que as necessidades do herdeiro ou as exigências econômicas vinculadas ao próprio desenvolvimento da atividade agrícola. Desse modo, nem as famílias individualmente, nem os movimentos sociais ligados à Agricultura Familiar no Sul do Brasil estão preparados para enfrentar a nova realidade referente aos processos sucessórios.

Conforme Silvestro et al. (2001), a dificuldade desta questão aumenta devido a falta de preparo educacional dos filhos que irão assumir a propriedade. O despreparo da família poderá alavancar problemas, como a falta de comunicação entre seus membros. Desse modo, é fundamental que os familiares estejam preparados e abertos para a discussão dessas questões, ou seja, quem ficará encarregado pela sucessão dos pais no comando da família, quando acontecerá e de que maneira ocorrerá. De acordo com Paulilo (2004), o modelo sucessório predominante no sul do País é denominado sucessão tardia. Nesse caso, apesar do filho morar com os pais, eles não tem praticamente nenhuma participação na tomada de decisão nas atividades desenvolvidas na propriedade. Portanto, o filho somente torna-se sucessor em caso de morte ou aposentadoria do patriarca (GASSON; ERRINGTON *apud* SPANEVELLO, 2008a).

Os entraves dessas questões acarretam principalmente na permanência dos jovens com menor escolaridade na propriedade. Enquanto os jovens com mais conhecimento e pela falta de perspectivas promissoras no meio rural, acabam migrando para as cidades em busca de um futuro mais promissor (SILVESTRO et al., 2001; MELLO et al., 2003). Prote-lar as discussões relativas ao processo sucessório atrasa tanto o arranjo do encaminhamento da herança, assim como o destino dos demais irmãos não sucessores. Contudo, a discussão aberta é necessária para realizar investimentos fundamentais no estabelecimento e definir como os irmãos não contemplados serão recompensados, além de preparar o sucessor escolhido. Hoje, apesar das famílias terem um bom nível de diálogo em relação ao destino dos filhos, as questões sucessórias raramente são abordadas (AHLERT, 2009).

Nesse sentido, o fato do processo sucessório envolver, geralmente, a transferência de poder sobre a gestão do patrimônio familiar devido à morte ou as dificuldades físicas decorrentes do envelhecimento do chefe da família, as discussões referentes a este tema acabam sendo en-

cobertas sobre uma cortina de constrangimentos. Além disso, a condição dos jovens no meio rural é de subordinação. Apesar de participarem ativamente das atividades agrícolas, detêm pouca abertura na tomada de decisões, além de raramente possuírem renda própria. Esta situação os leva a ter que pedir aos pais dinheiro para pequenos gastos pessoais. Portanto, a idealização de outro modo de vida e a busca individualizada de realização pessoal, atrelada aos problemas estruturais não resolvidos (conflitos entre gerações, submissão dos jovens e mulheres à figura paterna) e as questões sucessórias acabam por influenciar diretamente no movimento migratório dos jovens, especialmente das moças.

No curso deste movimento, os jovens rurais buscam maior autonomia, emancipação e reconhecimento como indivíduos atuantes não somente na família, mas também na sociedade. O processo de empoderamento pode estar relacionado desde a possibilidade de inserção dos jovens nas políticas de crédito, na construção de empreendimentos econômicos ou até mesmo no assalariamento, nos quais são capazes de ampliar a possibilidade de estabelecer uma nova posição no seio familiar, no próprio trabalho e na comunidade. Segundo Zorzi (2008), empoderar-se significa a constituição de novas relações nas quais esses jovens passam a ter mais controle sobre suas decisões e também participar mais das decisões relacionadas à própria família. Ao contrário da geração dos seus pais, atualmente o jovem encontra a possibilidade de optar de forma mais individualizada a respeito do que quer para o seu futuro, suas escolhas, o seu modo de ser, pensar e agir.

Nesse contexto, a tradição de “chefia” da propriedade, ou seja, aquela em que o patriarca apenas enxerga o jovem como mão-de-obra braçal, é uma antiga barreira ao processo sucessório. Diante destes dados fica evidente a necessidade de estimular a criação de uma cultura de desmembramento em que os jovens tornem-se parceiros de seus pais, ao invés de serem apenas “empregados” e/ou “ajudantes” sem voz ativa nos assuntos relacionados ao cotidiano da propriedade.

Atualmente, Instituições governamentais e não-governamentais estão cientes deste quadro, buscando alternativas para revertê-lo. Conforme Carneiro e Martins (2007), esta preocupação em traçar diretrizes e formular políticas públicas para a juventude é relativamente recente no Brasil. Algumas experiências podem ser citadas como é o caso do Projeto Microbacias/SC Rural em nível de Setor Público Agrícola, além de iniciativas de movimentos sociais e entidades representativas sindicais que têm como intuito inserir os jovens rurais nas suas ações presentes ou futuras. No mapeamento realizado em 2007 por Castro et al. (2009) de programas que têm a juventude rural como público alvo, as autoras

constatarem que os primeiros programas iniciaram a partir dos anos 90. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) foi o de maior visibilidade para a juventude rural. Nos últimos anos, ocorreu um aumento significativo de programas.

Segundo as autoras, percebe-se que esse crescimento, a partir de 2003, concentra-se principalmente nas áreas da educação ou crédito. Entre estes, citam o Programa Nacional de Crédito Fundiário/Nossa primeira terra⁶, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Jovem), Arca das Letras, o Consórcio Social da Juventude Rural e o Saberes da Terra, o qual envolve ação conjunta de três Ministérios: Agrário, Educação e Trabalho. Além desses, têm os programas do Ministério da Educação e Cultura, como o Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Transporte Escolar, do Ministério do Trabalho e Emprego, e também um no Ministério do Desenvolvimento Social. Castro et. al (2009) colocam em relevo que na maioria dos Ministérios e seus programas não priorizam a juventude rural como público alvo. Embora, a intensificação do número de programas a partir de 2003 possa sinalizar mudanças neste cenário.

Apesar destas iniciativas, Ferreira e Alves (2009) apontam que não há como realizar estas ações sem repensar no nosso modelo de desenvolvimento. Segue os autores:

[...] é evidente que os atuais programas federais direcionados para jovens rurais são insuficientes para produzirem modificações significativas. Se forem bem-sucedidos, ainda assim, terão efeitos positivos sobre parcelas mínimas de jovens rurais, podendo beneficiar apenas uma parcela limitada dos pertencentes a famílias pobres, sem-terra ou com terra insuficiente. Além de ainda serem insuficientes dependem, em grande medida, de transformações e de ganhos que só podem ser sustentavelmente obtidos pela interação de todo o conjunto de políticas públicas e avanços nos padrões culturais da nossa sociedade. O mundo rural e nenhum segmento nele sub-

⁶ O Programa Nossa Primeira Terra é uma linha especial de financiamento para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores que se enquadram na faixa etária entre 18 a 24 anos que desejam permanecer no meio rural e investir numa propriedade. Enquanto o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem (Pronaf-Jovem) possui uma linha de financiamento de até R\$10 mil para investimento em atividades produtivas.

sistem e avançam em suas conquistas sem que os padrões gerais de funcionamento da economia e da sociedade colaborem para isso. A expansão do agronegócio e a lógica dominante dos mercados de *commodities* vão de encontro às intenções de promover a inclusão produtiva de jovens pobres, ou cujas famílias não dispõem de recursos fundiários passíveis de ser disponibilizados para a criação de novas unidades produtivas (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 257).

Dessa forma, a real efetividade destes Programas direcionados para a população jovem do campo depende de sua integração com outros Programas na mesma base territorial que permitiriam os jovens superar os velhos e novos entraves para o acesso a serviços além de oportunidades para os que vivem no meio rural (FERREIRA; ALVES, 2009). Mas afinal, quando nos referimos à juventude rural, quem é esse jovem que estamos falando?

1.4 Os jovens rurais na atualidade

A discussão existente em torno do termo juventude nos remete a uma série de definições (CARNEIRO, 1998; WEISHEIMER, 2005; STROPASOLAS, 2006; WANDERLEY, 2007). Nesta pesquisa, entende-se que não há uma conceituação unívoca capaz de categorizar juventude, mas sim, abordagens que se complementam. Conforme Weisheimer (2004, p. 81), os estudos relacionados à juventude apontam “que devemos percebê-la como uma construção social, cultural e histórica dinâmica, intimamente ligada às transformações da modernidade”. Weisheimer (2005)⁷ identificou cinco abordagens utilizadas por estudiosos nas definições conceituais relacionadas à juventude rural, entre elas: faixa etária; transição ou ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida e ainda representação social.

Nesse sentido, Gontijo (2007) destaca duas correntes teóricas a respeito dessa temática:

- (i) a corrente geracional, na qual a juventude é entendida como um conjunto social cujo principal

⁷ Ver obra “Juventude Rural – Mapa de Estudos recentes”.

atributo é o ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, precisamente ao período de transição entre a infância e a vida adulta, onde ocorrem profundas mudanças corporais, em seus aspectos físicos, emocionais e intelectuais e (ii) a corrente classista, na qual a juventude é entendida como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertenças de classe, situações econômicas, parcelas de poder, interesses, oportunidades, entre outras (GONTIJO, 2007, p. 199).

Atualmente, no Brasil, o debate sobre juventude ganhou centralidade. Porém, o foco está voltado para a juventude que se encontra no espaço urbano. Apesar de um aumento considerável no volume de pesquisas e ações, a juventude rural brasileira ainda é pouco conhecida (CASTRO et al., 2009). Para os autores, isto está relacionado ao fato de que aqueles identificados como juventude rural são analisados como uma população específica, ou ainda, como uma minoria da população jovem do país. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2006), a população entre 15-29 anos é de 49 milhões de pessoas (27% da população total), dos quais 4,5% são rurais, ou seja, 8 milhões de jovens. Segundo Castro et al. (2009):

[...] O debate deve considerar juventude para além de um recorte de população específica. Nesse sentido juventude é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando, em diferentes contextos, como uma categoria marcada por relações de hierarquia social (CASTRO et al., 2009, p.44).

Desse modo, a juventude aqui é compreendida a partir da faixa etária. No entanto, entende-se que não é o único recorte capaz de refletir sobre esses sujeitos. A faixa etária utilizada nesta pesquisa é a indicada pela Organização Internacional da Juventude: faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos (UNESCO, 2011). Este intervalo de idade é utilizado pela maior parte das pesquisas de âmbito nacional e internacional. A adoção deste parâmetro permite o debate numa perspectiva comparativa entre diversos pesquisadores, com procedimentos diferentes e em contextos variados (STROPASOLAS, 2006). Segundo Weisheimer (2005,

p.21), “o uso da faixa etária muitas vezes se torna fundamental para o estabelecimento preciso de um público alvo”. Porém, coloca em relevo que “como qualquer outra forma de classificação, suas fronteiras são socialmente construídas”. Diante de todas as abordagens relacionadas a esta categoria, torna-se perceptível que a existência de grande heterogeneidade relacionada às condições de vida desses jovens deve ser considerada. Nesse estudo, portanto, a faixa etária estará atrelada aos diversos elementos imersos no cotidiano dos jovens rurais, como o trabalho, a independência financeira, autonomia, posição em relação à família, a questão do gênero, além de sua capacidade de assumir responsabilidades.

Na agricultura familiar não é possível dissociar as relações de trabalho das relações de gênero que ocorrem entre os membros da unidade familiar, pois a divisão do trabalho é designada sob a orientação do chefe da família. Portanto, o pai é o responsável por administrar a propriedade, estabelecendo na propriedade e na organização familiar um caráter patriarcal, uma vez que nem a esposa e nem os filhos têm o poder na tomada de decisões mais importantes referentes à produção. O processo de socialização da juventude rural ocorre num universo familiar estruturado a partir do processo de trabalho realizado na unidade produtiva. Weisheimer (2003) salienta:

[...] na agricultura familiar unidade produtiva e unidade doméstica correspondem a um todo integrado. Neste contexto, sua inserção no trabalho agrícola desempenha papel fundamental na construção de sua identidade social, uma vez que os jovens são parte de um trabalhador coletivo: a família agricultora (WEISHEIMER, 2003, p. 18).

Na unidade produtiva familiar a iniciação do processo de divisão social do trabalho começa a ser exercitada a partir da infância. Desde crianças os jovens aprendem que o trabalho deve ser visto “como base de subsistência, meio privilegiado de ganhar a vida, sinal de virtude”. A frequência e a participação das crianças oscilam, dependendo de fatores determinantes como disponibilidade de terras, mão-de-obra e condições econômicas (STROPASOLAS, 2006, p. 210). A divisão do trabalho por gênero na agricultura é evidente: os homens dedicam-se quase que exclusivamente a agricultura e as mulheres nas atividades domésticas e “participação” nas atividades produtivas. Aos rapazes são transmitidos os saberes agrícolas e administrativos necessários ao processo sucessó-

rio. Enquanto as moças apenas são requisitadas para executar atividades consideradas “produtivas” quando necessário emprego intenso de mão-de-obra familiar para a colheita, plantio e processamento (BRUMER, 2004; PAULILO, 2004).

Na organização material da vida familiar dos agricultores a participação dos jovens e crianças é fundamental, pois os papéis desempenhados pelos filhos, dentro ou fora de casa são essenciais para o grupo doméstico. Desse modo, sexo e idade são importantes na flexibilidade e maleabilidade de papéis exercidos nos ciclos familiares. Os trabalhos são designados por idade, sexo e porte físico, no espaço da roça assim como nas atividades do âmbito doméstico (TEDESCO, 2001). Ainda, a respeito da divisão social do trabalho, Schneider (2005) acrescenta:

[...] a estas diferentes formas de divisão do trabalho, por tarefa, por idade e por sexo corresponde uma determinada hierarquia doméstica que define as relações e posições de poder. Ou seja, o poder e a dominação estão informados e são exercidos segundo as posições que os diferentes membros da família ocupam na esfera doméstica e nos processos de trabalho. Assim, à figura paterna não cabe apenas a posição de comando e de domínio, o que lhe confere atribuições de mando e determinação de demandas aos diferentes membros, mas também implica que exercer determinadas atividades de maior responsabilidade ou penosidade que requerem liderança, compromisso, esforço físico, etc. Ou seja, o exercício do poder implica na capacidade de exercício da dominação legitimada e aceita pelos membros que constituem o grupo doméstico (SCHNEIDER, 2005, p. 9).

A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, funções associadas ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o serviço doméstico, cuidar da horta e dos pequenos animais, educarem os filhos) (NOBRE, 1998). A divisão sexual do trabalho na pequena propriedade é nítida e de caráter patriarcal. A divisão de funções geralmente é determinada pelo homem, “chefe de família”. Embora, o entendimento “de quem deve fazer o quê” seja transmitido de geração para geração, tornando-se naturalizado. Segundo Boni (2005, p.52), neste processo de divisão existem posições diferenci-

adas para cada membro da unidade familiar, tanto para os homens, mulheres, jovens e idosos. Portanto, “a naturalidade com que é construída a divisão social entre os sexos a torna legítima”.

Diversas pesquisas que analisaram a divisão de trabalho por gênero na agricultura permitem concluir que as mulheres e jovens ocupam uma posição de subordinação (BRUMER, 2004; PAULILO, 2004; STROPASOLAS, 2006). Além disso, salientam os autores, o seu trabalho é reconhecido geralmente como “ajuda”. Para o rapaz, a condição de ajudante é temporária, pois é ele quem, provavelmente irá suceder o pai no comando da propriedade. Enquanto para as mulheres e moças, esta situação tende a ser permanente (BONI, 2005).

A proximidade entre os dois espaços, e mesmo os jovens trabalhando e tendo acesso fácil ao meio urbano, não é motivo para que permaneçam no meio rural. Este fato nos leva a considerar que novos fatores podem estar acarretando na decisão dos jovens de sair do meio rural, entre eles, a questão cultural atrelada principalmente ao poder patriarcal. É muito comum, por exemplo, a remuneração do filho (a) em decorrência do seu trabalho nas agroindústrias e fábricas ser incorporada à renda familiar, não importando quem esteja fazendo o trabalho. Essa renda passa a ser administrada pelo pai, chefe da família. Acontece que isso nem sempre ocorre de forma harmônica e sem conflitos. Para Stropasolas (2006), a questão da migração e da crise nos padrões sucessórios está relacionada não apenas a tendência da atração dos jovens pelos centros urbanos, mas também aos conflitos e as relações familiares, devido ao lugar que ocupam na hierarquia familiar.

Segundo Weisheimer (2006, p.7), “a crise da reprodução social da agricultura familiar não tem apenas motivações econômicas, mas é derivada também das relações sociais de gênero e geração sendo fatores importantes de sua inevitável descontinuidade”. Para muitos autores, a migração dos jovens do meio rural, ou mesmo a recusa de suceder os pais como agricultores, estaria colocando em risco a reprodução econômica e social da agricultura familiar (ABRAMOVAY et al., 1998; MELLO et al., 2003).

Wanderley (2007, p. 32) aponta aspectos positivos e negativos que influenciam na escolha do jovem permanecer ou sair do meio rural:

Os aspectos positivos aventados dizem respeito às raízes pessoais, aos laços familiares e de amizade, à proximidade da natureza e à qualidade da vida no campo [...] Os aspectos negativos, que justificam a recusa de muitos outros a permanecerem no

meio rural apontam, sobretudo, para as carências da vida local e, de modo especial, a falta de alternativas profissionais, que garantam, no local, oportunidades de emprego e renda, na agricultura ou fora dela [...] A terra insuficiente, a penosidade do trabalho e a falta de estímulos para produção certamente explicam por que tão poucos são os que pretendem continuar agricultores (WANDERLEY, 2007, p. 32).

Nessa perspectiva, Brumer (2007) também reforça que as principais reivindicações dos jovens filhos de agricultores familiares no sul do Brasil são o acesso a uma renda própria e autonomia em relação aos pais. Para a autora, a obtenção de renda própria pelos jovens dentro da economia familiar é dificilmente equacionável, pois os recursos geralmente são controlados pelo chefe da família (figura paterna). Uma solução possível seria o assalariamento para estes jovens, o que poderia acarretar numa ruptura temporária ou definitiva com as atividades agrícolas. Enquanto a autonomia requer mudanças nas relações no bojo familiar, permitindo maior envolvimento de todos os membros no processo de tomada de decisões, além de maior espaço para a atuação dos jovens.

Na pesquisa realizada por Aguiar e Stropasolas (2010, p. 14) em algumas comunidades rurais de Santa Catarina beneficiados do Projeto Microbacias 2, os autores identificaram os principais conflitos intergeracionais e de gênero entre os membros das famílias de agricultores. Entre os quais, sublinham:

O modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai, chefe de família, que centraliza também as decisões; na dificuldade dos pais em dialogar e aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as) e, em decorrência, na impossibilidade dos jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca (ou mesmo nenhuma) participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de confiança dos pais em relação aos filhos(as); na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas que, quase sempre, se encontram numa condição de total dependência financeira do pai; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial

que é permitida às filhas (AGUIAR; STROPA-SOLAS, 2010, p. 14).

Além destes aspectos, reivindicações como a inclusão digital e o acesso à informação e à comunicação interpessoal são cada vez mais demandadas pela juventude. Segundo os autores, isto possivelmente é em função da crescente mobilidade e interação social entre os jovens que residem nas comunidades rurais com aqueles que passam a ter acesso a esses meios nas escolas, sindicatos, etc. Os autores também salientam que se a expectativa que os jovens têm sobre o seu futuro não ter condições de ser realizada no meio rural, ela será direcionada para o meio urbano. Na percepção da juventude, o meio urbano oferece mais condições de realização de projetos individuais, profissionais e financeiros.

Para Carneiro (1998), a mobilidade entre o rural e o urbano emerge como possibilidade de conjugar o “melhor dos dois mundos”: de um lado a “tradição” representada pela família, localidade e a cultura de origem; de outro a “modernidade” expressa pela realização de projetos individuais. Quanto a esta questão, Carneiro (2007) enfatiza:

[...] Importante reconhecer que os jovens são atores dessa reconstrução cultural demandando espaços de representação de lazer, de trabalho para poderem exercer sua cidadania sem serem expropriados de seus valores, de seus bens, de suas redes de sociabilidade. É a partir de uma releitura dos valores urbanos trazidos pelos “de fora” ou obtidos “fora”, mas realizados na localidade de origem, que novos papéis sociais, novas identidades e novos projetos são definidos (CARNEIRO, 2007, p. 64).

Ainda, de acordo com Carneiro (1998a), se forem dados aos jovens as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades alternativas à agricultura e eles poderem ter acesso aos bens (materiais e simbólicos) que valorizam, a vida no campo passará a oferecer alternativas bem mais atraentes. Deste modo, a valorização da atividade agrícola quando existe, é acompanhada pelo desejo dos jovens de nela permanecer. Todavia, desde que as condições de trabalho não sejam mais tão desgastantes e sem retorno financeiro como acontece hoje.

Neste cenário, o destino das unidades produtivas acaba ficando comprometido pela ausência de sucessores. Por outro lado, as novas

funções demandadas pela sociedade às famílias de agricultores, entre as quais podemos citar a produção de alimentos de qualidade, a preservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural rural, o turismo rural e a agroindustrialização nas unidades familiares podem servir como base para fortalecimento dessas comunidades, contrapondo-se à migração dos jovens e a tendência de envelhecimento e masculinização das populações do meio rural. Nesta perspectiva, um número significativo de agricultores tem êxito em suas estratégias reprodutivas conseguindo permanecer no meio rural através dessas “novas funções” atribuídas a agricultura familiar. Entre essas estratégias, daremos destaque a mais expressiva em termos de possibilidade de agregação de valor e renda – a agroindústria familiar.

Nesse sentido, as agroindústrias familiares emergem com uma alternativa viável para a inserção dos jovens no trabalho na unidade familiar. De acordo com Boni (2005), as agroindústrias familiares absorvem mão-de-obra familiar como a dos filhos, e que, sem a sua instalação muitos poderiam migrar para as cidades em busca de emprego e renda própria. Além disso, as iniciativas de agroindustrialização impulsionam a geração direta e indireta de novos postos de trabalho, contribuindo para uma distribuição de renda mais equitativa. Portanto, podem representar uma importante alternativa de re-inclusão social e econômica das famílias de agricultores, melhorando também sua qualidade de vida. No próximo capítulo trataremos das novas ruralidades com foco na agroindustrialização com base familiar.

CAPÍTULO 2 – NOVAS RURALIDADES E A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COM BASE FAMILIAR

2.1 A emergência das novas ruralidades e a agricultura familiar

Atualmente, o espaço rural não mais se limita apenas à produção de alimentos ou matérias primas, a dinâmica do rural mudou. Essas transformações têm sido atribuídas à modernização e mecanização da agricultura, a crise de reprodução da agricultura familiar e as novas funções adquiridas, além das novas ocupações no campo. Para diversos autores, estas novas facetas têm demonstrado a conformação de um “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2002), uma “ruralidade contemporânea” (CARNEIRO, 1998b) ou ainda, uma “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000).

Segundo Carneiro (2002), o debate relacionado às novas ruralidades na sociedade brasileira contemporânea está atrelado por duas dinâmicas nos espaços rurais: i) ocupação do espaço rural por outras atividades não-agrícolas, associadas à revalorização do mundo rural como espaço de lazer ou moradia; ii) valorização do campo como “lugar de trabalho e de vida”, onde a agricultura passa a ser reconhecida como ator social do processo de desenvolvimento econômico, seja por meio da implementação de políticas públicas (Pronaf) ou por assentamentos da reforma agrária. Para a autora, estas dinâmicas refletem um rural não mais visto como “atrasado”, mas sim, ancorado na valorização dos recursos naturais e do patrimônio sócio-cultural dos espaços rurais.

Nesse contexto, o meio rural passa a ser um espaço constituído por inúmeras atividades agrícolas e não-agrícolas. Sob esta perspectiva, a agricultura familiar acaba incorporando de forma integral, atividades relacionadas com a organização dos agricultores, produção, beneficiamento, comercialização de produtos agrícolas e não-agrícolas, artesanato e turismo com o intuito de agregar valor à produção e aumentar a renda. Conforme Graziano da Silva e Del Grossi (1998), essas novas atribuições à agricultura familiar estão conformando então o “novo mundo rural”.

Para Carneiro (2002, p. 233), a noção de multifuncionalidade da agricultura surge no contexto de “busca de soluções para as ‘disfunções’ do modelo produtivista e inova ao induzir uma visão integradora das esferas sociais na análise do papel da agricultura e da participação das fa-

mílias rurais no desenvolvimento local”. Desse modo, a emergência das novas ruralidades está atribuída à multifuncionalidade e à pluriatividade (CARNEIRO, 1998a; GRAZIANO DA SILVA, 2002), onde estas abordagens destacam-se principalmente entre os pequenos produtores rurais.

No caso francês, a multifuncionalidade adquiriu uma dimensão importante. As novas funções atribuídas à agricultura constituíram alternativas para a inserção das mulheres e jovens, além de diminuir a migração para as cidades (STROPASOLAS, 2006). No Brasil, como já foi sinalizado, a heterogeneidade da agricultura familiar quando somada às novas funções expressas na noção de multifuncionalidade agrícola, tem promovido este debate a respeito do tipo de exploração agrícola familiar que poderia dar conta das novas funções do espaço rural, que vão muito além da produção de alimentos.

Para Carneiro e Maluf (2003), a abordagem da multifuncionalidade da agricultura acaba valorizando as peculiaridades do agrícola e do rural ampliando o campo das funções sociais atribuídas à agricultura. Portanto, deixa de ser compreendida apenas como produtora de bens agrícolas, e passa a ser responsável pela conservação dos recursos naturais, do patrimônio cultural e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003). Desse modo, a multifuncionalidade no espaço rural passa a se relacionar com a própria transformação das sociedades contemporâneas, além das suas próprias mudanças internas.

O termo pluriatividade também caracteriza-se como um fenômeno socioeconômico associado às dinâmicas recentes identificadas no espaço rural. A pluriatividade nos permite perceber a propriedade como unidade de produção e uma unidade familiar, onde não é exclusivamente baseada em atividades agrícolas ou somente por projetos de caráter coletivo. A partir da pluriatividade torna-se possível dissociar os projetos que fazem parte da unidade familiar dos projetos dos indivíduos da família que estão voltados para a reprodução e ampliação do potencial produtivo ou de renda retirada da mesma. Nesse sentido, percebe-se que a pluriatividade passa a ser uma mola propulsora para possíveis soluções de problemas relacionados às populações que vivem no meio rural.

No entendimento de Carneiro (2006), há duas vertentes de interpretação para este fenômeno. A primeira vertente evidencia o aspecto da mudança do perfil socioeconômico da ruralidade devido à diversificação de atividades econômicas que estariam concorrendo com atividades agrícolas. Desta forma, as atividades não-agrícolas seriam responsáveis “pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural”. Entretanto, este “novo rural”, se caracterizaria pela diminuição do peso da agricultura na manutenção de reprodução social dessas famílias.

Em relação à outra vertente, segue em direção contrária, determinando que a pluriatividade não é uma prática nova nas dinâmicas de reprodução social das famílias de agricultores, atuando muito mais do que um simples mecanismo de manutenção das atividades agrícolas ou das famílias.

Para Schneider (2006), a pluriatividade é um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por pessoas que pertencem a uma mesma família ligada por laços de parentesco e consanguinidade. A atividade *agrícola* pode ser desempenhada no próprio estabelecimento ou de terceiros e, compreende procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos resultando na produção de alimentos, fibras e matérias-primas. As atividades *pára-agrícolas* formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste. As atividades *pará-agrícolas* podem ter a finalidade de transformar a produção visando o consumo pelos próprios membros da família ou destiná-la em parte ou na integralidade para a venda. Portanto, as agroindústrias familiares desta pesquisa estão enquadradas como atividade *pára-agrícolas*, pois ao transformar e comercializar os produtos desenvolvem atividades não agrícolas conservando as atividades agrícolas. Enquanto as atividades *não-agrícolas* correspondem a atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços. Desta forma, a pluriatividade tanto pode ser um recurso do qual a família adere para garantir sua reprodução social, assim como, pode representar também uma estratégia individual, dos membros que compõe a unidade doméstica (SCHNEIDER, 2006). Del Grossi e Graziano da Silva (2002) sublinham que a pluriatividade acaba influenciando na estruturação dos trabalhos nas unidades familiares, impondo-lhes novas dinâmicas organizativas.

Neste processo de reorganização dos espaços rurais por meio da pluriatividade, o resgate do estado de saber e fazer dos agricultores familiares, em muitos casos, tornam-se imprescindíveis na concretização de novas atividades. Um desses casos é a agroindustrialização, na qual a tradição da transformação que existia como estratégia de reprodução dos agricultores de subsistência, passou a ser aprimorada e desenvolvida não somente para o sustento da família, mas na busca por novos espaços nos mercados (GNOATTO et al., 2004).

2.2 Agroindústrias familiares: Conceito & importância

A agroindustrialização na produção familiar cumpre um papel essencial à “diversificação dos meios de vida” no espaço rural, possibilitando a melhoria na qualidade de vida das famílias rurais (NIERDELE; WESZ JUNIOR, 2009). As agroindústrias familiares acabam assumindo um papel diferenciado nas unidades de produção familiar, pois deixam de ter caráter unicamente doméstico, no qual é voltado para o consumo das famílias passando, em muitos casos, a se tornar responsável pela manutenção das propriedades rurais (SANTOS, 2006a).

Vários autores conceituaram agroindústria familiar (PREZOTTO, 1999, 2002; MIOR, 2003; GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007; GUANZIROLI, 2010). No entendimento de Prezotto (1999), a definição de agroindústria familiar está relacionada a diversos aspectos quantitativos e qualitativos, o que torna difícil a construção de um conceito único e definitivo. Entretanto, para embasar a análise da presente pesquisa adotou-se o conceito de Mior (2003), pois parece retratar os aspectos mais abrangentes dessa definição. Para Mior⁸ (2003, p.178), a agroindústria familiar rural é “uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar, entre eles: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria prima ou de vizinhos, processos artesanais próprios, além da mão-de-obra dos membros da família. Além disso, as agroindústrias podem ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não.

Para Wesz Junior (2009b), um dos principais critérios que define esse tipo de pequeno empreendimento é a comercialização de parte ou da totalidade da produção beneficiada. Conforme o autor é necessário que os laços de consumo superem o ambiente estritamente familiar estabelecendo-se dessa forma relações mercantis que geram valor de troca e não apenas valor de uso.

⁸ Mior (2003) adverte para a existência de diferentes interpretações para o termo agroindústria familiar e/ou rural, agroindústria ou indústria artesanal e/ou colonial, agroindústria ou indústria rural de pequeno porte. Como no trabalho de Mior, a referida pesquisa utilizará estes termos como sinônimo.

Considerando o trabalho de Agne (2010), a sequência das etapas da agroindustrialização no âmbito familiar consiste basicamente em quatro etapas: *i. Produção da matéria-prima* (produção agrícola, colheita e transporte); *ii. Beneficiamento* (pesagem, processamento, embalagem, armazenamento); *iii. Comercialização* e, *iv) Administração do empreendimento*. Segundo a autora, a produção poderá ter uma parte destinada ao consumo da família, além de que em algumas etapas, a produção de excedentes (cascas, bagaço de cana-de-açúcar, soro de leite etc.) pode ser reaproveitada como insumo para o desenvolvimento de outras atividades na propriedade como a adubação e alimentação animal. A autora faz a seguinte observação a respeito das sequências das etapas da agroindustrialização:

[...] Não há uma única sequência de etapas produtivas que demonstre a realidade das famílias que se dedicam à atividade de agroindustrialização, pois as ações que envolvem o processo produtivo estão relacionadas com a produção agropecuária, alimentação da família e comercialização. Assim, por exemplo, as famílias em época de escassez, tanto podem decidir ofertar os produtos da agroindústria para a alimentação do grupo doméstico, como podem optar por quais destinos elas darão aos resíduos gerados no processo produtivo (solo, animais, plantas). Estas decisões vão interferir na cadeia de produção, podendo gerar outras etapas ou ausência de algumas delas (AGNE, 2010, p.32).

No caso, algumas destas etapas poderão sofrer variações, isto dependerá das condições econômicas, sociais e culturais de cada agroindústria familiar. Além disso, a produção agropecuária é uma etapa que poderá ser executada ou não pela família. Neste caso, se a totalidade da matéria-prima é adquirida de terceiros, não existe a etapa da produção, mas sim, as etapas subsequentes. No entanto, se as famílias utilizam matéria-prima própria com a complementação de ingredientes terceirizados, a produção agropecuária será parcialmente desenvolvida (AGNE, 2010).

Nesse sentido, agroindústria familiar nesta pesquisa é compreendida como um empreendimento familiar cujas etapas contemplam a produção da matéria prima, beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários gerando novos produtos que mantenham sua condição ar-

tesanal. A administração e tomada de decisão também é de competência dos membros da unidade familiar, onde a mão-de-obra da família envolvida é a base nos dois setores cadeia produtiva (primário e secundário). Além disso, a mão-de-obra pode ser contratada, temporária ou permanente. Entende-se também, que a agroindústria familiar rural acaba constituindo um novo espaço e numa nova forma de empreendimento social e econômico, pois há agregação de valor e aumento de renda para os agricultores familiares.

Mior (2008) destaca a forma de organização e a divisão de tarefas nas agroindústrias familiares. Segundo o autor, isto está de acordo com a competência e satisfação de cada membro do grupo familiar no desenvolvimento do trabalho, e nas diversas etapas de produção e transformação dos alimentos. Em um mesmo grupo tem os que se adaptam mais as atividades da produção, enquanto outros preferem a atividade de industrialização e comercialização (MIOR, 2008). Em relação ao trabalho dos membros da unidade familiar nas agroindústrias familiares, Boni (2006) ressalva:

Mesmo que esses trabalhos sejam realizados pelos jovens e mulheres, na sua grande maioria, os resultados destas tarefas são apropriados e legitimados por todos os membros da unidade familiar, não de forma igualitária. O gerenciamento da renda e a gestão do empreendimento é realizada pelo homem considerado o “chefe da família”, mantendo-se quase intactas as tradições patriarcais que ocasionam desequilíbrios de poder ligados a gênero e geração (BONI, 2006, p. 16).

As agroindústrias familiares constituem-se geralmente a partir de duas motivações mais comuns. A primeira, pelo aproveitamento de excedentes que agricultor não consegue comercializar por não atender aos padrões exigidos ou problemas de qualidade. Enquanto a segunda motivação surge quando os preços são desfavoráveis na comercialização da produção agrícola e o produtor vê a agroindustrialização como uma alternativa para lhe adicionar valor. Esses pequenos empreendimentos acabam constituindo um ambiente favorável ao resgate do “saber fazer” e das práticas tradicionais das famílias dos agricultores (VIEIRA, 1998).

As agroindústrias familiares possuem importância fundamental no vínculo familiar, pois são capazes de absorver a mão-de-obra familiar como a das mulheres e jovens, evitando o êxodo rural. Além disso, estão

se tornando uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares, visando o rural como um todo, e não somente ligado a produção agrícola (SCHENKEL; MOURA; ANDREATTA, 2004; PETTAN, 2005). Esses pequenos empreendimentos criam oportunidades de inclusão social, principalmente para os segmentos menos privilegiados como as mulheres, jovens e idosos, pois para estes, se tornarem ativos pode representar o começo ou até mesmo o recomeço da construção da cidadania, assim como, a oportunidade de resgatar seus valores culturais (SCHENKEL; MOURA e ANDREATTA, 2004).

Wesz Junior e Trentin (2007) também salientam que a agroindústria familiar é uma ferramenta importante para o meio rural, pois contribui para um desenvolvimento sustentável dos atores sociais envolvidos, e acabam encaixando-se em inúmeras realidades, podendo, dessa maneira, contribuir para os territórios de forma multidimensional e diversificada. Além disso, complementam os autores, pode criar diversas identidades, não se tornando dependente de apenas um setor agropecuário, ou até mesmo de *commodities*, como é a situação de muitos estabelecimentos e regiões. De acordo com Boni (2005) e Pelegrini e Gazolla (2008), a agroindústria familiar serve como uma estratégia de reprodução social, pois é responsável pela permanência dos agricultores e de suas famílias no meio rural permitindo que todos os membros da unidade familiar participem no processo produtivo gerando renda, ocupação e melhor qualidade de vida.

Nesta perspectiva, acredita-se que as agroindústrias familiares possam contribuir de forma positiva no desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, não podemos minimizar os desafios e entraves legais que os agricultores enfrentarão ao implantarem um empreendimento transformador de alimentos com base familiar. Entre estes desafios cabe destacar a falta de capacitação para a administração da agroindústria, a qualidade da mão-de-obra, a garantia de um produto de qualidade, o escoamento da produção (comercialização) assim como os aspectos legais. Mior (2003) aponta várias exigências que devem ser cumpridas, entre elas: a questão fiscal, a legislação ambiental e, principalmente a sanitária, nas quais a agroindústria familiar deve se enquadrar. Para a comercialização de produtos processados como carnes, embutidos e derivados do leite necessitam obrigatoriamente de inspeção. Porém, nem mesmo a formação de pequenos empreendimentos, cooperativas ou associações facilitam a constituição de canais de agregação dos agricultores familiares, pois também se deparam com diversos requisitos burocráticos.

Segundo Mior (2003), as cooperativas geralmente esbarram na exigência legal de um número mínimo de associados. Além disso, existe a cobrança de imposto de rendas dos cooperados, conforme a portaria 123 de 1999 da Receita Federal. Enquanto a forma de microempresa implica na perda da identidade do agricultor familiar, pois ele legalmente passa a não ser agricultor por várias esferas jurídicas. Isto é, não pode ser mais segurado especial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) perdendo sua aposentadoria como trabalhador rural.

Nesse contexto, as agroindústrias familiares enquanto produzem de forma artesanal vinculam as categorias propriedade dos meios de produção e trabalho e, operam no mercado informal. Além disso, conseguem manter certa independência em relação às burocracias e entraves impostos pelo sistema. No entanto, a partir da interferência dessa mesma política estatal quando estabelece medidas para enquadrar as atividades de transformação de alimentos dos agricultores familiares à legislação, acabam atribuindo os mesmos deveres exigidos para as agroindústrias convencionais. Este fato repercute diretamente na reprodução social das famílias de agricultores que tem a agroindústria como alternativa de renda.

2.3 Agroindústrias familiares de Santa Catarina

De acordo com Wesz Junior e Trentin (2007), as agroindústrias familiares ganharam destaque a partir dos anos 90, quando entidades públicas e privadas começaram a incentivar essa prática. O apoio a estes pequenos empreendimentos ocorreu devido à geração de renda, tanto para os proprietários como para os fornecedores de mão-de-obra; toda a família poderia participar no processo produtivo reduzindo assim o êxodo rural, uma vez que proporcionava condições para que os membros da unidade doméstica permanecessem no campo. Conforme os autores, o bom desempenho dessas experiências acabou despertando o interesse de pesquisadores que buscavam conhecer o real potencial das agroindústrias já existentes como forma de incentivar a geração de novos empreendimentos.

Segundo estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2008, o Brasil possui aproximadamente 35 mil unidades destes pequenos empreendimentos inseridos no sistema agroalimentar (WESZ JUNIOR, 2009). Em nível estadual, de acordo com o levanta-

mento realizado pela Epagri/Cepa (2011)⁹, Santa Catarina possui 1.894 agroindústrias familiares, constatando-se a importância deste tipo de atividade para as famílias rurais. A distribuição das agroindústrias familiares catarinenses pode ser vista na Figura 1, abaixo. A presente pesquisa procurou enfatizar as agroindústrias familiares localizadas no Litoral Sul Catarinense (UGT 8). De acordo com o levantamento, o Litoral Sul destaca-se por possuir o maior número destes pequenos empreendimentos com 359 agroindústrias.

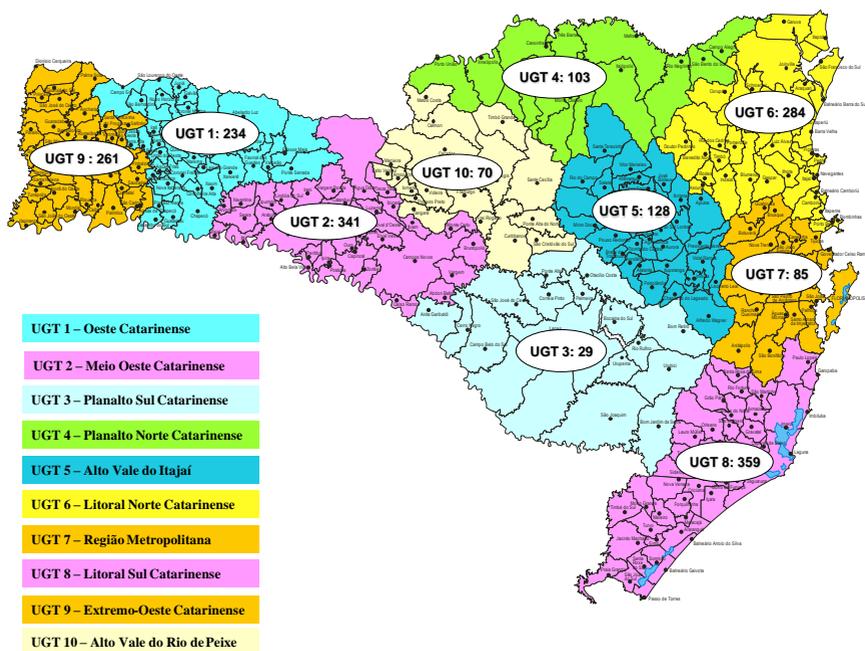


Figura 1. Distribuição das agroindústrias familiares conforme as Unidades de Gestão Técnica (UGT) da Epagri.

Fonte: Epagri/Cepa (2011).

⁹O levantamento completo das Agroindústrias Familiares Rurais de Santa Catarina pode ser acessado no site: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>

Além da significativa quantidade de agroindústrias familiares existentes no Estado, elas caracterizam-se por sua diversidade de produtos. Isto indica as peculiaridades e especificidades de cada região, atrelado a tradição do “*saber-fazer*” e conhecimento em “manipular” dos agricultores, que na busca da sua reprodução social, encontram as agroindústrias familiares como alternativa complementar.

Nesse sentido, os produtos produzidos nas agroindústrias familiares possuem um conjunto de características peculiares – ecológicas, sociais, culturais, nutricionais, artesanais, entre outras - os diferenciando dos demais produtos. Atrelado a isto, a diferenciação dos produtos condiz com o local de sua produção e com a tradição do “*saber-fazer*” dos agricultores ou ainda adquiridos de instituições responsáveis – “*saber adquirido*” – que lhes conferem este diferencial (PETTAN, 2005). Portanto, com relação à transformação de produtos, as agroindústrias familiares apresentam duas linhas: a primeira é o *saber-fazer* através dos aprendizados transmitidos de geração em geração, como é o caso, por exemplo, de algumas das agroindústrias familiares pesquisadas de panificados, suco de uva e vinho, farinha de mandioca, melado e embutidos. Enquanto a segunda é o “*saber adquirido*” ao longo do tempo pelos agricultores familiares através de instituições, como a agroindústria de hortaliças e laticínios. A caracterização das agroindústrias familiares envolvidas na pesquisa será aprofundada no Capítulo 3 desta dissertação.

Conforme o levantamento, os principais tipos de produtos que se destacam nas agroindústrias do Litoral Sul (UGT 8) são os seguintes: cana-de-açúcar e derivados; mandioca e derivados; massa/panificação e mel e derivados como pode ser observado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1. Agroindústrias familiares por tipo de produto, de acordo com as UGTs da Epagri (2009).

Produto	UGT n° de agroindústrias ⁽¹⁾										Total ⁽¹⁾
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Frutas e derivados	40	64	6	21	18	81	29	58	40	37	394
Cana-de-açúcar e derivados	52	87		3	18	40	14	94	68	1	377
Massa/Panificação	54	39	10	23	21	54	14	60	31	12	318
Leite e derivados	45	52	7	16	31	27	9	22	41	8	258
Mandioca e derivados	17	18		6	12	43	15	62	14	1	188
Hortaliças e derivados	13	29	1	13	12	41	17	23	20	7	176
Mel e derivados	10	16	6	13	15	17	7	17	14	3	118
Suínos e derivados	17	18	1	11	6	17	2	16	21	4	113
Ovos	8	34		8	2	7	6	18	19	2	104
Grãos e derivados	2	18		4	3	1	4	16	9	2	59
Aves e derivados	3	10		4	5	7	3	3	14	1	50
Bovinos e derivados	3	9	1	5	5	6	1	3	6		39
Outros ⁽²⁾	28	31	1	2	12	23	13	20	22	4	156
Total ⁽²⁾	292	425	33	129	160	364	134	412	319	82	2.350

⁽¹⁾ A mesma agroindústria pode trabalhar com mais de um tipo de produto. Portanto, os números dessa tabela são superiores aos apresentados no mapa.

⁽²⁾ Pescado e derivados, madeira, palmáceas, ovinos e derivados, vassoura, erva-mate, plantas medicinais etc.

Fonte: Tabulação de levantamento da Epagri (2010).

Em relação à organização social dos agricultores, 1.041 (63,1%) agroindústrias familiares são individuais, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2. Forma de organização e participação das agroindústrias em cooperativa ou associação (2009).

Participação em cooperativa ou associação	Individual/familiar	(%)	Grupal	(%)	Total	(%)
Não	1.041	63,1	106	43,4	1.147	60,6
Sim	595	36,1	133	54,5	728	38,4
Sem resposta	14	0,8	5	2,0	19	1,0
Total	1.650	100	244	100	1.894	100

Fonte: Tabulação de levantamento da Epagri (2010).

Ainda, de acordo com o levantamento é possível constatar que a agroindustrialização repercute positivamente na contenção do fluxo migratório. Conforme os dados obtidos em relação aos jovens, 529 rapazes e 318 moças permaneceram no meio rural diante da possibilidade de trabalhar nas agroindústrias. No entanto, os adultos permaneceram ou retornaram numa proporção maior do que os jovens. O viés de gênero também é evidente, pois o número de moças que permaneceram (318) ou retornaram (60) ao meio rural em função das agroindústrias é menor quando comparada aos rapazes (Tabela 3). Dessa forma, podemos constatar ainda uma migração seletiva.

Tabela 3. Pessoas que permaneceram ou retornaram ao meio rural carinense em função das agroindústrias (2009).

Gênero/Faixa etária	Permaneceram			Retornaram			Total geral		
	Adultos	Jovens	Total	Adultos	Jovens	Total	Adultos	Jovens	Total
Masculino	1.608	529	2.137	199	87	286	1.807	616	2.423
Feminino	1.391	318	1.709	167	60	227	1.558	378	1.936
Total	2.999	847	3.846	366	147	513	3.365	994	4.359

Fonte: Tabulação de levantamento da Epagri (2010).

Para retratar melhor a condição dos jovens nos municípios pesquisados a Tabela 4 a seguir demonstra que os rapazes permaneceram ou retornaram em maior número nos municípios de Imaruí e São Ludgero. Enquanto a permanência das moças no meio rural em função das agroindústrias é mais expressiva no município de São Ludgero. Ao verificarmos esta condição no Litoral Sul, 138 jovens trabalham nas agroindústrias familiares de acordo com o levantamento realizado pela Epagri/Cepa (2011).

Tabela 4. Pessoas que permaneceram ou retornaram ao meio rural em função de trabalhar nas agroindústrias no Litoral Sul Catarinense.

Gênero	Permaneceram				Retornaram				Total			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
Município	Adultos	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos	Jovens	Adultos	Jovens
Grão Pará	6	2	2	0	1	0	0	0	7	2	2	0
Imaruí	44	11	29	3	3	0	1	0	47	11	30	3
Santa Rosa de Lima	14	2	6	5	0	0	0	0	14	2	6	5
São Ludgero	12	10	11	7	5	1	5	1	17	11	16	8
São Martinho	3	5	7	2	0	0	0	0	3	5	7	2
Treze de Maio	29	7	30	5	0	0	1	0	29	7	31	5
Tubarão	13	6	13	4	0	0	0	1	13	6	13	5
Microrregião de Tubarão	183	48	142	33	20	3	11	4	203	51	153	37
Litoral Sul Catarinense	280	70	222	50	39	10	25	8	319	80	247	58
Total Geral Jovens Litoral Sul											138	

Fonte: Cepa/Epagri (2010).

No próximo capítulo faremos a descrição da área da pesquisa, a caracterização das famílias, das agroindústrias pesquisadas e o perfil dos jovens entrevistados.

CAPÍTULO 3 – O CONTEXTO DA PESQUISA, CARACTERIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ANALISADAS E O PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS.

3.1 Descrição da Área de Pesquisa

O estado de Santa Catarina está localizado na região Sul do Brasil, junto às regiões de maior desempenho econômico do País, Sul e Sudeste. O estado é formado por 293 municípios, localizados em nove regiões distintas, tanto nos seus aspectos socioeconômicos, como ambientais e culturais. São elas: i. Litoral Sul, ii. Litoral Centro; iii. Litoral Norte; iv. Alto Vale do Itajaí; v. Médio Vale do Itajaí; vi. Planalto Sul; vii. Planalto Norte; viii. Meio Oeste e ix. Oeste Catarinense (EPAGRI, 2010).

A pesquisa foi realizada no Litoral Sul Catarinense. Essa região abrange 43 municípios, distribuídos em três associações: AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna, AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera e AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul, cujas cidades pólos (microrregiões), são respectivamente, Tubarão, Criciúma e Araranguá.

Em relação às suas características geográficas, o Litoral Sul possui uma área de 9.709,247 km², com uma população de 925.177 habitantes (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 7.456,11 (IBGE, 2007). Os sete municípios selecionados para a pesquisa (*Grão Pará, Imaruá, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão*) pertencem à microrregião de Tubarão, nos quais são associados à AMUREL. A AMUREL corresponde a um percentual de 6,06% da área total do Estado de Santa Catarina, perfazendo um total de 4.542 km². As principais culturas da região da AMUREL são o arroz, a batata, o fumo e a mandioca, além de outras culturas anuais com menor expressão (IEL/SC, 2003).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (Tabela 5), as três maiores densidades demográficas (d.d) dos municípios pesquisados encontram-se em Tubarão (323,76 hab/km²), São Ludgero (102,19 hab/km²) e Treze de Maio (42,69 hab/km²). Ainda, conforme o mesmo censo apenas os municípios de Santa Rosa de Lima e São Martinho possuem menos de 5 mil habitantes com 2.065 e 3.209, respectivamente. Os dados também demonstram que no ano de 2000, dos 337.555 habitantes da Microrregião de Tubarão, 70,7% residiam nos perímetros

urbanos e 29,3% nas áreas rurais. Enquanto em 2010, a Microrregião constava com uma população total de 374.859 habitantes, dos quais 78,9% habitavam as áreas urbanas e 21,1% nas áreas rurais.

Desse modo, com exceção de Grão Pará (3.204 hab.), todos os outros municípios pesquisados registraram decréscimo da população considerada rural pelo IBGE no período intercensitário entre 2000-2010. Como pode ser observado na Tabela 5, esta situação é registrada no município de São Ludgero, que perdeu 56,4% da sua população rural nesse período, e também em Tubarão (-50,7%).

Tabela 5. População Rural e Urbana dos municípios pesquisados do Litoral Sul Catarinense, Variação de População entre 2000 e 2010 e Densidade Demográfica.

População por município	População 2000					População 2010					Variação 2000-2010%		Área	d.d
	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%	Urbana	Rural	km ²	2010
Grão Pará	5.817	2.674	45,9	3.143	54,03	6.223	3.019	48,5	3.204	51,5	12,9	1,9	336,170	18,51
Imaruí	13.404	3.909	29,1	9.495	70,8	11.672	4.005	34,3	7.667	65,7	2,4	-22,9	542,238	21,53
Santa Rosa de Lima	2.007	423	21,0	1.584	79,0	2.065	518	25,1	1.547	74,9	2,2	-2,3	202,977	10,17
São Ludgero	8.587	5.995	69,8	2.592	30,1	10.993	9.863	89,7	1.130	10,3	64,5	-56,4	107,572	102,19
São Martinho	3.274	888	27,1	2.386	72,8	3.209	1.231	38,3	1.978	61,7	38,6	-0,17	224,530	14,29
Treze de maio	6.716	1.764	26,2	4.952	73,7	6.876	3.401	49,5	3.475	50,5	9,2	-29,8	161,079	42,69
Tubarão	88.470	69.925	79,0	18.545	20,9	97.235	88.094	90,6	9.141	9,4	25,9	-50,7	300,335	323,76
Microrregião Tubarão	337.755	238.668	70,7	99.087	29,3	374.859	295.724	78,9	79.135	21,1	23,9	-20,1	4.656,40	80,5
Santa Catarina	5.356.360	4.217.931	78,7	1.138.429	21,3	6.249.682	5.249.197	84,0	1.000.485	16,0	24,4	-12,1	95,346	65,5
Região Sul	25.107.616	20.321.999	80,94	4.785.617	19,06	27.384.815	23.257.880	84,93	4.126.935	15,07	14,4	-13,7	563.802	48,57
Brasil	169.799.170	137.953.959	81,2	31.845.211	18,8	190.732.694	160.879.708	84,3	29.852.986	15,7	16,6	-6,3	8.547.404	22,3

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000 e 2010.

No que se refere ao número de estabelecimentos agropecuários, a Tabela 6 a seguir indica que de um total de 12.480 estabelecimentos na Microrregião de Tubarão, 10.914 (87,45%) pertencem a agricultores familiares e 1.566 (12,55%) são de agricultores não familiares. Portanto, tanto na Microrregião de Tubarão assim como nos sete municípios pesquisados predominam estabelecimentos familiares. A proporção de estabelecimentos familiares na Microrregião de Tubarão é igual à encon-

trada em Santa Catarina (87%) e maior quando comparada a nível nacional (84,4%).

Tabela 6. Estabelecimentos, área, agricultura familiar e agricultura não familiar nos municípios pesquisados.

Município	Total		Estabelecimentos				Área			
			Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
	Quantidade	Área	Quantidade	%	Quantidade	%	Área	%	Área	%
Grão Pará	843	24.560	717	85,05	126	14,95	14.805	60,28	9.755	40,53
Imaruí	856	13.521	800	93,46	56	6,54	7.690	56,88	5.830	39,72
Santa Rosa de Lima	567	18.364	455	80,25	112	19,75	9.801	53,37	8.563	46,63
São Ludgero	404	7.210	325	80,45	79	19,55	5.244	72,73	1.966	27,27
São Martinho	509	15.778	420	82,51	89	17,49	10.148	64,32	5.630	35,68
Treze de maio	448	6.893	424	94,64	24	5,36	5.973	86,66	920	13,34
Tubarão	762	10.190	600	78,74	162	21,26	4.903	48,11	5.287	51,89
Microrregião Tubarão	12.480	258.841	10.914	87,45	1.566	12,55	153.922	59,47	104.919	40,53
Santa Catarina	193.663	6.040.134	168.544	87,03	25.119	13	2.645.088	43,8	3.395.047	56,2
Região Sul	1.006.181	41.526.157	849.997	84,5	156.184	15,5	13.066.591	31,5	28.459.566	68,5
Brasil	5.175.489	329.941.393	4.367.902	84,4	807.587	15,6	80.250.453	24,3	249.690.940	75,7

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006).

Ainda em relação à estrutura fundiária, a Tabela 7 a seguir indica que a Microrregião de Tubarão possui 6.027 (48,29%) estabelecimentos com áreas de 10 a menos 50ha. Como pode se observar, esta incidência é inferior ao estado de Santa Catarina (52,52%) e superior ao País (30,54%). Nos municípios pesquisados, apenas Imaruí (60,28%) e Tubarão (66,53%) possuem a maioria dos estabelecimentos inferiores a 10ha. Além disso, os dados da Tabela 8 demonstram que dos 12.480 estabelecimentos da Microrregião de Tubarão, predominam agricultores na condição de proprietários (91,11%).

Tabela 7. Número de estabelecimentos agropecuários e grupos de área total nos municípios pesquisados.

Município	Total	Produtores sem área		Menos de 10 ha		De 10 a menos de 50 ha		De 50 a menos de 100 ha		De 100 a menos de 500 ha		Mais de 500 ha	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Grão Pará	843	3	0,35	149	17,67	573	67,97	94	11,15	24	2,85	0	0
Imarui	856	38	4,44	516	60,28	246	28,74	36	4,20	20	2,34	0	0
Santa Rosa de Lima	567	1	0,18	130	22,93	336	59,26	80	14,11	19	3,35	1	0,18
São Ludgero	404	28	6,93	104	25,74	255	63,12	17	4,21	0	0	0	0
São Martinho	509	2	0,39	84	16,50	326	64,05	85	16,70	12	2,36	0	0
Treze de maio	448	12	2,68	164	36,61	258	57,59	14	3,12	0	0	0	0
Tubarão	762	9	1,18	507	66,53	209	27,43	20	2,62	16	2,1	1	0,13
Microrregião Tubarão	12.480	321	2,57	5.212	41,76	6.027	48,29	686	5,50	217	1,74	17	0,14
Santa Catarina	193.663	4.122	2,13	69.390	35,83	101.721	52,52	10.723	5,54	6513	3,36	1.194	0,62
Sul	1.006.181	19.811	1,97	406.481	40,40	457.050	45,42	584.06	5,80	52316	5,20	12.117	1,20
Brasil	5.175.489	255.024	4,93	2.477.071	47,86	1.580.703	30,54	390.874	7,55	371.114	7,17	100.703	1,95

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006).

Tabela 8: Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor nos municípios pesquisados.

Município	Total Geral	Proprietário	Não proprietários					Total ¹
			Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Sem Área	
Grão Pará	843	808	0	16	3	13	3	35
Imarui	856	776	0	24	4	14	38	80
Santa Rosa de Lima	567	554	0	2	1	9	1	13
São Ludgero	404	370	0	1	2	3	28	34
São Martinho	509	489	0	3	2	13	2	20
Treze de maio	448	383	0	20	7	26	12	65
Tubarão	762	696	1	37	8	11	9	65
Microrregião Tubarão	12.480	11.371	11	396	67	314	321	1.098
Santa Catarina	193.663	170.908	2.651	7.085	2.151	6.746	4.122	20.104
Sul	1.006.181	839.670	22.279	59.476	19.546	45.399	19.811	144.232
Brasil	5.175.489	3.946.276	189.191	230.110	142.531	412.357	255.024	1.040.022

¹ Neste Total não foi incluído os agricultores “Assentados sem titulação definida”.

Fonte: IBGE (2006).

Conforme os dados da Tabela 9 abaixo, a partir da relação entre os três setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) é possível observar que os resultados totais do PIB nos municípios pesquisados demonstram que o setor de serviços contribui em maior valor monetário (R\$1.163.543,00), seguido do setor da indústria (R\$ 614.585,7) e por último, da agropecuária (R\$ 193.628,00). Desta forma, dos sete municípios pesquisados, São Ludgero e Tubarão apresentam maior participação e contribuição no PIB no setor de serviços.

Tabela 9. Produto Interno Bruto dos municípios pesquisados.

Municípios	Produto Interno Bruto (em mil R\$)					
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB a Preços correntes	PIB Per capita
Grão Pará	46.220	20.070	33.342	3.761	114.631	16.543
Imaruí	47.420	9.748	49.660	2.245	128.429	9.207
Santa Rosa de Lima	12.950	4.008	10.806	917	31.747	13.684
São Ludgero	18.574	96.300	77.729	38.260	263.178	21.496
São Martinho	24.945	6.116	16.712	1.532	49.148	15.018
Treze de maio	18.574	11.889	30.409	3.208	86.742	10.357
Tubarão	24.945	486.504	944.888	166.333	1.591.460	16.976
Total	193.628	614.585,7	1.163.546	216.256	2.263.335	103.281

Fonte: IBGE (2008).

3.2 Histórico da agricultura familiar

Em comparação com as outras regiões do estado, o Litoral Sul Catarinense apresenta historicamente mais traços da herança cultural italiana, onde 65% da população são descendentes de italianos. A imigração teve início com a chegada dos imigrantes na década de 70, do século XIX, atraídos pela promessa de receberem terras para cultivo (RAITZ et al., 2010). A imigração de italianos “trata-se da maior corrente migratória já recebida, que ocupou principalmente a região sul, próxima ao litoral” (SANTOS FILHO, 2006, p.56).

Segundo Goularti Filho (2002, p.69), com a chegada de novos imigrantes a Santa Catarina, “a ocupação e a fundação de novos núcleos coloniais começaram a se dispersar, saindo do eixo norte-Vale, chegando até o sul da província”. Para os imigrantes europeus se instalarem, necessitavam de três suportes fundamentais: financiamento governamental, terras disponíveis e companhias colonizadoras. Estas companhi-

as eram responsáveis pela viagem e a instalação dos imigrantes, onde faziam o intermédio dos contratos com o governo imperial encarregado por financiar as viagens. Desta forma, aos imigrantes foram distribuídas terras devolutas (Lei 601/1850 e Decreto 528/1890), as quais podiam ser pagas em espécie, dinheiro ou serviços prestados ao governo.

Nas colônias do sul do estado, os lotes variavam entre 25 a 30 hectares. Conforme o autor, antes da chegada dos imigrantes ao sul da província, já havia as localidades de Laguna, Tubarão, Araranguá e de Jaguaruna, fundadas em 1682; 1836; 1848 e 1867, respectivamente. A colonização tanto de Araranguá como Jaguaruna e outras localidades no litoral, eram basicamente de açorianos, que praticavam as atividades de pesca, artesanato e agricultura de subsistência. A ocupação pelos imigrantes, primeiro os italianos, seguidos dos poloneses e alemães, iniciou-se em 1877 no sul da província (DALL'ALBA *apud* GOULARTI FILHO, 2002).

Neste trajeto, os novos imigrantes desembarcaram em Desterro e desceram até Laguna e Tubarão, fundando os primeiros núcleos coloniais: Azambuja (1877), Urussanga (1878), São José de Cresciúma (1880), Cocal (1885), Nova Veneza (1890), Nova Belluno (1891); onde se estabeleceram próximo aos rios. Apesar da presença de alguns municípios e vilas, ao longo do litoral sul, a região passou a ter destaque econômico somente com o início das atividades carboníferas e da construção da ferrovia após 1880 (GOULARTI FILHO, 2002).

O Litoral Sul tinha a economia muito dependente da exploração de carvão mineral, das atividades agrossilvopastoris e da pesca. Porém, foi capaz de agregar e desenvolver outras atividades como a cerâmica, o vestuário, a construção civil, o comércio e os serviços (NEUBERT; DUFLOT e BATISTA, 2000). A região teve a agricultura como atividade básica no início da colonização, com a exploração carbonífera dominando posteriormente o cenário econômico. A diversidade de culturas – italiana, alemã, açoriana e polonesa – somada aos vários ambientes específicos (oceanos, lagoas, campos e serra) favorecem também uma atividade turística, mas que ainda aproveita pouco o potencial existente (EPAGRI, 2005).

No Litoral Sul Catarinense predomina uma agricultura com elevado nível técnico nas unidades familiares. Entre os principais produtos agrícolas produzidos encontram-se soja, fumo e arroz. O sistema produtivo da cultura do arroz destaca-se por empregar a tecnologia de irrigação, o que lhe acaba conferindo alta produtividade e uma certa hegemonia produtiva. A fruticultura tem por base principalmente as culturas de citros, banana e uva. Enquanto a produção de mandioca é tradicional-

mente absorvida nas farinheiras locais. Na produção animal, destaca-se a criação de suínos, bovino de corte e de leite. Além disso, o Litoral Sul se diferencia das demais devido a uma forte especialização e um processo de integração na produção de fumo e na criação de suínos (MATTEI, 1999).

Paulilo (1990) em sua pesquisa no sul do estado de Santa Catarina explora as relações existentes nos processos de integração dos agricultores familiares com as agroindústrias de suínos e fumo. Para a autora, a instalação de integradoras na região sul apenas promoveu um rearranjo das antigas formas de comercialização, dado que a tradição de determinar o valor de compra e venda foi mantida. A autora, ainda reforça a importância da suinocultura na região que estabeleceu-se juntamente com as levas de imigrantes que chegavam da Alemanha e Itália. Havia fabriquetas de banha por todo o interior do sul do Estado devido à aparelhagem de produção ser bastante rústica: um tacho grande para derreter o toucinho, cochos para esfriar a banha, balança, depósitos de latas e um tablado para salgar a carne. No município de Tubarão, somente a banha, o toucinho e a carne foram responsáveis por 78,4% do imposto em 1897; por 50,27% do recolhido em 1898 e 76,16% do recolhido em 1899.

Em relação ao fumo de estufa foi introduzido no sul do estado pela Souza Cruz, na década de 50. Em períodos anteriores a sua introdução, os principais produtos cultivados pelos agricultores da região eram a mandioca, o arroz e a criação de suínos. Conforme Paulilo (1990, p.134), “os dois últimos têm, até hoje, papel relevante na produção agrícola da região, mas a mandioca não, pois foi justamente em suas antigas terras que o fumo penetrou”. A autora constata que não é possível traçar um “perfil do fumicultor sul-catarinense”, pois a cultura é compatível com qualquer tamanho de propriedade na qual exige apenas 2ha de terra por estufa. Além disso, é compatível com os recursos financeiros de um grande número de produtores devido ao investimento exigido ser pequeno e totalmente financiado pelo banco. No período da sua pesquisa (1983), Paulilo observou que o número de fumicultores era incomparavelmente maior que o de suinocultores integrados.

Além disso, Mattei (1999) destaca que no Litoral Sul os agricultores têm tradição de combinarem atividades agrícolas com não-agrícolas. Estas atividades não-agrícolas sempre estiveram relacionadas aos setores do vestuário e de calçados e, atualmente, ao turismo no meio rural. Em sua tese a respeito da pluriatividade das famílias rurais em Santa Catarina entre os anos de 1981 e 1997, o autor constatou que as ocupações não-agrícolas mais importantes no Estado eram de emprega-

das domésticas, pedreiros, motoristas, costureiros/alfaiates, ajudantes diversos, serventes e balconistas. Conforme o autor, essas poucas categorias profissionais correspondiam por quase a metade da População Economicamente Ativa (PEA) rural não agrícola. Ainda, a respeito dos empregos não-agrícolas, o autor complementa:

De um modo geral, verifica-se que a grande maioria dessas ocupações não exige níveis de qualificação profissional elevados. Isto possibilita a incorporação mais fácil de importantes parcela da PEA agrícola ao mercado de trabalho não-agrícola, ao mesmo tempo que evita a disputa por outros tipos de emprego, principalmente no meio urbano, que exigiriam experiências e qualificações superiores. Esta constatação nos sugere a hipótese de que está em curso um processo de diversificação produtiva no espaço rural catarinense que rompe com o monopólio da agricultura enquanto atividade econômica soberana na geração do emprego rural (MATTEI, 1999, p. 47-48).

Alves (2008) pesquisando a pluriatividade no município de São Ludgero/SC, também constatou o vínculo dos produtores rurais às atividades não-agrícolas em indústrias de molduras e do ramo plástico. O autor salienta que apesar dos agricultores trabalharem nestas indústrias, não abandonaram seu local de moradia e continuam exercendo as atividades agropecuárias.

Nesse contexto, entre as estratégias que tem despertado a atenção das instituições para gerar novas alternativas de ocupação e renda para as famílias e jovens, está a agroindustrialização em pequena escala de alimentos. A agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar ao mesmo tempo em que pressupõe a produção e beneficiamento artesanal e reflete hábitos de consumo locais acaba transformando-se em um produto diferenciado. Estudos realizados por Vieira (1998) e Prezotto (2002), destacam as agroindústrias familiares como uma alternativa importante para promover a participação dos agricultores familiares nos processos produtivos. Esse tipo de empreendimento ainda oferece a possibilidade de descentralização regional da produção, pois é capaz de aproximar as agroindústrias da produção da matéria-prima; reduz os custos de transporte; amplia oportunidades de ocupação para os agricultores familiares e, conseqüente, reduz as migrações desordenadas.

Conforme Prezotto (2002), essa visão de desenvolvimento valoriza o meio rural, proporcionando uma melhor utilização do espaço territorial, assim como a busca da recuperação e preservação ambiental. Além disso, esse processo pode favorecer um desenvolvimento regional e local mais equilibrado, principalmente nos pequenos municípios. Para o autor, o estímulo para a melhoria da economia nestes locais está diretamente relacionado ao surgimento de iniciativas nas quais favoreçam o aumento, a permanência e a reaplicação da agricultura no próprio município e regiões vizinhas. No entanto, é necessário esclarecer que este modelo de agroindustrialização descentralizado não representa a solução de todos os problemas dos agricultores familiares no meio rural, e, portanto, “deve ser entendido e trabalhado como parte de um conjunto de ações e de outras atividades, articuladas entre si, que busquem construir um desenvolvimento local sustentável nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar” (PREZOTTO, 2002, p. 139).

3.3 Caracterização das propriedades familiares

3.3.1 Perfil das famílias de agricultores entrevistados

Na presente pesquisa, foram entrevistadas 22 famílias, as quais possuíam agroindústrias de diversos ramos. Cabe salientar novamente que entre estas 22 famílias, três não tinham jovens. Ou seja, eram compostas por um casal de idosos e duas delas por crianças. O perfil das famílias dos agricultores é composto, majoritariamente, por produtores ítalo-brasileiros (55%), casados (92%) e católicos (95%) (Tabela 10).

Tabela 10. Perfil dos agricultores familiares entrevistados nos municípios selecionados.

Entrevistados	Número de entrevistados	%	Estado civil	%	Etnia	%	Religião	%	Procedência	%
Marido	4	18	Casado	92	Teuto-brasileiro (Alemães)	41	Católico	95	Natural do município	91
Esposa	8	37	Divorciado	4	Ítalo-brasileiro (Italianos)	55	Evangélico	5	Outro município	9
Casal	4	18	Viúvo	4	Polono-brasileiro (Poloneses)	4	Outro	0	Outro Estado	0
Outro*	6	27	-	-	Outro	0	-	-	-	-

* Os próprios filhos dos agricultores responderam as informações básicas referentes às propriedades devido aos seus pais estarem trabalhando no momento da visita da pesquisadora.

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2011).

Em relação ao tamanho das propriedades, predominam unidades com mais de 10ha (59%). Esta porcentagem é resultante dos dois estratos de área: 11 a 20ha (27%) e 21 a 50ha (32%). Em 32% dos casos, as propriedades possuíam entre 2 e 5ha (Tabela 11). Todas as propriedades são geridas pelos membros das famílias. Outra característica da amostra examinada é a condição de proprietários da terra em que trabalham.

Tabela 11. Tamanho das propriedades rurais das famílias que possuem agroindústrias familiares.

Tamanho das propriedades	Número de propriedades	%
2 a 5ha	7	32
6 a 10ha	2	9
11 a 20ha	6	27
21 a 50ha	7	32
Total	22	100

Carneiro (1998) verifica a significativa redução do número de filhos das famílias entrevistadas em sua pesquisa. Conforme a autora, a tradição de famílias numerosas de sete a doze filhos no meio rural cedeu lugar às famílias com, no máximo três filhos, refletindo, o controle da natalidade típico das famílias citadinas de classe média. A constatação de Carneiro (1998) também pode ser observada neste estudo. Em 59% dos casos os agricultores tinham até dois filhos (Tabela 12).

Tabela 12. A relação total do número de filhos por casal nas agroindústrias familiares visitadas.

Número de Filhos	Número de Famílias	%
Um	3	14
Dois	10	45
Três	6	27
Quatro	3	14
Cinco	0	0
Total	22	100

No que diz respeito à diversidade de fontes de renda foram previstas respostas múltiplas tabuladas conforme o número de citações correspondentes a cada atividade (Tabela 13). Além das agroindústrias familiares (41%), destacam-se como fontes de renda a bovinocultura de

leite (10%), bovinocultura de corte (6%), piscicultura (6%) e a plantação de eucalipto (8%) considerada pelos agricultores como um investimento a longo prazo, mas importante atividade na contribuição para renda de suas famílias. Em relação à lavoura (4%), as culturas anuais citadas foram milho, feijão e fumo. Nesta atividade, não considerou-se as culturas como a mandioca e uva, por exemplo, pois as mesmas passavam por processo de transformação nas agroindústrias.

Tabela 13. Diversidade de fontes de renda das famílias entrevistadas.

Diversidade de fontes de renda	Citações	%
Agroindústria familiar	22	41
Assalariamento	10	19
Bovinocultura de leite	5	10
Plantação de eucalipto	4	8
Bovinocultura de corte	3	6
Piscicultura	3	6
Lavoura	2	4
Aposentadoria	3	6
Total	52	100

Através dos dados obtidos também é possível perceber que fora a agroindustrialização, a pluriatividade entre as famílias entrevistadas é significativa. Das 52 citações, dez (19%) correspondem a fontes de renda advindas do assalariamento. Das 22 famílias, oito (36%) também possuem ocupações não agrícolas, entre as quais destacamos o turismo rural e serraria (madeira). Conforme Schneider (2006), a pluriatividade permite aos agricultores familiares estabelecerem iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção além de aumentar as fontes e as formas de acesso a rendas. Para o autor, a pluriatividade tanto pode ser um recurso do qual a família adere para garantir sua reprodução social, assim como, representar também uma estratégia individual.

Nos casos estudados observou-se os dois tipos de estratégias. Em três casos (37,5%), as ocupações não agrícolas exercidas pelos chefes de família (carpinteiro/pedreiro, técnico ambiental e funcionário público de serviços gerais) são a principal fonte de renda da família. Enquanto em dois casos (25%), o assalariamento é para complementar a renda. No caso, uma mulher trabalha na prefeitura e dois rapazes (irmãos) que têm agroindústria de farinha de mandioca trabalham como carpinteiros/pedreiros para obter renda nos períodos de entressafra. Estes irmãos possuem sua própria serraria. A pluriatividade também foi observada

como estratégia individual em três outros casos (37,5%). Em uma das propriedades, a filha mais velha trabalhava como agente de saúde, e na outra, uma moça não estava envolvida nem com as atividades da agroindústria e nem da propriedade, trabalhando como recepcionista em uma agência bancária. Um rapaz da agroindústria de mel orgânico também trabalhava como balconista em uma padaria além de ajudar sua mãe na pousada da família. Nestes casos, a remuneração era utilizada como estratégia individual e não para contribuição na renda familiar.

Além disso, procurou-se identificar qual a ordem de importância da agroindústria familiar na fonte de renda das famílias. Em dez propriedades (45%), constatou-se que a agroindústria era considerada a principal fonte de renda, como algumas de panificados, embutidos e leite. Este dado demonstra ser bem significativo, porém, estas propriedades geralmente não são dependentes de atividades sazonais obtendo renda mensal. Enquanto em doze propriedades, o que corresponde a 55%, tem a agroindústria como fonte de renda complementar como nos ramos de farinha de mandioca, vinho e suco de uva, mel e melado orgânicos e etc.

3.4 As Agroindústrias Familiares pesquisadas

Das 22 agroindústrias familiares que compõem esta amostra, vinte (91%) são individuais/familiar¹⁰ e apenas duas (9%) são em grupo. Todas possuem grau de parentesco, ou seja, trabalham os pais, filhos e membros próximos da família. Como pode ser observado no Quadro 1^a seguir, as agroindústrias são de diversos ramos e estão distribuídas nos respectivos municípios: quatro delas ficam no município de Tubarão, duas em Treze de Maio, duas em São Martinho, quatro em São Ludgero, quatro em Grão Pará, três em Imaruí e, por fim, três em Santa Rosa de Lima totalizando sete municípios.

¹⁰Conforme o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2004), a organização das agroindústrias pode ser de dois tipos: agroindústria individual (uma família) ou então grupal/coletiva que poderá ser uma associação, condomínio, cooperativa e/ou sociedade empresarial.

Quadro 1: Caracterização da amostra.

Grupo	Ramo	Número de famílias	Organização social	Aspecto legal das agroindústrias familiares	Municípios
A	Hortaliças	1	Individual/Familiar	Informal	Tubarão
B	Suínos	2	Individual/Familiar	Formal	Tubarão
C	Uva	1	Individual/Familiar	Informal	Tubarão
D	Suínos	1	Individual/Familiar	Formal	Treze de Maio
E	Panificados	1	Individual/Familiar	Informal	Treze de Maio
F	Mandioca	1	Individual/Familiar	Informal	São Martinho
G	Panificados	1	Individual/Familiar	Formal	São Martinho
H	Cana-de-açúcar	1	Individual/Familiar	<i>Informal*</i>	São Ludgero
I	Panificados	1	Individual/Familiar	<i>Informal*</i>	São Ludgero
J	Hortaliças	1	Individual/Familiar	<i>Informal*</i>	São Ludgero
K	Ovos	1	Individual/Familiar	<i>Informal*</i>	São Ludgero
L	Leite	1	Individual/Familiar	Informal	Grão Pará
M	Panificados	1	Individual/Familiar	Informal	Grão Pará
N	Cana-de-açúcar	2	Individual/Familiar	Informal	Grão Pará
O	Mandioca	3	Individual/Familiar	Informal	Imaruí
P	Leite	1	Individual/Familiar	Formal	Santa Rosa de Lima
Q	Cana-de-açúcar	1	Grupo/Associativa	Formal	Santa Rosa de Lima
R	Mel	1	Grupo/Associativa	Formal	Santa Rosa de Lima

* Para a produção e beneficiamento dos produtos as agroindústrias são informais. No entanto, para a comercialização podem ser consideradas como Associativa.
 Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2011).

Quanto ao aspecto legal quinze (68%) das agroindústrias familiares são informais e apenas sete (32%) são formais. Para Prezotto (1999), esta condição de clandestinidade está vinculada principalmente aos sérios entraves estabelecidos pelo ambiente institucional que desconsideram a dinâmica da agricultura familiar impondo-lhe uma legislação não direcionada para a produção de pequena escala e para os processos de beneficiamento artesanais. Como já foi sinalizado, diversas exigências devem ser cumpridas para legalização das agroindústrias, entre elas: a questão fiscal, a legislação ambiental e, principalmente, a sanitária. Das agroindústrias pesquisadas foi perceptível que os proprietários encontram dificuldades para cumprir estas exigências. Além disso, as agroindústrias geralmente não processam em grande quantidade, o que inviabiliza a total legalização da unidade de produção. Pellegrini e Gazolla (2008) estudando o processo de agroindustrialização da produção da agricultura familiar no Médio Alto Uruguai/RS também constataram que a legalização é um dos principais problemas devido à burocracia exigida.

Em apenas um dos casos estudados, uma agroindústria de panificados (grupo I) enquadrada como informal estava buscando construir a unidade de acordo com as normas estabelecidas pela vigilância sanitária. Wesz Junior (2009) assinala que, geralmente, os agricultores que cumprem as exigências legais têm a agroindústria como única atividade ou principal fonte de renda. Desta forma, por terem investido um alto valor para legalizar o empreendimento, e na busca de novos mercados para torná-lo rentável, a família acaba se direcionando à industrialização dos produtos na agroindústria. Isto foi verificado principalmente nas agroindústrias de embutidos em que a matéria-prima é constante e permite a industrialização por todo ano. Já nos casos em que as agroindústrias dependem de atividades sazonais, como as de mandioca e uva, a manutenção de outras ocupações é um condicionante e as mesmas acabam não cumprindo as exigências legais.

Em outro caso, onde a agroindústria de panificados (grupo G) era registrada como microempresa, a filha tornou-se responsável para seus pais não perderem os benefícios da aposentadoria. Conforme Mior (2003), a forma de microempresa implica na perda do direito do agricultor rural familiar, onde o mesmo não pode se aposentar como trabalhador rural. Para Caldas e Anjos (2004), este fato indica as contradições do processo de intervenção estatal, que, ao mesmo tempo em que aponta as vantagens na diversificação de rendas, acaba restringindo às famílias rurais a possibilidade de buscarem rendas adicionais, como no caso a agregação de valor aos produtos através da agroindustrialização.

É importante destacar um caso neste universo da amostragem relativo à organização das agroindústrias. No município de São Ludgero, as famílias de agricultores fazem o beneficiamento dos produtos nos próprios estabelecimentos de maneira informal. Com o apoio e assistência técnica da Epagri, os agricultores se organizaram e formaram uma Associação para comercializar os produtos na “Feira de produtos coloniais”, que ocorre no centro da cidade. O sistema é todo digitalizado para facilitar a comercialização. Atualmente são 12 famílias que fazem parte deste grupo onde não há concorrência entre os agricultores, pois cada um comercializa produtos diferentes. O depoimento a seguir esclarece como ocorreu esta iniciativa por parte dos agricultores com o apoio da Epagri:

“[...] Aí essa parte da feira começou há 6 anos nós começamos ‘ah, porque se tivesse um lugarzinho pra vender’, aí com as extensionistas elas disseram pra fazer uma amostra na semana do município que era em junho,

vamos fazer uma amostra e depois a gente vê né, se dá ou não. No primeiro dia que a gente foi, saiu tudo, não sobrou nada. Aí todo mundo se empolgaram, meu Deus! Daí pra ter uma organização pra definir o que cada um fazia e pra não ter concorrência, cada um fico com uma coisa. Eu peguei a parte da conserva porque as minhas terra, as minhas planta era mais da conserva. Quando sobra fruta, banana esse tipo de coisa, aí eu faço compota e vendo em casa [...] Aqui eu não posso vender pra não ter concorrência. Então doce de goiaba, de banana eu vendo em casa, eu não posso vender aqui. Mas isso é porque da organização que a gente tem” (Mulher agricultora, Agroindústria de conserva, São Ludgero).

Nesta perspectiva, apesar dos entraves legais, como constataam Pelegrini e Gazolla (2008), as agroindústrias familiares tornaram-se uma estratégia de reprodução social¹¹ importante para as famílias rurais. No ponto de vista econômico e produtivo esta atividade proporciona geração de renda e emprego nos próprios municípios e para os agricultores que a praticam. Já no ponto de vista social, Boni (2005) destaca a absorção de mão-de-obra familiar como a dos filhos dos agricultores, rapazes e moças, que devido à possibilidade de trabalhar nas agroindústrias acabam permanecendo na propriedade reduzindo a migração para os centros urbanos.

Em relação aos tipos de produtos, optou-se por escolher o principal produto, pois facilitou no momento em que os entrevistados descreviam o que faziam em cada etapa no processo de produção. Porém, cabe ressaltar que, geralmente, os agricultores processavam mais de um produto e alguns estavam envolvidos com outras atividades na propriedade ou fora dela. A relação dos produtos pode ser observada no Quadro 2 seguir:

¹¹Para Alves (2004), as estratégias de reprodução contemplam uma série de elementos que não se restringem somente ao fator econômico. Neste sentido, estão atreladas ao modo de vida e nas relações de sociabilidade presentes no lugar e no seu cotidiano. Bourdieu *apud* Brumer; Anjos (2008) sublinham que tais estratégias envolvem domínios referentes quanto à fecundidade (ligada à reprodução biológica), as estratégias matrimoniais, educativas, de investimento econômico, simbólicas (que visam conservar ou ampliar o capital de reconhecimento do grupo) e de sucessão.

Quadro 2. Principais tipos de produtos das agroindústrias familiares pesquisadas.

Grupo	Ramo	Produtos
A	Hortaliças	Produção de hortaliças orgânicas (cebolinha, salsinha, couve, alface)
B	Suínos	Embutidos (salame, bacon, lingüiça, murcilha, torresmo, pururuca)
C	Uva	Vinho colonial e suco
D	Suínos	Embutidos (salame, bacon, lingüiça, murcilha, torresmo)
E	Panificados	Pães, bolachas e ovos de páscoa
F	Mandioca	Mandioca <i>in natura</i> congelada
G	Panificados	Pães, cucas e bolachas
H	Cana-de-açúcar	Melado e açúcar mascavo
I	Panificados	Pães e bolachas
J	Verduras	Conservas (beterraba, pepino, cenoura, couve-flor, tomate seco etc.)
K	Ovos	Ovos e massas
L	Leite	Queijo colonial
M	Panificados	Pães, bolos, tortas e salgadinhos
N	Cana-de-açúcar	Cachaça e licor
O	Mandioca	Farinha de mandioca
P	Leite	Queijo colonial, mussarela, prato, ricota
Q	Cana-de-açúcar	Melado orgânico e cachaça orgânica
R	Mel	Mel <i>in natura</i> orgânico

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2011).

Com base na metodologia de Boni (2005), procuramos fazer uma descrição das agroindústrias pesquisadas. A agroindústria de produção de hortaliças orgânicas (grupo **A**), antes de iniciar nesta atividade tinham plantação de fumo. Devido ao baixo lucro e a intensa utilização de agrotóxicos optaram pela produção de hortaliças orgânicas com o apoio e incentivo da Epagri.

Nas agroindústrias de embutidos derivados de carne suína (grupos **B** e **D**), duas possuem SIE – Sistema de Inspeção Estadual e uma possui SIM – Sistema de Inspeção Municipal. Nos dois grupos é necessário que um veterinário acompanhe o abate para fazer a inspeção sanitária. Este acompanhamento é feito por um profissional do setor privado, ou seja, é pago pelos próprios agricultores. Além disso, estes grupos cumprem todas as exigências necessárias quanto ao aspecto legal.

A produção de suco de uva e vinho (grupo **C**) já era tradicional na família. Embora antes não houvesse a intenção de comercializar. Os equipamentos para a produção ainda são bastante rústicos. A família recentemente começou a oferecer almoço caseiro na propriedade com degustação de vinho a grupos de pessoas que agendam as visitas com antecedência com os agricultores. Com o intuito de complementar a

renda, e esposa e filha do agricultor também produzem compotas, bolachas e cucas.

As agroindústrias de panificados (grupos **E**, **G**, **I** e **M**), geralmente, eram informais, predominando o envolvimento de mulheres e moças no beneficiamento; e a presença dos homens e um rapaz na comercialização ou distribuição dos produtos.

Nas agroindústrias de mandioca congelada e farinha de mandioca (grupos **F** e **O**), também já era tradição na família fazer farinha para consumo. A idéia de comercializar mandioca congelada foi por iniciativa própria da agricultora.

Nas agroindústrias de melado, panificados, conservas e ovos (grupos **H**, **I**, **J** e **K**), todos os produtos são comercializados na Feira de Produtos Coloniais de São Ludgero, como já foi explicitado acima. O grupo **I**, também comercializa seus produtos para a merenda escolar, enquanto o grupo **K** comercializa os produtos na feira localizada no município de Criciúma.

A agroindústria de queijo colonial (grupo **L**) é feito em pequena escala e na maioria das vezes sob encomenda por um casal de idosos. A procura pelo queijo é intensa, porém devido a condição física do casal, optaram por reduzir a quantidade de queijo produzido. A senhora também produz chás medicinais, mas a quantidade produzida não é muito significativa.

Nas agroindústrias de cachaça e licor (grupo **N**), todos os membros da família estão envolvidos nas etapas de agroindustrialização. No entanto, o licor é produzido pelas mulheres devido a especificidade no processo de produção.

Particularmente, nas agroindústrias de melado e mel orgânicos (grupos **Q** e **R**), localizadas no município de Santa Rosa de Lima, as famílias são associadas à Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO). Portanto, o escoamento da produção dos produtos destas agroindústrias é feito através da AGRECO. Na agroindústria de queijo (grupo **P**), o proprietário tem a intenção de diferenciar sua produção fazendo queijo orgânico.

No que se refere à procedência da matéria-prima, em catorze (64%) casos declararam que é totalmente produzida no próprio estabelecimento. Podemos citar as agroindústrias do ramo das hortaliças/verduras, uva, mandioca, ovos, cana-de-açúcar e mel. Este dado indica que a produção da própria matéria-prima por parte das unidades é um fator que leva à autonomia das mesmas frente ao mercado. Além disso, acaba por diminuir os custos da produção. Segundo Pelegrini e Gazolla (2008), a procedência da matéria-prima processada é um impor-

tante indicador, pois dependendo se é comprada de fora da unidade ou produzida no seu interior, pode-se ter uma noção do grau de contribuição da estratégia familiar na sua produção. Isto permite saber se a agroindústria é mesmo de caráter familiar ou não. Enquanto quatro (18%) agroindústrias utilizam ingredientes terceirizados (farinha de trigo) como às agroindústrias de panificados. As agroindústrias de embutidos também compram os suínos de terceiros (18%), no entanto, são de parentes ou vizinhos da própria comunidade como pode ser observado na Tabela 14 abaixo:

Tabela 14. Procedência da matéria-prima das agroindústrias familiares pesquisadas.

Procedência da matéria-prima	Número de Agroindústrias Familiares	%
Procedência própria	14	64
Própria e ingredientes terceirizados	4	18
Terceirizada parentes/vizinhos	4	18
Total	22	100

A produção é feita predominantemente com mão-de-obra do núcleo familiar. Portanto, em dezesseis (73%) casos não há contratação de mão-de-obra. Enquanto em duas (9%) contratam mão-de-obra temporariamente quando a produção é muito intensa e o núcleo familiar não consegue dar conta. Em quatro (18%), há contratação de mão-de-obra, demandadas principalmente pelas agroindústrias de embutidos (Tabela 15). Nestes casos, toda mão-de-obra contratada são vizinhos da própria comunidade ou parentes. Conforme Wesz Junior e Trentin (2006a), através deste aspecto pode se perceber a forma descentralizada destes pequenos empreendimentos, uma vez que geram postos de trabalho diretos e indiretos no meio rural, com o benefício de ter por base a família envolvida, investindo nos jovens e nas mulheres que, muitas vezes, ficam excluídos do processo produtivo.

Tabela 15. Contratação de mão-de-obra nas agroindústrias familiares pesquisadas.

Contratação de mão-de-obra	Número de Agroindústrias Familiares	%
Sim	4	18
Temporariamente	2	9
Não	16	73
Total	22	100

Em relação à renda bruta mensal familiar gerada somente das agroindústrias familiares, em nove (41%) casos os agricultores declararam que estava acima de 3 salários mínimos. Nestes casos, podemos citar as agroindústrias de farinha de mandioca, cachaça, embutidos e leite (grupos **B**, **D**, **N** e **P**). Em uma das agroindústrias de farinha de mandioca, por exemplo, eram produzidas 2.000 sacas/ano. As sacas eram de 50kg e vendidas por R\$50,00. Portanto, por mês a renda bruta mensal girava em torno de R\$8.000,00. Enquanto em sete (32%) casos, a renda bruta mensal era de 2 salários mínimos (agroindústrias de ovos, conservas, panificados, vinho, mel). É também representativo as famílias que responderam receber 1 salário mínimo, no caso cinco (23%). E apenas uma (4%) respondeu receber 3 salários mínimos (agroindústria de hortaliças orgânicas). Conforme pode ser visto na figura 3, abaixo:

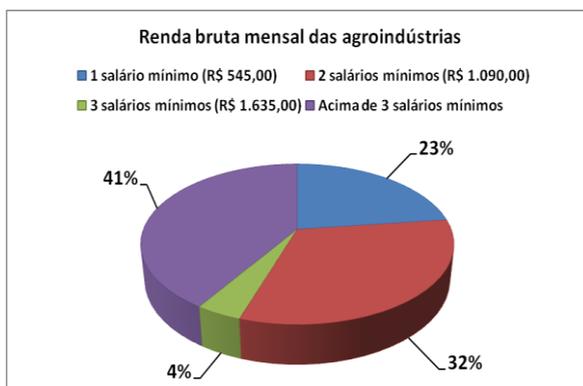


Figura 2. Renda bruta mensal dos produtos beneficiados nas agroindústrias familiares entrevistadas.

Conforme Mior (2003), a renda das famílias envolvidas no processamento de alimentos e matérias-primas melhorou significativamente

em Santa Catarina após a implantação das agroindústrias. Segundo o autor, através dos dados do relatório do Programa Desenvolver (2001) na região Oeste, as famílias de agricultores que tinham renda superior a três salários mínimos correspondiam a 7,4%. Após a implantação das agroindústrias aumentou para 48%. Enquanto as famílias que possuíam entre um e três salários mínimos de 37% subiu para 51,9%. Portanto, através dos dados obtidos é possível perceber a importância das agroindústrias na composição de renda das famílias entrevistadas no Litoral Sul.

No questionamento referente à aquisição de financiamento, oito (36%) propriedades têm acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nas modalidades mais alimento ou investimento. Nestes casos, geralmente, a finalidade dos financiamentos está relacionada à compra de novos maquinários (tobatas, tratores, etc.) ou na construção de benfeitorias, como a própria estrutura física da agroindústria. Enquanto em catorze (64%) casos predominam as propriedades que atualmente não têm acesso a nenhum tipo de financiamento.

Em sua pesquisa Souza et al. (2011) analisam o comportamento da política de crédito para a agropecuária brasileira na última década em função da agricultura familiar e a não-familiar. Os autores verificaram que os estabelecimentos familiares na região sul do país que não obtiveram financiamento correspondem a mais de 60%. Entre as justificativas mais citadas para não-obtenção está o medo de contrair dívidas (13%) e a burocracia envolvida na obtenção de crédito (6%). Embora tenha predominado que 71% dos agricultores não acessaram o crédito por não precisarem desse recurso. Para os autores, as possíveis explicações para esses índices devem-se as diferenças dos sistemas de produção da agricultura familiar e patronal. Devido às características da pequena produção o padrão tecnológico imposto com a modernização agrícola não foi absorvido pelos pequenos produtores.

Além disso, enfatizam os autores, a mão-de-obra utilizada geralmente não é assalariada e tem sua subsistência assegurada no próprio estabelecimento o que implica menor necessidade de recursos para custear a produção familiar. Portanto, em função dessas diferenças, os agricultores familiares sentem menor necessidade de obter crédito devido às características de seus sistemas produtivos. No entanto, admite-se que a falta de políticas favoráveis a esse segmento no passado o conduziu a adotar sistemas produtivos pouco intensivos em equipamentos e insumos. Este fato, por um lado, faz com que os agricultores familiares requeiram menos financiamento, e por outro, dificultam sua inserção no padrão tecnológico da agricultura nacional. As ocupações não-agrícolas também são citadas pelos autores, onde parte da renda obtida pode ser

investida e aplicada no estabelecimento, custeando a produção. Nesse sentido, pode reduzir a necessidade de financiamento por parte dos agricultores (SOUZA et al., 2011).

Em relação à assistência técnica nos estabelecimentos visitados, três (14%) propriedades recebem assistência de 15 em 15 dias; quatro (18%) 1 vez por mês e três (14%) dizem não receber nenhuma assistência técnica. Os dados ainda revelam que em onze (50%) casos somente recebem assistência técnica quando os próprios agricultores procuram (Figura 3).

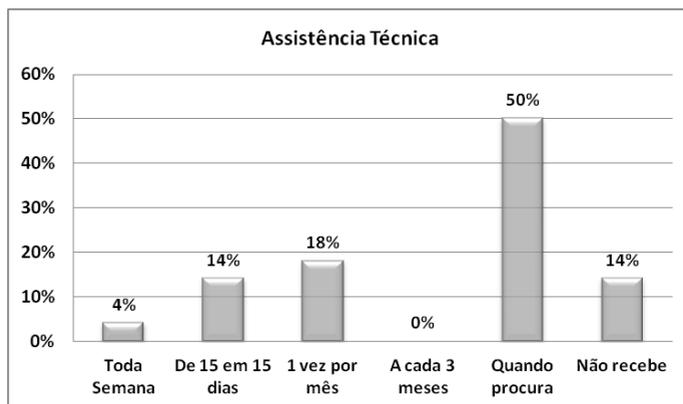


Figura 3: Assistência técnica nas agroindústrias familiares pesquisadas.

Das dezenove propriedades que recebem assistência técnica, em catorze (74%) são realizadas por extensionistas da Epagri. Já a AGRECO presta assistência técnica a duas propriedades (10%) nas agroindústrias de melado e mel orgânico localizadas no município de Santa Rosa de Lima. A assistência técnica passa a ser privada em três propriedades (16%), no caso, nas agroindústrias de embutidos devido à necessidade da presença de um veterinário para acompanhar a inspeção sanitária. É importante destacar que das catorze propriedades assistidas pela Epagri, seis (43%) realmente recebem assistência técnica para a agroindústria. Enquanto em oito propriedades, o que corresponde a 57%, acabam recebendo orientações mais direcionadas para a atividade agrícola. Na pesquisa de Wesz Junior, Trentin e Filippi (2008) com 45 agroindústrias familiares situadas em nove municípios do noroeste do RS, os autores apontam que somente 21% de todas as agroindústrias recebem assistência técnica para atividade de processamento e/ou beneficiamento. Como observado nesta pesquisa, se constata que o acompanhamento e a super-

visão técnica dos extensionistas estão mais direcionados para as produções agrícolas.

Segundo Pettan (2005), um dos principais pontos de estrangulamento está na ausência de suporte em assistência e orientação técnica para estes pequenos empreendimentos. A assistência técnica é imprescindível para intervir nos problemas encontrados pelos agricultores e viabilizar a sustentação das agroindústrias. Para Pérez, Gody e Hillig (2010), a assistência técnica é um dos principais instrumentos de apoio à organização e reprodução das agroindústrias familiares. No caso das agroindústrias que não estão legalizadas, a falta de assistência torna-se um dos fatores determinantes para continuarem nesta situação, pois os agricultores não têm orientação do que devem fazer para se legalizar. Já as que são legalizadas, a ausência de assistência técnica pública e gratuita eleva os custos de produção devido à contratação privada dos serviços técnicos, como acontece nas agroindústrias de embutidos nos casos estudados.

Em relação à forma de aprendizagem dos agricultores e o interesse por estarem produzindo determinado produto, em treze casos (59%) predominaram a tradição do “*saber-fazer*” na família (Tabela 16). Esse resultado demonstra que grande parte dos produtos produzidos nas agroindústrias familiares são reflexos de um conhecimento transmitido de geração para geração conforme se estabeleceu na trajetória das famílias entrevistadas.

“[...] Quando eu era solteira lá no meu pai a gente já produzia né. Não era o engenho no terreno da gente, era no terreno do irmão do meu pai que tinha um engenho. Não era pra consumo, meu pai trocava o açúcar mascavo por açúcar branco, era uma burrice. Desde novinha [...] eu lembro que o engenho era tocado a boi. Eu lembro assim, bem poquinho. Daí depois, sei lá que idade que eu tinha, eu era menina assim, aí eles reformaram tudo e botaram energia. Peguei as duas épocas, tocado a boi eu lembro assim, bem poquinho [...] aí depois vários sócios né, várias pessoas se ajudaram e arrumaram e colocaram energia. Aí todo mundo, assim, que ajudou a pagar a reforma do engenho né, fazia melado [...] Aí depois que eu casei [...] foi em 94 que a gente colocou o engenho, aí a gente pensou ‘vamos fazer, o melado e o açúcar né, que é mais saudável’. Aí fizemos, o meu sogro ainda era vivo e também ajudou. O meu marido, bem antigamente os avós dele tinha um engenho, mas depois parou tudo. Aí dividi-

ram com o irmão dele o que tinha ali, o engenho [...] racharam, e dividiram as coisa. E aí foi assim, devagarinho a gente começou vendendo, o pessoal veio atrás ‘ai, quero um litrinho de melado’ e assim foi indo né” (Mulher agricultora, Agroindústria de melado, São Ludgero).

“Meus avós que produziam cachaça. Na verdade, o meu vô sempre tinha uma coisa que ele dizia assim: - ‘quem tem engenho de cana e mais engenho de farinha não passava fome’. Como ele tinha família grande, ele tinha um engenho de farinha e engenho de cana. Meu avô por parte de mãe. Aí no caso, eles começaram a focar no engenho de cana né. A minha mãe sempre teve envolvida, desde que nasceu” (Rapaz, Agroindústria de cachaça, Grão Pará).

Tabela 16. Forma de aprendizagem e interesse das famílias de agricultores em produzir determinado produto nas agroindústrias familiares.

Início da atividade	Nº de Agroindústrias Familiares	%
Tradição na família “saber-fazer”	13	59
“Saber-adquirido” (Epagri)	2	9
Iniciativa própria	5	23
Influência de outros agricultores	2	9
Total	22	100

A Tabela 16 aponta ainda que em cinco casos (23%) a aprendizagem e interesse por determinado produto foi por iniciativa própria dos agricultores. O “saber-adquirido” também foi citado em dois casos (9%), demonstrando que em algumas agroindústrias os cursos de capacitação e boas práticas de fabricação promovidos pelas instituições como a Epagri foram imprescindíveis para iniciar a produção nas mesmas.

“Foi uma grande decepção com o fumo. Porque começou a fazer mal, a gente produziu durante 1 ano todo e não deu pra pagar os custos. Foi no primeiro ano de casado, aí a gente resolveu ‘não, deu, vamo pára’. A primeira idéia era sair daqui, a gente não tinha construído aqui ainda, morava com o sogro [...] Aí foi quando apareceu o M. (extensionista*) com essa idéia. Aí o M. e meu marido

saíram, foram conhecer outras propriedades que já estavam produzindo orgânico né [...] Ai eles foram lá, conheceram bastante [...] Assim, numa saída de um fumo que é assim, bem cheio de veneno[...]No início assim as pessoas da comunidade diziam ‘vocês são louco’, ‘não vai dar certo’[...] Olha, mas pra gente deu.’ (Mulher agricultora, Agroindústria de Hortaliças Orgânicas, Tubarão).

No que se refere ao responsável pela agroindústria, em oito casos (36%) a responsável era a mulher, geralmente nas agroindústrias de panificados e conservas. Este dado é bem significativo, pois em alguns casos os entrevistados alegam que sem elas não teriam iniciado suas atividades nas agroindústrias. Conforme Guivant (2001 *apud* WESZ JUNIOR; TRENTIN e FILIPPI, 2008), a estratégia de agregação de valor frequentemente está associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural, o que explicaria o maior envolvimento das mulheres. Enquanto em seis casos (27%) o homem era o responsável pela agroindústria, e em cinco (23%) o casal. Ainda pode-se constatar que em uma minoria dos casos, o responsável era a moça e o rapaz (Tabela 17).

Tabela 17. Responsável pela agroindústria familiar.

Responsável	Número	%
O homem	6	27
A mulher	8	36
O casal	5	23
Rapaz	1	5
Moça	2	9
Total	22	100

Quanto aos membros da família envolvidos na agroindústria, foram previstas respostas múltiplas nas entrevistas semi-estruturadas tabuladas de acordo com o número de citações (Tabela 18). Cabe salientar que nesta questão foram identificados todos os membros da família que trabalham na agroindústria inclusive os não entrevistados. Foi possível constatar que os membros da família residentes na propriedade ou nas proximidades geralmente trabalhavam nas agroindústrias. Embora em alguns casos estudados havia irmãos (as) dos jovens entrevistados que residiam na propriedade, no entanto, não trabalhavam na agroindústria ou estavam envolvidos com outras atividades agrícolas.

No geral, os pais dos jovens estão muito satisfeitos com a instalação das agroindústrias. A única reclamação é que quem se dedica em mais de uma atividade tem serviço em dobro, principalmente as mulhe-

res nas quais conciliam o serviço doméstico com o trabalho nas agroindústrias. Conforme Mior (2003), a produção sai da cozinha e do trabalho das mulheres e alcançam dimensões maiores possibilitando, desta forma, a ampliação da renda familiar. Ainda que não modifique a condição e o status da mulher na agricultura familiar.

Como pode se observar na Tabela 18 quanto às citações, em doze (23%) o casal estava envolvido na agroindústria, enquanto o trabalho somente dos homens ou somente das mulheres corresponderam a quatro citações (8%) cada. Em relação ao envolvimento dos jovens com o trabalho na agroindústria, os rapazes obtiveram vinte citações (38%) e as moças dez citações (19%). Esta diferença deve-se ao fato dos jovens entrevistados possuírem mais irmãos do que irmãs. Já a participação das filhas mais velhas equivaliu duas citações (4%). Conforme alguns relatos pode-se evidenciar que o envolvimento de todos os membros da família é fundamental para a continuidade das agroindústrias, diante da demanda de trabalho exigida na agroindustrialização.

Tabela 18. Membros da família envolvidos na agroindústria familiar.

Membros da família	Citações	%
O marido	4	8
A esposa	4	8
O casal	12	23
Filho mais velho	0	0
Filha mais velha	2	4
Rapaz	20	38
Moça	10	19
Total	52	100

Na pesquisa realizada por Pelegrini e Gazola (2008) em agroindústrias familiares localizadas no Médio Alto Uruguai/RS, os autores constataram que o envolvimento de toda a família na produção é imprescindível devido às inúmeras tarefas diárias que demandam muito trabalho por parte de todos. Segundo os autores, em determinados casos ocorre trabalho diário e a noite para conseguir vencer a demanda existente em picos de produção, períodos de safra e de beneficiamento. Isto também foi observado em algumas das agroindústrias desta pesquisa, como as de cachaça (grupo N) e farinha de mandioca (grupo O). O depoimento descrito abaixo revela esta situação:

“Se não tivesse apoio dos filhos não ia bota o engenho, porque isso aí envolve muita gente. Tem dias que o M.

pega ali 4h da manhã no forno ali e vai até 10-11h da noite, toda vida [...] Nesses 3 meses é direto” (Mulher agricultora, Agroindústria de farinha de mandioca, Imauí).

A pesquisa também aponta que em catorze casos (74%) a decisão da implantação das agroindústrias foi somente dos pais e em quatro (21%) os jovens influenciaram nesta decisão. Apenas em três casos (5%) a implantação do pequeno empreendimento foi decidida em conjunto por todos os membros da família.

3.5 Perfil dos jovens entrevistados

Todos os jovens entrevistados participavam das atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares. Deste modo, foram realizadas no total 21 entrevistas com treze rapazes e oito moças. Apesar da faixa etária estabelecida, optou-se ainda por fazer um recorte entre jovens de 15-19 anos e 20-24 anos independente do gênero, em algumas análises, devido à nítida diferença observada nas respostas durante as entrevistas. Portanto, doze e nove jovens tinham, respectivamente, entre 15-19 anos e 20-24 anos. Weisheimer (2009) estudando a situação juvenil na agricultura familiar também observa as diferenças relativas à faixa etária. O autor quando aborda a juventude como um recorte etário acaba se baseando na análise psico-social desenvolvida por Garcia (2003), e aponta a seguinte estratificação etária interna:

a) Jovens adolescentes (de 15 a 19 anos): Nesta etapa, juventude e adolescência se interpõem na superação progressiva da primeira pela segunda, uma vez que as mudanças fisiológicas se completam, suas capacidades cognitivas encontram-se plenamente desenvolvidas. O processo de socialização os leva a uma constante interação social possibilitando a incorporação de atividades diversas. Estabelecem-se condutas mais autônomas, assumem-se novos papéis e novas responsabilidades desenvolvendo-se habilidades produtivas e o futuro passa a ocupar um lugar mais importante. O presente passa a ser cada vez mais influenciado por objetivos conscientemente planejados. Neste

sentido, o começar a pensar sobre o que se deseja ser no futuro, a escolha da profissão e a projeção geral da vida tomam o centro dos interesses e das ações fundamentais que se realizam nesta etapa, informando a construção reflexiva da auto-identificação dos sujeitos;

b) Jovens (de 20 a 24 anos): Este grupo se caracteriza pela maturidade biológica, que geralmente não está acompanhada ainda da maturidade social. Desenvolvem e adquirem categorias que lhes permite refletir sobre realidades sociais mais amplas e seus juízos de valor tornam-se mais críticos e objetivos. Em geral, gozam de mais liberdade e menor dependência em relação aos pais. Ao mesmo tempo, a imposição social de assumir novos papéis de adulto muitas vezes torna-se conflitiva, porque os jovens nesta fase tendem a não se identificar com eles. A definição de um projeto profissional mais do que uma possibilidade passa a ser uma exigência social. Nesta fase, a personalidade já se encontra consolidada e as decisões sobre a carreira profissional impõem-se com todo o peso da coerção social. Trata-se de um período em que a inserção profissional se generaliza, a partir das experiências acumuladas, da sua concepção de mundo e da consolidação que vai adquirindo sua auto-avaliação (WEISHEIMER, 2009, p. 73).

No que se refere à estrutura familiar, dezesseis jovens moravam com seus pais e irmãos. Enquanto apenas cinco jovens que são casados residiam próximos à propriedade dos seus pais ou então na mesma propriedade, mas em casas diferentes. Os jovens casados possuem entre 20-24 anos, onde dois têm filhos pequenos e uma moça é gestante.

Em relação a escolaridade dos jovens entrevistados, onze (52%) possuem 2º grau incompleto, nove (43%) já completaram o 2º grau e, apenas um (5%) tem 3º grau incompleto. Verificou-se ainda que muitos jovens que cursam o 2º grau (faixa etária entre 15-19 anos) pretendem ou estão indecisos quanto a cursar uma faculdade. Esta indecisão é revelada nos depoimentos a seguir:

“Eu não sei se fico aqui ajudando o pai ou faço uma faculdade [...] Se eu fosse fazer uma faculdade eu também não sei o que quero. Na verdade na escola eu gosto muito de geografia, podia ser professor. Mas

professor ganha salário muito baixo e eu tive pensando, se eu ficasse na propriedade tocando a agroindústria, é de certeza que eu vou ter um salário bem maior quando tiver tudo pago, tudo certinho. Mas sei lá [...]” (Rapaz, Agroindústria de melado orgânico, Santa Rosa de Lima).

“Eu não tenho planos específicos ainda, já pensei em fazer faculdade [...] Já desisti também, mas já pensei de novo. Já pensei em ficar na propriedade pra ajudar o pai e a mãe ou de trabalhar fora em outro serviço” (Rapaz, Agroindústria de vinho e suco de uva, Tubarão).

No entanto, quando fazemos o recorte de gênero é possível constatar que a maioria das moças possuem 2º grau completo. De acordo com os dados obtidos, cinco moças (63%) possuem 2º grau completo, além de uma moça possuir 3º grau incompleto (12%). Enquanto entre os rapazes, predomina o 2º grau incompleto (69%), pois muitos ainda estão cursando. No entanto, os quatro rapazes (31%) que possuem o 2º grau completo não tem pretensão de continuar os estudos (Figura 4).

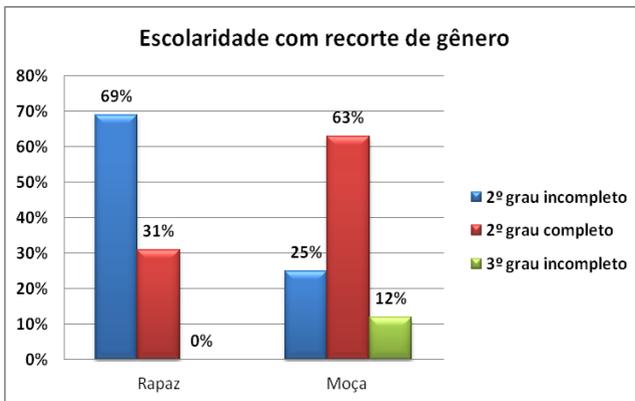


Figura 4. Escolaridade dos jovens entrevistados com recorte de gênero.

Com relação às moças, podemos dar destaque a três casos onde uma trancou a faculdade de administração devido à sua gestação e outras duas estão fazendo um curso de rotinas administrativas com duração de seis meses no município de Braço do Norte. O que difere estes casos é que as duas moças que estão fazendo esse curso pretendem arranjar empregos na área urbana e, conseqüentemente, não ajudarão

mais seus pais nas agroindústrias. Além disso, elas têm planos de cursar uma faculdade. Ambas sentem-se limitadas por trabalhar na agroindústria e na unidade familiar como pode ser observado no depoimento de uma das moças abaixo:

“Tipo lá fora eu penso que eu tenho conhecimento, e aqui na agroindústria eu não vou ter tanto conhecimento [...] Porque lá fora tu conhece muita coisa né, tem mais coisas pra se fazer [...] Por isso quero trabalha fora [...]” (Moça, Agroindústria de ovos, São Ludgero)

Para Mello (2006), o que a realidade está indicando é que a vida como “esposa camponesa” para as moças poderá ser rejeitada ou ainda objeto de resistência diante da possibilidade de outras alternativas como aspiração de vida em outro meio cultural e ocupacional. Segundo o autor, em decorrência do enfraquecimento das tradições familiares as filhas dos agricultores tem mais liberdade para adotar os modelos de comportamento urbano ganhando as cidades mais facilmente que os rapazes. Stropasolas (2011) enfatiza as diferenças existentes entre os jovens quanto à valorização da educação. No caso as moças investem mais nos estudos procurando cursar uma faculdade. Para elas, o curso superior pode proporcionar o reconhecimento profissional, condição esta necessária para o reconhecimento social. Enquanto os rapazes mesmo que possuam baixo grau de escolaridade são identificados e reconhecidos como agricultores. Já isto não ocorre com as moças uma vez que elas só conseguem conquistar a condição de agricultoras somente quando casam com um agricultor.

No próximo capítulo analisamos como os jovens se inserem e participam das atividades realizadas nas agroindústrias familiares da região pesquisada.

CAPÍTULO 4 – O PAPEL E O LUGAR OCUPADO PELOS JOVENS NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES PESQUISADAS NO LITORAL SUL CATARINENSE

Para compreendermos como os jovens se envolvem no trabalho nas agroindústrias familiares, a sequência das etapas da agroindustrialização foram baseadas no trabalho de Agnes (2010). Portanto, foram estabelecidas quatro etapas principais: *i. Produção da matéria-prima; ii. Beneficiamento; iii. Comercialização e, iv. Administração do empreendimento.*

Nas etapas *i. Produção da matéria-prima e ii. Beneficiamento* fazem parte também deste processo etapas intermediárias – colheita, transporte, pesagem, etc. – que variam de acordo com o produto beneficiado. Por exemplo, se para o beneficiamento de farinha de mandioca a etapa de produção da matéria-prima implica na plantação, colheita e transporte; na produção dos panificados esta etapa pode ser considerada parcial, pois parte da matéria-prima utilizada como aipim e banana para fazer pães e cucas são de procedência própria enquanto a farinha de trigo é comprada (ingrediente terceirizado). Para facilitar a tabulação de dados, incluímos também o carregamento de suínos para o abatedouro na etapa *i. Produção da matéria-prima*, pois como os suínos eram comprados de vizinhos ou parentes torna-se necessária a ajuda de quem trabalhava nas agroindústrias no momento do carregamento. Deste modo, a sequência das etapas principais e intermediárias está diretamente relacionada aos produtos beneficiados.

Em relação à etapa *iii. Comercialização*, os produtos eram comercializados principalmente para mercados dos municípios vizinhos ou no próprio município. No caso das agroindústrias de mel e melado orgânico localizadas no município de Santa Rosa de Lima, a AGRECO ficava responsável por fazer a distribuição e comercialização dos produtos. Era também muito comum o deslocamento dos próprios vizinhos da comunidade irem até a propriedade atrás do produto. Portanto, observou-se que as agroindústrias familiares privilegiam a venda direta aos consumidores, nas feiras e ao comércio nos supermercados. Carneiro (1998b) aponta que o desenvolvimento das pequenas agroindústrias está envolvido em uma rede de relações sociais que ultrapassam seu caráter meramente econômico. Conforme a autora, essa atividade ao mesmo tempo em que contribui para aumentar a renda da família, também estimula o convívio social entre os vizinhos fortalecendo os laços de solida-

riedade local além de facilitar a troca econômica entre produtor e consumidor e entre produtor e pequenos comerciantes.

A etapa *iv. Administração do empreendimento* é caracterizada aqui, como a que envolve todas as outras etapas do ciclo de agroindustrialização. No caso, a pessoa é responsável por fazer desde o contato com fornecedores e compradores, fazer orçamentos ou ainda tomar as decisões necessárias para o pleno funcionamento dos processos na agroindústria. Para Vieira (1998), pelo fato das agroindústrias familiares produzirem em pequena escala e disporem de poucos recursos, são os próprios responsáveis que ficam encarregados pela administração. As etapas do ciclo de agroindustrialização podem ser observadas na Figura 5, abaixo:

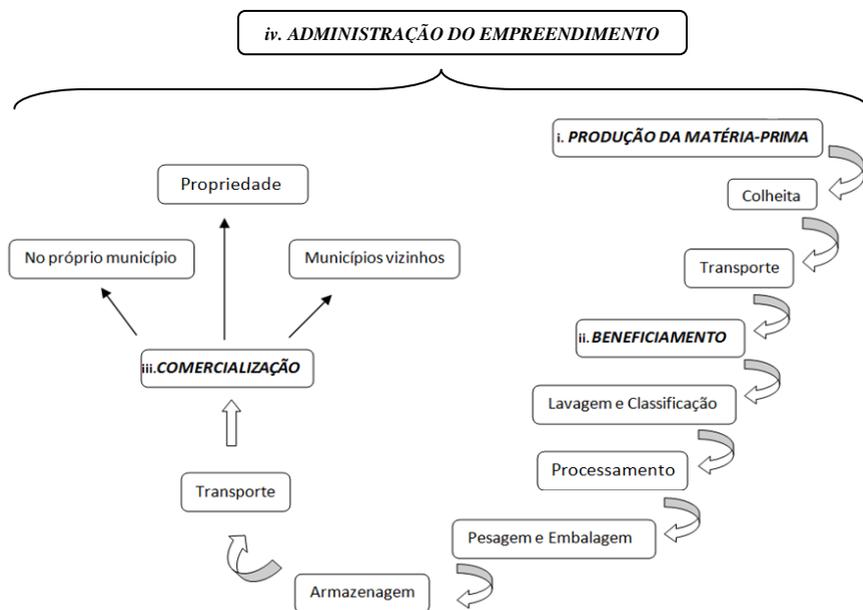


Figura 5. Etapas do ciclo de agroindustrialização

Fonte: Adaptado de Agne (2010).

A partir dessa perspectiva, analisamos a participação dos jovens nas agroindústrias familiares através de cinco aspectos: divisão por gênero no trabalho nas etapas de agroindustrialização, grau de satisfação, autonomia, remuneração pelo serviço prestado e envolvimento na toma-

da de decisão. Os aspectos foram analisados separadamente, mas agem em conjunto constituindo-se em condicionantes importantes, que influenciam os jovens de forma decisiva nas suas escolhas entre permanecer ou sair do meio rural. Estes condicionantes acabam tendo implicações diretas nas definições em torno do processo sucessório.

4.1 O trabalho dos jovens nas agroindústrias familiares

Em todas as dezenove agroindústrias visitadas é expressiva a participação dos jovens nas etapas de agroindustrialização. Em duas destas agroindústrias foram entrevistados todos os jovens, ou seja, dois em cada propriedade. Para analisar o trabalho dos jovens nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias procurou-se identificar em qual (is) etapa (s) eles participavam com mais intensidade tendo como recorte o gênero. Isto deve-se ao fato que os jovens poderiam participar de uma ou mais etapas. A intensidade foi observada através da quantidade de dias e horas por semana, além dos finais de semana dedicados pelos jovens nas agroindústrias. No entanto, observou-se que a intensidade com que os jovens trabalham na agroindústria também está relacionada com a faixa etária. Desta forma, jovens que tinham entre 15-19 anos geralmente trabalhavam de 3 a 4 dias por semana, dedicando-se no período que não estavam na escola. Enquanto jovens entre 20-24 anos dedicavam-se ao trabalho na agroindústria integralmente. Nas entrevistas foram previstas respostas múltiplas tabuladas de acordo com o número de citações correspondentes a cada etapa (Tabela 19). Como já foi sinalizado estas etapas dependerão do produto a ser beneficiado na agroindústria.

Tabela 19. Distribuição percentual da participação dos jovens no trabalho desenvolvido nas agroindústrias.

Participação dos jovens	Rapazes Citações	%	Moças Citações	%
i. Produção da matéria-prima	10	34	3	17
ii. Beneficiamento	11	38	7	39
iii. Comercialização	7	24	5	27
iv. Administração	1	4	3	17
Total n° citações ⁽¹⁾	29	100	18	100

⁽¹⁾ Total acumulado.

A participação dos jovens quanto ao trabalho desenvolvido nas agroindústrias pode ser visualizada com maior clareza na Figura 6, abaixo:

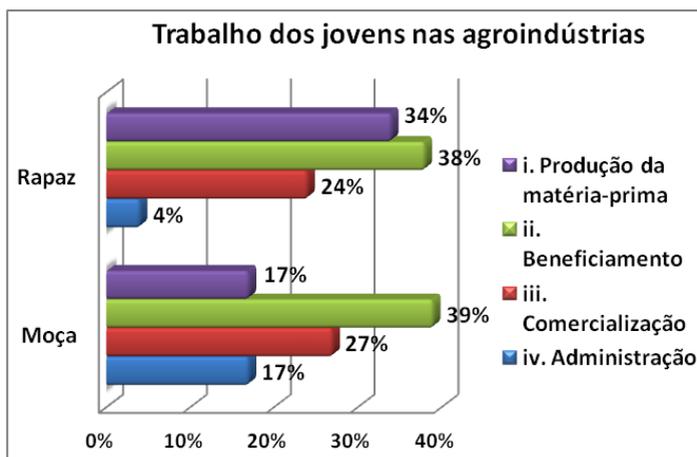


Figura 6: A participação dos jovens no trabalho desenvolvido nas agroindústrias.

De acordo com os dados obtidos, na etapa *i. Produção da matéria-prima* constatou-se maior envolvimento dos rapazes do que das moças, com dez (34%) e três citações (17%), respectivamente. Essa diferença deve-se ao fato que as tarefas mais pesadas como preparar a terra, cortar a cana e carregar suínos para o abatedouro são realizadas principalmente pelos rapazes. Atividades como o plantio, a capina e a colheita são compartilhadas por ambos. No entanto, geralmente quando as moças participam desta etapa o seu tempo de dedicação é menor, pois precisavam ajudar suas mães nos serviços domésticos (fazer o almoço, limpar a casa, lavar roupa, etc.).

“Quando não tá nessa época de puxa mandioca eu ajudo mais a carpi. Têm vezes que eu fico o dia inteiro, mais a maioria das vezes eu volto pra casa mais cedo porque eu tenho que ajuda a mãe aqui também né [...] Aí eu e a mãe ficamos em casa, pra prepara o almoço, limpa a casa, essas

coisas” (Moça, Agroindústria de farinha de mandioca, Imaruí).

“Olha, eu vou pouco pra roça [...] Eu não sou muito chegada, eu não entendo muito de plantar verduras essas coisas. Sei lá, não é muito a minha praia [...] Daí eu prefiro ficar mais assim pra limpar a casa [...] Ou então eu ajudo a embalar e colocar rótulos nos vidros” (Moça, Agroindústria de Conservas, São Ludgero).

“[...] Cada dia tem uma tarefa. Final de semana é pra puxar porco né, lá no meu tio pra leva pra matar [...]” (Rapaz, Agroindústria de Embutidos, Tubarão).

Na etapa *ii. Beneficiamento* tanto os rapazes como as moças participavam ativamente. Isto correspondeu a onze citações (38%) por parte dos rapazes e sete citações (39%) das moças. Os detalhes no processo de beneficiamento demonstram como os jovens estão envolvidos nesta etapa:

“Aí a gente corta a cana, faz o melado, depois que o melado tá tudo guardado dentro do latão, a gente guarda nas caixas de fibra, própria pra isso, pra guarda melado. Aí quando é outubro por aí, a gente começa a produção pra fazer a fermentação da cachaça daí. Pega uma certa quantidade de melado, pega uma certa quantidade da água e mistura, e tem que ser bem misturado pra saber o tempo certo do ponto. Aí a gente bota fermento de pão né, pra fazer a fermentação e bota lá dentro. Aí fica fermentando 2-3 dias, até a fermentação parar e fica quietinha, sempre tem que ficar de olho. Aí quando tá azedo, a gente pega e bota pro alambique, e bota no fogo. Aí até que esquentar a serpentina, aí corre pelo cano e a gente bota nas garrafa. Isso tudo leva uns 4 dia. A gente trabalha o dia inteiro, acima de 6h também” (Rapaz, Agroindústria de Cachaça, Grão Pará).

“A minha mãe prepara os pão, aí tem a bateдера de trigo que já sai a massa pronta. Aí eu que faço a parte da massa, e ela passa no cilindro e mode-la [...] porque aí são três, quatro tipo tem de bata-ta, aipim, o caseiro que não tem nada na massa e o integral. Aí cada um já tem sua forminha, deixa crescer, cozinhar, tira da forma, espera esfriar e depois eu embalo” (Moça, Agroindústria de Panificados, São Ludgero).

“Eu trabalho no coxinho, na seleção da mandioca. E às vezes eu ajudo lá no forno, coloco a farinha nas sacas de 50kg e costuro [...] Trabalho 3-4 dias, quando tá apertado a semana inteira. Pego as 7h e saio as 8h da noite [...] Só trabalho nos finais de semana quando tá muito apertado mes-mo” (Moça, Agroindústria de farinha de mandioca, Imaruí).

O mesmo envolvimento pode ser verificado na etapa *iii. Comercialização*, com sete citações (24%) dos rapazes e cinco citações (27%) das moças. Nota-se que apesar do menor número de moças entrevistadas elas estão mais envolvidas nesta etapa do que os rapazes. As moças geralmente demonstravam se identificar mais com esta etapa. O modo como os jovens estão inseridos nesta etapa dependerá da forma da comercialização. No município de Tubarão, uma moça comercializava os embutidos no Mercado do Produtor e um rapaz atendia os compradores de vinho e suco de uva na própria propriedade. Em Treze de Maio, a moça negociava a comercialização de embutidos para supermercados do próprio município ou em municípios vizinhos (Morro da Fumaça, Florianópolis, Içara, Tubarão e Criciúma), enquanto na agroindústria de panificados o rapaz e seu pai comercializavam os produtos numa feira que acontece duas vezes por semana na comunidade.

No município de São Martinho, a moça que está envolvida na comercialização de panificados, três vezes por semana vendia os produtos numa Kombi de porta em porta, além de receber encomendas de outros municípios como Florianópolis, Penha e Balneário Camboriú. Já no município de São Ludgero, dos quatro jovens entrevistados, três moças e um rapaz, participavam da comercialização na *Feira de Produtos Coloniais* que ocorre nas 4^a feiras e sábados. Nos municípios de Grão Pará e Imaruí, os jovens envolvidos nesta etapa comercializavam os produtos na própria propriedade ou para restaurantes e merenda escolar. Em mui-

tos casos, quando os produtos são comercializados em outros municípios, geralmente os rapazes acompanhavam os seus pais (chefe da família) na comercialização dos produtos. No município de Santa Rosa de Lima é um caso particular, pois nas agroindústrias de mel e melado orgânicos os pedidos são feitos e a comercialização é realizada pela A-GRECO.

Os depoimentos a seguir revelam o modo como os jovens se inserem nesta etapa:

“Eu vou lá na feira, eu ajudo lá no caixa. É 4ª feira e sábado, só que eu vou só no sábado e fico a manhã inteira atendendo” (Rapaz, Agroindústria de Melado, São Ludgero).

“Muitos vem buscar aqui e muitos o pai e eu levamos pra distribuir no município, ali em Braço do Norte, direto pro comércio. Nós tudo ajudemos, quem tá em casa atende. Só que pra distribuir, pra levar pro comércio aí é meu pai e eu. Cada 15-20 dias, aí eu sempre acompanho meu pai” (Rapaz, Agroindústria de Cachaça, Grão Pará).

“Eu gosto mesmo é de fazer as entregas e vender os embutidos no Mercado do Produtor. Aí eu faço entrega de coisas mais leves né, de manhã [...] E a tarde depois das 2h né, 2 vezes por semana, eu vou pro mercado vender lá com o pai e a mãe” (Moça, Agroindústria de embutidos, Tubarão)

Na etapa iv. *Administração do empreendimento* pode ser observado menor participação dos jovens, com apenas uma citação (4%) dos rapazes e três citações (17%) das moças. No entanto, a partir do recorte de gênero é possível perceber maior participação das moças. Dos quatro jovens envolvidos nesta etapa, três eram moças. Abaixo, segue os depoimentos de duas moças envolvidas nesta etapa:

“Na feira no sábado eu fico atendendo e depois sou eu que cuido do caixa de todo mundo, aí. Eu que sempre fecho o caixa do sábado. É responsa-

bilidade mexer com dinheiro [...] Ainda mais quando é pra dar pros outros sócios lá da feirinha né” (Moça, Agroindústria de Panificados, São Ludgero)

*“Hoje assim, o meu pai e minha mãe tão mais fora, tanto na administração quanto na industrialização porque como já trabalharam muito, então a gente procura assim deixar eles mais de lado né, pra eles não se desgastarem tanto. E quem tá mais cuidando dessa parte da administração aqui é eu, eu que cuido [...] Eu acho que talvez pelo motivo de eu ter estudado um pouco mais, eles não tiveram interesse e deixaram que eu fizesse porque talvez eu tivesse mais capacitada pro trabalho ou alguma coisa desse tipo. Mas, nunca falaram de querer vir aqui aprender sabe (*irmãos) [...] Agora que esse meu irmão mais novo tá assim mais interessado porque eu vou ter que sair, eu sou gestante [...] Aí tô colocando ele mais aqui na parte da administração porque ele e mais minha irmã ficam ali na parte da industrialização, mas depois eu volto. E aí então a gente se dividiu assim, pra deixa o meu pai e minha mãe mais descansados” (Moça, Agroindústria de Embutidos, Treze de Maio).*

Assim, como observou Mior (2008) esse estudo também constatou que a participação e divisão de tarefas pelos jovens nas agroindústrias estão diretamente relacionadas à sua aptidão com o trabalho desempenhado por eles. Embora, muitas vezes devido a pouca mão-de-obra e a demanda de trabalho existente os jovens tenham que participar de etapas que não gostariam de fazer. Durante as entrevistas quando questionados à respeito da afinidade com o trabalho desenvolvido nas agroindústrias, muitos jovens responderam estar envolvidos desde crianças. Para Stropasolas (2006), a participação das crianças depende de fatores como a disponibilidade de terras, mão-de-obra e das condições econômicas das famílias. Isto é demonstrado nos depoimentos abaixo:

“Comecei a trabalhar na agroindústria talvez com 10-12 anos. Meus pais sempre me incentiva-

vam assim, eu nunca dava muito valor né, mas eles sempre faziam força pra mim ir porque eles diziam que lá vai ficar pro meu futuro né. É um negócio que eu vou ter meu emprego, que eu vou ser dono, que eu vou tirar o meu sustento de lá” (Rapaz, Agroindústria de melado orgânico, Santa Rosa de Lima).

“Eu trabalho na agroindústria desde novo. Não é por obrigação, eu gosto. Desde os 14 eu trabalho, atrapalhava mais que ajudava [...] Eu gostava de tá lá dentro, vendo como acontecia as coisas. Agora eu também crio aquelas abelha sem ferrão, mas aí já não tem nada a ver com a mãe. Não que não tem nada a ver, mas sou eu que to mais envolvido, eu que mais cuido dessas abelhas” (Rapaz, Agroindústria de mel orgânico, Santa Rosa de Lima).

“Trabalhei sempre desde que ele abriu eu trabalhava, 13-14 anos ajudava desde o começo né [...] Não trabalhava direto porque estudava né, mas aí fui ficando..Não cheguei a termina os estudos, mas continuei aqui” (Rapaz, Agroindústria de Embutidos, Tubarão).

Em suma, nos casos estudados o viés de gênero entre os jovens é percebido principalmente na etapa *i. Produção da matéria-prima* com menor participação das moças e; na etapa *iv. Administração do empreendimento* onde apesar de haver menor participação dos jovens, as moças estão mais envolvidas.

Na etapa *i. Produção da matéria-prima* o recorte de gênero pode ser observado através da conciliação do trabalho doméstico das moças quando moram na mesma casa que seus pais, geralmente na faixa etária entre 15-19 anos, com as atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares. Ao contrário dos rapazes, que se dedicavam exclusivamente ao trabalho na roça e nas atividades realizadas nas agroindústrias. Segundo Boni (2005), apesar de nas agroindústrias não existir uma disparidade muito grande em relação ao trabalho de homens e mulheres, os serviços domésticos continuam predominando como responsabilidade

da mulher. Para Wanderley (2007), a participação dos filhos nas atividades das propriedades é influenciada pelo sexo dos envolvidos. Considerando a distinção entre o trabalho na roça e na casa prevalece ainda uma divisão tradicional do trabalho, onde os rapazes estão ausentes nos serviços domésticos, enquanto a maioria das moças realiza a dupla jornada de cuidar da casa e trabalhar na propriedade. Este fato foi comprovado nesta pesquisa, onde as moças sempre ajudavam suas mães a limpar a casa, fazer comida e etc.

Já a etapa *iv. Administração do empreendimento* é uma função que exige extrema responsabilidade, atenção e paciência, pois tem que se fazer orçamentos, entrar em contato com fornecedores e negociar preços. Nos três casos onde as moças estavam envolvidas, uma relatou que estava nesta função porque além de ser mais interessada “*era mais estudada que os irmãos*”; e as outras duas relataram ter mais afinidade e interesse nesta etapa por não exigir esforço físico. Embora, seja evidente que esta etapa é onde os jovens encontram-se menos envolvidos. O menor envolvimento dos jovens pode ser explicado pelo que Weisheimer (2009) aponta como posições ocupadas na hierarquia familiar. Para o autor, o pai (chefe da família) assume a responsabilidade pela condução das atividades administrativas sendo o único, por exemplo, a fazer financiamento ou acessar o crédito agrícola. Nestes casos, os jovens encontram-se distantes destas atividades e são subordinados ocupando posições mais baixas na hierarquia familiar enquanto residirem com seus pais. Ainda, como já foi explanado anteriormente, Boni (2006) salienta que apesar desses trabalhos serem desempenhados por todos os membros da unidades familiar, principalmente por jovens e mulheres na industrialização (beneficiamento), o gerenciamento da renda e gestão do empreendimento é realizado pelo homem (chefe da família) mantendo-se quase intactas as tradições patriarcais.

4.2 O Grau de satisfação dos jovens com o trabalho na agro-indústria

Para analisar o grau de satisfação dos jovens no trabalho desempenhado nas agroindústrias, foram estabelecidos dois níveis – *Satisfeito e Insatisfeito* – para cada uma das quatro etapas definidas: *i. Produção da matéria-prima; ii. Beneficiamento; iii. Comercialização e; iv. Administração do empreendimento*. Como geralmente os jovens não partici-

pavam de todas as etapas incluímos a opção “*Não está envolvido*”. Para a tabulação dos dados quanto ao recorte de gênero foram previstas respostas únicas, ou seja, correspondentes ao número total de rapazes e moças, conforme ilustra a Tabela 20. A análise do grau de satisfação compreendeu cada etapa com o intuito de verificarmos onde o jovem se sentia realmente satisfeito ou insatisfeito buscando saber suas justificativas.

Tabela 20: Distribuição percentual do Grau de satisfação dos jovens entrevistados.

Etapas	i. Produção da matéria-prima				ii. Beneficiamento				iii. Comercialização				iv. Administração do empreendimento			
	Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças	
	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%
<i>Satisfeito</i>	5	38	1	12	8	62	3	38	6	46	4	50	1	8	3	38
<i>Insatisfeito</i>	4	31	2	25	3	23	3	38	1	8	1	12	0	0	0	0
<i>Não está envolvido</i>	4	31	5	63	2	15	2	25	6	46	3	38	12	92	5	63
Total	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100

De acordo com os dados obtidos, na etapa *i. Produção da matéria-prima* praticamente metade dos rapazes demonstraram estar insatisfeitos. Portanto, dos treze rapazes entrevistados, cinco (38%) estavam satisfeitos, quatro (31%) insatisfeitos e quatro (31%) não estavam envolvidos. Como já foi sinalizado, nesta etapa há uma menor participação das moças. Das oito moças entrevistadas, apenas uma moça (12%) respondeu estar satisfeita, duas (25%) insatisfeitas e cinco (63%) não estavam envolvidas. A insatisfação dos jovens nesta etapa está diretamente relacionada ao esforço físico necessário e demanda de trabalho para obtenção da matéria-prima utilizada nas agroindústrias.

Em relação ao grau de satisfação na etapa *ii. Beneficiamento* predomina jovens que estão mais satisfeitos. Embora os rapazes também apresentaram estar mais satisfeitos do que as moças. Desta forma, enquanto 8 rapazes (62%) demonstraram estar satisfeitos, apenas três moças (38%) responderam o mesmo.

Quanto ao grau de satisfação na etapa *iii. Comercialização* pode-se observar que tanto os rapazes como as moças demonstraram-se satisfeitos. Neste caso, seis rapazes (46%) e quatro moças (50%). O contato com o público consumidor dos produtos foi citado como motivo de satisfação. O nível de insatisfação é menor para ambos, onde apenas um rapaz (8%) e uma moça (12%) encontravam-se insatisfeitos.

Ao analisarmos o grau de satisfação relativo a etapa *iv. Administração do empreendimento*, é unânime a satisfação dos jovens que estão envolvidos. Embora haja menor participação dos mesmos. Portanto, um rapaz (8%) e três moças (37%) demonstraram-se estar satisfeitos nesta etapa. Destes jovens, três tinham entre 20-24 anos e um tinha entre 15-19 anos. Nestes casos, a satisfação deve-se a confiança depositada dos pais ao trabalho dos jovens que sentem-se valorizados. Nas agroindústrias, os jovens envolvidos na administração compreendem que estão num patamar acima e tem mais responsabilidades para o sucesso do pequeno empreendimento.

Torna-se evidente que as etapas têm grande influência sobre o nível de satisfação dos jovens, pois determinam se o trabalho exigirá mais como na produção da matéria-prima e beneficiamento ou será mais “tranquilo” como na comercialização. Nas agroindústrias de melado e cachaça, por exemplo, o trabalho é mais árduo devido ao corte da cana-de-açúcar e, geralmente, os jovens demonstravam insatisfação. Enquanto na comercialização, o grau de satisfação era maior. Os depoimentos abaixo revelam os dois tipos de situações encontradas:

“O serviço da cana é um serviço pesado pra trabalhar nela. No verão a gente tem que botar manga comprida, calça comprida, um calçado no pé e luva não é fácil. Nos dias de sol quente pra gente fazer melado a gente não agüenta. Então a gente procura ir num dia que tá fresquinho, a gente escuta até as previsão do tempo às vezes, principalmente no verão né. No verão, dentro da roça de cana é muito quente” (Rapaz, Agroindústria de Melado, São Ludgero).

“[...] às vezes a gente tem que ir quando o sol tá quente ou quando tá frio pra cortar cana. Não é que é um trabalho muito pesado, mas é cansativo. O problema é que assim, não dá pra escolher por tempo, por exemplo, se dá chuva não vamos cortar, tem que cortar com chuva e sol e pronto!”

(Rapaz, Agroindústria de Melado orgânico, Santa Rosa de Lima).

“[...] Na verdade é pra ajudar os meus pais né, porque eu sempre gostei de trabalhar mais com essas coisas de vender, da administração do que na roça. Tipo a feira, eu adoro trabalha lá” (Moça, Agroindústria de Panificados, São Ludgero).

Nesta perspectiva, constatou-se que o grau de satisfação dos jovens com as atividades dependem do seu engajamento, estímulo e interesse nas agroindústrias. Além do gênero, a faixa etária também influencia neste aspecto. Para a tabulação dos dados identificamos os níveis de satisfação de acordo com o número de observações relacionada a todas as quatro etapas (*i. Produção da matéria-prima; ii. Beneficiamento; iii. Comercialização e; iv. Administração do empreendimento*) em que os jovens de 15-19 anos e 20-24 anos estavam envolvidos. Neste caso também excluímos a opção “Não está envolvido”.

De acordo com os dados obtidos, é possível verificar que dezoito (86%) observações dos jovens entre 20-24 anos indicam estar *Satisfeitos*. Enquanto para os jovens entre 15-19 anos o mesmo nível de satisfação obteve apenas doze (52%) observações. A disparidade também é grande quanto ao nível *Insatisfação*. No caso, os jovens entre 15-19 anos estavam mais insatisfeitos do que os jovens entre 20-24 anos, com onze (48%) e três (14%) observações, respectivamente. Desta forma, apesar do menor número de entrevistados que possuíam entre 20-24 anos, estes demonstraram estar mais satisfeitos que os jovens entre 15-19 anos como pode ser observado na Tabela 21, abaixo:

Tabela 21. Distribuição percentual do Grau de satisfação dos jovens referente a todas as etapas de agroindustrialização.

Grau de satisfação nas etapas de agroindustrialização	Faixa etária: 15-19 anos		Faixa etária: 20-24 anos	
	Nº de Observações	%	Nº de Observações	%
Satisfeito	12	52	19	86
Insatisfeito	11	48	3	14
Total de observações	23	100	22	100

É perceptível diante das entrevistas que os jovens entre 15-19 anos estavam mais desestimulados, sendo direcionados por seus pais a trabalharem nas agroindústrias, ou como muitos relatavam “ajudar” porque se sentiam na obrigação. Isto acaba por ocasionar certa indecisão nos jovens, no sentido entre ficar ou sair da propriedade além de gerar insatisfação. Enquanto os jovens entre 20-24 anos já estão muito mais envolvidos com o trabalho nas agroindústrias, se sentem responsáveis pela continuidade e sucesso do pequeno empreendimento. No geral, estão bem satisfeitos e têm mais afinidade com as atividades que desempenham. Os depoimentos a seguir demonstram a satisfação e insatisfação dos jovens de acordo com a faixa etária:

“Eu sempre gostei assim, tanto é que se fosse pelo meu pai eu não teria entrado aqui dentro sabe, ele é assim uma pessoa muito reservada [...] Eu que montei esse escritório assim, tudo meio improvisado por gosto mesmo. Até que eu comecei uma faculdade, agora tranquei a matrícula na Administração. Então é por gosto mesmo, e tá bom assim, eu to bem satisfeita” (Moça 24 anos, Agroindústria de Embutidos, Treze de Maio).

“Agora enquanto eu não sou maior de idade e coisa e tal, eu ajudo eles [...] Se eu pegar e não fizer tudo bem, mas eu ajudo né porque precisa. Mas se falar que eu gosto eu iria tá mentindo [...]” (Rapaz 16 anos, Agroindústria de suco de uva e vinho, Tubarão).

“Eu acho que pra mim é uma coisa que não tem futuro muito porque a gente ainda não tá com tudo pronto, e sempre foi assim mais por cima [...] A gente nunca teve funcionando na verdade por inteiro. E isso desanima né [...]” (Moça 17 anos, Agroindústria de Panificados, São Ludgero).

Para Weisheimer (2009), as opiniões de desagrado ao trabalho agrícola manifestada pelos jovens adolescentes estão relacionadas ao menor acesso aos recursos materiais e a baixa autonomia. Este grupo realiza as tarefas menos valorizadas na unidade produtiva. Ao transportarmos esta situação para o trabalho nas agroindústrias verifica-se o maior envolvimento destes jovens nas etapas *i. Produção de matéria-prima* e *ii. Beneficiamento* que exigem uma grande demanda de mão-de-obra

“braçal”. Enquanto nas etapas *iii. Comercialização* e *iv. Administração do empreendimento* consideradas mais valorizadas há menor envolvimento dos mesmos.

Na pesquisa realizada por Aguiar e Stropasolas (2010) em comunidades rurais do estado de Santa Catarina, os autores constataram que a característica do trabalho na agricultura é considerada como desestímulo para a permanência dos jovens no meio rural, sobretudo, das moças. Conforme os autores, o atributo ‘pesado’ caracterizado pelos jovens ao trabalho agrícola tem diversos significados. No Planalto Catarinense, o ‘pesado’ refere-se ao esforço físico exigido no cultivo do fumo. Enquanto na região Oeste, onde a agricultura já seria um pouco mais tecnificada, a ‘penosidade’ para os jovens seria “um trabalho que não dá folga”. Segundo Weisheimer (2009), esta tomada de posição dos jovens adolescentes em relação ao trabalho familiar agrícola é coerente com a posição de subordinação que ocupam e os papéis que desempenham nos estabelecimentos de suas famílias.

4.3 Autonomia

O aspecto autonomia também foi verificado nesta pesquisa. Weisheimer (2009, p.154) utiliza o termo autonomia para “descrever situações onde o sujeito é capaz de especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele”. A autonomia é compreendida aqui, como a capacidade que os jovens têm de tomar decisões imediatas diante de problemas operacionais relativos às atividades que desempenham nas agroindústrias. Este aspecto poderá também estar relacionado com a liberdade do jovem opinar ou sugerir ideias nas atividades que estão mais envolvidos ou mesmo na agroindústria como um todo.

Desta forma, para o aspecto autonomia foram estabelecidas quatro opções: *Decide; Opina mais; Opina menos; Não Opina* – de acordo com as quatro etapas: *i. Produção da matéria-prima; ii. Beneficiamento; iii. Comercialização e; iv. Administração do empreendimento*. Portanto, para a tabulação dos dados foram previstas respostas únicas de acordo com o número total de rapazes e moças entrevistados (Tabela 22).

Tabela 22. Distribuição percentual da autonomia dos jovens entrevistados nas agroindústrias familiares.

Etapas	i. Produção da matéria-prima				ii. Beneficiamento				iii. Comercialização				iv. Administração do empreendimento			
	Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças		Rapazes		Moças	
	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%	Nº obs.	%
Decide	1	8	1	12	1	8	2	25	2	15	2	25	1	8	2	26
Opina mais	5	38	2	25	6	46	1	12	4	32	2	25	2	15	1	12
Opina menos	4	31	0	0	3	23	2	25	2	15	1	12	3	23	1	12
Não Opina	3	23	5	63	3	23	3	38	5	38	3	38	7	54	4	50
Total	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100	13	100	8	100

Conforme os dados obtidos, na etapa *i. Produção da matéria-prima* os rapazes demonstraram ter mais autonomia. Deste modo, dos treze rapazes entrevistados, cinco (38%) responderam opinar mais e quatro (31%) opinam menos. Em decorrência do menor envolvimento das moças nesta etapa, das oito entrevistadas apenas duas (25%) responderam opinar mais, enquanto a maioria cinco (63%) não opina.

Na etapa *ii. Beneficiamento*, apesar de duas moças (25%) e um rapaz (8%) terem respondido que decidem, o que predomina é a maior autonomia dos rapazes, onde seis (46%) responderam opinar mais. Enquanto duas moças (25%) opinam menos e três (38%) não opinam.

No que se refere à etapa *iii. Comercialização*, das oito moças entrevistadas, duas (25%) responderam que decidem, e a maioria, três (38%) não opina. Enquanto dos treze rapazes, quatro (32%) responderam opinar mais. Ainda, de acordo com os dados obtidos pode-se observar que os rapazes opinam mais do que as moças. Embora seja perceptível que os jovens tenham menor autonomia nesta etapa.

Em relação à autonomia dos jovens, na etapa *iv. Administração do empreendimento* predominou que tanto os rapazes como as moças não opinam. Porém, destaca-se que duas moças (26%) e um rapaz (8%) por serem responsáveis pela agroindústria familiar têm o poder de tomar decisões. Dessa forma, na medida em que se aumenta a importância das etapas, menor é a autonomia dos jovens.

Durante as entrevistas, foi possível perceber também que a autonomia dos jovens está diretamente relacionada com a faixa etária. Neste caso, para a tabulação dos dados identificamos a autonomia conforme o número de observações por faixa etária referente às quatro opções estabelecidas – *Decide; Opina mais; Opina menos; Não Opina*. Cabe destacar que todas as quatro etapas da agroindustrialização foram verificadas em conjunto para o aspecto autonomia no recorte faixa etária (Tabela 23). Portanto, como já foi sinalizado doze jovens tinham entre 15-19 anos e nove tinham entre 20-24 anos.

Tabela 23. Distribuição percentual da autonomia dos jovens referente à todas as etapas de agroindustrialização.

Autonomia relativa a todas as etapas de agroindustrialização	Nº de Observações	%	Nº de Observações	%
	Faixa etária: 15-19 anos		Faixa etária: 20-24 anos	
Decide	0	0	11	30
Opina mais	10	21	14	39
Opina menos	15	31	4	11
Não opina	23	48	7	20
Total	48	100	36	100

Desse modo, é nítido percebermos que em relação a todas as etapas de agroindustrialização, jovens entre 15-19 anos opinam menos ou não opinam, com quinze (31%) e 23 (48%) observações respectivamente. Ao contrário dos jovens que possuem entre 20-24 anos, constatando-se onze (30%) observações para a opção *decide* e catorze (39%) para *opina mais*. Portanto, é possível verificarmos que jovens entre 15-19 anos tem menor autonomia por serem considerados por seus pais mais imaturos ou menos responsáveis para tomar decisões na agroindústria. Além disso, diante da postura dos pais, percebe-se menor liberdade para expressarem sua opinião ou o que desejariam mudar/modificar na agroindústria. Em decorrência disso, é notável a “falta de voz” e desestímulo dos jovens que abrangem esta faixa etária.

Os dois depoimentos abaixo ilustram a vontade dos jovens adolescentes “inovar” nas agroindústrias, mas são podados por seus pais:

“Pra mim uma boa opção era mudar o local aqui da produção de vinho, pegar um maquinário mais moderno pra deixar o processo mais rápido pra produção sabe [...] pra não ser aquele trabalho

manual. Mas o pai não quer, pra ele tá bom assim [...]” (Rapaz 16 anos, Agroindústria de vinho e suco de uva, Tubarão).

“Ah, sei lá [...] Eu queria fazer outro produto sabe [...] Se fosse por mim né [...] porque às vezes do açúcar lá sobra o melado azedo, aí dava pra fazer cachaça também. O pai disse que falta tempo, talvez só quando ele se aposentar. Aí vou dizer o quê? [...]” (Rapaz 15 anos, Agroindústria de melado, São Ludgero).

O depoimento a seguir demonstra uma situação diferente, onde o jovem de 22 anos após persistir em sua ideia consegue realizar sua vontade de mudança na propriedade:

“Meu pai, me deu no caso, como posso dizer, liberdade em bastante coisa [...] E não é só na agroindústria! Por exemplo, a gente tava trabalhando com piquete, eu ficava falando ‘o pai vamos começar a mexer a terra no pasto’, aí ele dizia ‘não, não mexe na terra porque não dá, porque isso, porque aquilo’. Agora esse ano ele me deu liberdade para mexer [...] E tá gostando do resultado!” (Rapaz 22 anos, Agroindústria de cachaça, Grão Pará).

Para Weisheimer (2009), a situação juvenil na agricultura familiar é marcada pela pouca autonomia. Esta situação é mais precária para as jovens mulheres e para os jovens adolescentes devido à condição subalterna dentro do âmbito familiar. Conforme o autor, a autonomia “plena” é conquistada com o fim da juventude, que não é marcada pela idade, mas, pela independência financeira (remuneração pelos serviços prestados), pela saída da casa dos pais e formação de uma nova família. Nos casos estudados, podemos perceber maior autonomia nos jovens que tinham entre 20-24 anos e casados.

Na pesquisa realizada por Brumer, Pandolfo e Coradini (2008a) com jovens filhos de agricultores familiares no Sul do Brasil, os autores também apontam que uma das reivindicações dos jovens é a autonomia em relação aos pais. Nas entrevistas realizadas com jovens em algumas comunidades rurais do estado de Santa Catarina, Aguiar e Stropasolas (2010) sublinham que a “falta de autonomia” pode ser compreendida sob dois aspectos: a) pelo fato dos rapazes ou moças não conseguirem

executar seus projetos na propriedade, seja por não dispor de recursos ou não ter o apoio da família para executá-los; b) ou ainda pela não participação dos jovens nas tomadas de decisão na unidade familiar.

4.4 Remuneração pelo serviço prestado

No que se refere à remuneração dos jovens pelos serviços prestados nas agroindústrias, o que prevalece é a faixa etária, e não o gênero. Durante as entrevistas foi constatado que oito jovens (39%) não são remunerados, ou seja, toda renda obtida é administrada pelo pai (chefe da família). Nestes casos, geralmente, os jovens tinham entre 15-19 anos e para pequenos gastos pediam dinheiro a seus pais (Figura 7). Isto pode ser observado nos depoimentos abaixo:

“O que eu preciso o pai e a mãe sempre dão. Se eu preciso de dinheiro pra alguma coisa o pai sempre dá [...] Mas, o dinheiro assim fica com o pai [...] eu não recebo” (Rapaz 19 anos, Agroindústria de Cachaça, Grão Pará).

“Não ganho um valor X. Depende do que tiver precisando na escola, alguma coisa [...] eles sempre ajudam” (Moça 18 anos, Agroindústria de Vinho e Panificados, Tubarão).

“Eu não ganho dinheiro por trabalhar lá na agroindústria, mas sempre quando eu peço dinheiro pra ir pra algum lugar ou pra ir pra escola, comprar um lanche lá ou pra uma festa coisa assim, aí eu ganho [...] (Rapaz 17 anos, Agroindústria de Leite, Santa Rosa de Lima).

Em seis casos (28%), os pais e os filhos dividem o rendimento, onde, geralmente, os jovens são parceiros dos pais e também responsáveis pelas agroindústrias. Nestes casos, os jovens têm entre 20-24 anos.

“Eu não sou remunerado assim por mês. Aqui em casa é assim ó, e é o que a mãe diz, todo mundo faz dinheiro então vai tudo prum caixa só. Só se eu sei que não tenho condições, aí que eu não vou comprar né. Agora se tem condições, vai lá e

compra. Precisou, vai lá e pega” (Rapaz 22 anos, Agroindústria de Cachaça, Grão Pará).

“Na verdade, é assim, não sei o que dizer, porque quando a gente precisa de qualquer coisa a gente ganha. O M. ganha, o pai paga tantas sacas de farinha pra ele. Nessa farinhada desse ano, ele ganhou acho que uns R\$12 a 15 mil. E o N. ganhou uns sacos de farinha e ganhou a moto. Então é assim né, quando a gente precisa a gente ganha. Eu também ganhei em saco de farinha. Assim tá bom, porque tudo que a gente precisa ele dá sabe. E se fosse pra colocar salário, muitas vezes também não ia dá pra fazer o que a gente queria. Então assim não, assim o pai da muito mais além da conta do que a gente precisa. A gente trabalha junto pra quando precisar todo mundo pegar junto” (Moça 21 anos, Agroindústria de farinha de mandioca, Imaruí).

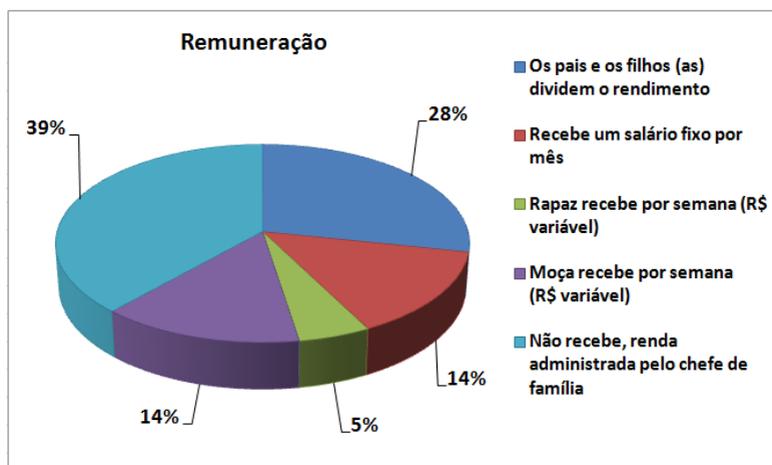


Figura 7. Remuneração dos jovens pelo serviço prestado nas agroindústrias.

Enquanto apenas um rapaz (5%) e três moças (14%) responderam receber uma quantia de dinheiro por semana, de acordo com a demanda

de produtos vendidos. No caso das três moças, as mães eram responsáveis pelas agroindústrias de conservas e panificados, sabendo da importância desta quantia para os eventuais gastos das filhas. Todos os jovens que se enquadram nesta opção têm entre 15-19 anos. E por fim, três jovens (14%) relataram receber um salário fixo por mês pelos serviços prestados na agroindústria.

“Eu gosto mesmo é de ir lá na feira! Se precisar levantar 05:30 da manhã pra ir lá eu vou! Eu gosto de falar com o pessoal que vai comprar os produtos sabe [...]. Aí minha mãe fez um acerto comigo porque ela sabe que a gente gosta de te uns trocadinhos né [...] Aí ela me dá uma quantia por semana pra fica com ela e ajuda no que precisar” (Moça 15 anos, Agroindústria de Conservas, São Ludgero).

“Eu trabalho por comissão [...]Chega a R\$1.200 a R\$1.500 por mês, mas tem que vender né” (Moça 24 anos, Agroindústria de Embutidos, Tubarão).

“A gente tem um salário. Assim né, sempre pro empregado é pouco né, pro patrão é muito. Eu recebo R\$800,00 agora, tá pra vir um aumento, mas não saiu ainda” (Rapaz 20 anos, Agroindústria de Embutidos, Tubarão).

Através dos dados obtidos foi verificado que jovens entre 15-19 anos não são remunerados. Embora, quando remunerados recebem determinada quantia por semana para pequenos gastos (escola, lanche, sorveteria, etc). Weisheimer (2004, 2009) em sua pesquisa também destaca que a maioria dos jovens, principalmente os adolescentes, só tem acesso ao “resultado” de seu trabalho na medida em que pedem para os pais aquilo que necessitam. Ainda, conforme o autor, as situações em que os jovens são valorizados pelo trabalho que realizam como as parcerias entre pais e filhos ou quando são remunerados pelo trabalho que executam, eles demonstram mais interesse em permanecer no meio rural. Isto foi constatado nesta pesquisa, onde rapazes e moças que tinham entre 20-24 anos, geralmente, recebiam salário ou dividiam o rendimento com os pais demonstravam interesse em permanecer na propriedade.

Na pesquisa realizada por Aguiar e Stropasolas (2010) em comunidades rurais do estado de Santa Catarina beneficiárias do Projeto Mi-

crobasias 2, os autores identificaram a falta de autonomia financeira dos jovens como um dos aspectos que gera conflitos intergeracionais e de gênero entre os membros das famílias. A situação das moças é ainda pior, pois quase sempre se encontram numa condição de total dependência financeira do pai. Ao nos depararmos com a pesquisa, isto pode explicar o fato das três moças receberem uma determinada quantia por semana de suas mães que entendem a condição feminina de suas filhas no meio rural.

Diante destas constatações podemos observar modificações positivas na remuneração dos jovens em relação ao padrão costumeiro na agricultura familiar. Atualmente, o caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional parece estar mais brando quanto a este aspecto, principalmente quando se refere aos jovens entre 20-24 anos. Silva e Capelo (2005) salientam que apesar da forma de organização do trabalho na agricultura familiar não equacionar a renda resultante do trabalho coletivo, começa a se observar a tendência do fornecimento de algum tipo de remuneração para os jovens. Isto serve como mecanismo para mantê-los por mais tempo envolvidos no trabalho familiar ou mesmo como resultado da própria pressão exercida pelos filhos dos agricultores que querem acesso às formas individualizadas de remuneração.

Na referida pesquisa, observou-se que esta situação indica que os pais estão valorizando o trabalho dos jovens no estabelecimento e nas agroindústrias proporcionando desta maneira sua independência financeira e o interesse dos filhos (as) em sucedê-los.

4.5 Envolvimento na tomada de decisão

A tomada de decisão geralmente está baseada no bom senso e no conhecimento do agricultor considerando os objetivos que pretende atingir. É desta forma então, que passa a agir e a gerir seus sistemas de produção conferindo-lhes uma lógica e uma racionalidade própria condicionadas por componentes da tradição, de aprendizagem, de infraestrutura, psicológicos, sociais e econômicos. O processo na tomada de decisão torna-se ainda mais complexo, pois envolve tanto o chefe da família, assim como sua esposa, filhos e sucessores. Portanto, na maioria dos casos possui um caráter participativo (CONTINI *apud* DALCIN, 2010).

Nesta perspectiva, para analisarmos a tomada de decisão nas agroindústrias familiares procurou-se identificar todos os membros da

família (inclusive os não entrevistados) que participavam deste processo. Para cada uma das quatro etapas estabelecidas buscou-se verificar alguns elementos: *i. Produção da matéria-prima*: planejamento das atividades produtivas (época de plantio, colheita, capina etc); *ii. Beneficiamento*: qualidade dos produtos, diversificar linha de produção, adquirir novas máquinas/equipamentos; *iii. Comercialização*: canais de distribuição, mecanismos de comercialização, ampliar mercado; *iv. Administração do empreendimento*: contato ou busca de novos fornecedores/compradores, controlar e analisar custos, negociar preços, aumentar estrutura física da unidade de produção. Foram previstas respostas múltiplas tabuladas conforme o número de citações correspondentes a cada etapa do processo de agroindustrialização (Tabela 24).

Tabela 24. Distribuição percentual do envolvimento dos jovens na tomada de decisão.

Etapas	Envolvimento na tomada de decisão							
	<i>i. Produção da matéria-prima</i>		<i>ii. Beneficiamento</i>		<i>iii. Comercialização</i>		<i>iv. Administração do empreendimento</i>	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Membros da família								
O marido	11	50	8	35	9	37	10	46
A esposa	3	14	3	13	1	4	2	9
O casal	1	4	3	13	6	25	6	27
O casal com filhos(as)	2	9	3	13	1	4	0	0
Rapaz	3	14	5	22	4	17	2	9
Moça	2	9	1	4	3	13	2	9
Total	22	100	23	100	24	100	22	100

De acordo com os dados obtidos, na etapa *i. Produção da matéria-prima* o marido predomina no processo de tomada de decisão com onze citações (50%). Em seguida, a esposa e o rapaz, ambos com três citações (14%). As moças são as que têm menor envolvimento na tomada de decisão com apenas duas citações (9%).

Em relação à etapa *ii. Beneficiamento* há disparidade entre o chefe da família (marido) e as moças. Nos casos estudados, o marido obteve oito citações (35%) quanto ao poder na tomada de decisão e as moças apenas uma citação (4%). Além disso, os rapazes apresentam uma considerável participação na tomada de decisão nesta etapa, com cinco citações (22%).

No que se refere à etapa *iii. Comercialização*, ainda predomina o poder na tomada de decisão do marido com nove citações (37%), e em seguida do casal com seis citações (25%). É notável também o envolvimento na tomada de decisão dos jovens, o que corresponde a quatro citações (17%) dos rapazes e três citações (13%) das moças.

Já na etapa *iv. Administração do empreendimento*, a disparidade na tomada de decisão entre os membros da família é maior. Neste caso, predomina o poder na tomada de decisão do marido o que correspondeu a dez citações (46%), e do casal com seis citações (27%). Os rapazes e moças têm uma participação mínima, ambos com duas citações (9%).

Em suma, ao analisarmos todas as etapas da agroindustrialização constata-se que o maior poder na tomada de decisão ainda está concentrado no chefe da família (marido), e em seguida, no casal. Isto foi observado principalmente nas etapas *iii. Comercialização* e *iv. Administração do empreendimento*. Melo (2003) em seu estudo observou que a esposa (mulher) não participa da tomada de decisão quando trata-se de decisões mais rápidas, mas sim, quando tem que tomar decisões de longo prazo. Enquanto os filhos geralmente participam na tomada de decisões rápidas (imediatas), pelo fato de serem incorporados nas atividades produtivas desde cedo. Nos casos estudados, apesar do envolvimento de todos os membros da família neste processo é perceptível que a decisão dos demais não ameaça o predomínio masculino (marido) na tomada de decisões, sobretudo quando refere-se a questões financeiras. Os depoimentos abaixo ilustram algumas das situações encontradas nos casos estudados.

No primeiro depoimento podemos observar que toda a família está envolvida na tomada de decisões, seja na agroindústria ou em outras atividades agrícolas:

“É pouca gente que trabalha como a gente trabalha aqui. Tu podendo trabalhar aqui, estando com o pai e com a mãe quase que 24h por dia, e não dependendo de patrão mandando é a melhor coisa! A gente senta, conversa e toma a decisão todo mundo junto em todas as atividades [...] no leite, na agroindústria, tudo” (Rapaz, Agroindústria de Cachaça, Grão Pará).

Enquanto no depoimento a seguir, a moça demonstra não ter interesse no envolvimento na tomada de decisão. A responsabilidade pelas decisões estaria nas mãos do seu irmão mais velho e de seu pai. Além

disso, durante a entrevista, ficou claro que sua mãe também não está envolvida neste processo.

*“Eu não tô muito envolvida nisso não, eu fico mais na parte de trabalhar mesmo lá dentro do engenho [...] Quem toma mais as decisões mais sérias assim, em tudo é o M. meu irmão mais velho (*24 anos) e meu pai. Aí eles conversam, entram num acordo e fazem o que é melhor né” (Moça, Agroindústria de farinha de mandioca, Imaruí).*

Aqui, é possível observar que quando as questões na tomada de decisão envolvem o lado financeiro, as decisões são confiadas ao chefe da família (figura paterna).

“Assim, todo mundo se junta pra falar das coisas né, decidir. Só que aí no financeiro o comando ainda é do meu pai [...]mas, a gente sempre tenta chegar num consenso né” (Rapaz, Agroindústria de leite, Santa Rosa de Lima).

“O que eu posso te dizer [...] como meu pai tem mais experiência que eu, a gente sempre procura conversar e tomar as decisões junto. Isso acontece mais tipo quando é questão de dinheiro né ou sei lá, negociar preço com fornecedor. A mãe já não se envolve muito não, ela fica mais lá na parte de fazer os pães, as bolachas [...] (Moça, Agroindústria de Panificados, São Martinho).

Na pesquisa realizada por Silvestro et al. (2001) à respeito dos impasses sociais relativos à sucessão hereditária em unidades familiares no oeste de Santa Catarina, os autores constataam que as decisões mais importantes sobre os rumos da propriedade são tomadas “pelo conjunto família”. Embora, ainda seja “o pai quem toma a decisão depois de conversar com toda a família”. Os autores salientam que está havendo maior incorporação dos jovens nos espaços de decisão da família, principalmente dos rapazes, e nas discussões referentes às questões ligadas a gestão da propriedade.

Aguiar e Stropasolas (2010) observaram em sua pesquisa que o envolvimento das moças nos processos de tomadas de decisão é maior, menor ou nulo de acordo com a intensidade de sua participação nas ati-

vidades consideradas “produtivas” para a unidade familiar. Dessa forma, quando as filhas encontravam-se envolvidas apenas nas atividades domésticas a participação nos processos decisórios era praticamente nula. Porém, se as jovens também se envolviam na produção de leite, hortaliças ou na comercialização em feiras, o envolvimento na tomada de decisões era maior. Este fato também foi verificado nos casos estudados quanto à etapa iv. *Administração*, onde o envolvimento na tomada de decisão de duas moças era maior, pois participavam ativamente de todo processo de agroindustrialização.

Para compreendermos melhor esta situação, no próximo capítulo abordaremos como estes aspectos influenciam na decisão dos jovens em partir ou permanecer na propriedade diante da possibilidade de continuar a trabalhar na agroindústria, e de que modo isto interfere na sucessão.

CAPÍTULO 5 – FICAR OU PARTIR? O ENVOLVIMENTO DOS JOVENS NAS AGROINDÚSTRIAS E AS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO SUCESSÓRIO

A migração dos jovens não deixa de existir apesar da possibilidade de aumentar a renda com as agroindústrias familiares e desfrutar dos dois mundos – rural e urbano – em decorrência da “facilidade” ao acesso e proximidade entre estes espaços como destacam Matte, Spanevello e Azevedo (2009). Este fato nos leva a considerar novos fatores nos quais podem estar influenciando na decisão dos jovens entre ficar ou partir do meio rural, além do fator financeiro, como condicionantes ligados à questão cultural atrelados principalmente ao poder patriarcal.

Nos casos estudados, estes condicionantes estão relacionados à pouca autonomia e participação no poder na tomada de decisão, seja na agroindústria ou no estabelecimento familiar gerando desmotivação e certa insatisfação principalmente nos jovens adolescentes. Carneiro (1998) refere-se ao poder patriarcal como um propulsor para a saída dos jovens do meio rural. Segundo a autora, ser o chefe do estabelecimento familiar é ter assegurado a condição de proprietário e o pai tenta ao máximo retardar a transferência da posse da terra com o intuito de assegurar a sua autoridade e a garantia de ser cuidado pelo filho sucessor.

Ao perguntarmos aos jovens se tinham vontade de permanecer no campo diante da possibilidade de trabalhar nas agroindústrias familiares, dez (48%) responderam sim, seis (28%) não e cinco (24%) estavam indecisos. É perceptível a influência do recorte faixa etária nesta decisão. Os jovens que tinham entre 15-19 anos geralmente estavam indecisos ou não pretendiam permanecer na propriedade buscando outros projetos de vida. Entre estes projetos estavam cursar o ensino superior ou ainda trabalhar em um emprego não agrícola no meio urbano. No Capítulo 3, mostrou-se, no item 3.1, que os jovens adolescentes tem pretensão de cursar o ensino superior, e portanto, seguir outra profissão que não a de agricultor. Estes desejos são revelados nos depoimentos abaixo:

“Ah, eu quero sim fazer faculdade. Eu tô pensando ainda o que vou fazer [...] Tava em dúvida se faço Engenharia Sanitária e Ambiental ou se vou pra aeronáutica. Acho difícil continuar no engenho, ficar aqui [...]” (Rapaz, 15 anos, Agroindústria de melado, São Ludgero).

“Eu queria fazer biologia [...] Mas, não pra ser professora. Sei lá, como ainda não terminei o 2º grau tô pensando no que eu faço. Mas aqui eu não quero ficar não [...] (Moça, 17 anos, Agroindústria de suco de uva e vinho, Tubarão).

Além disso, constatou-se que geralmente nas agroindústrias familiares não dependentes das atividades sazonais como as de embutidos e panificados (renda mensal), os jovens estavam mais propensos a permanecer na propriedade. Para Brumer *apud* Spanevello (2008, p.59), a perspectiva de permanência dos jovens nas atividades agrícolas são dependentes de vários fatores, entre eles:

a) Da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; b) Da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; c) das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares as atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família; d) das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias; e) das relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças nas mesmas; f) da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores” (BRUMER *apud* SPANEVELLO, 2008, p. 59).

No entanto, os jovens que tinham entre 20-24 anos foram unânimes em responder que pretendiam permanecer no meio rural trabalhando nas agroindústrias familiares e, conseqüentemente, seguir a profissão de seus pais. Em sua pesquisa, Weisheimer (2009) também constatou que a maioria dos jovens com mais de 20 anos exerciam um papel importante na condução das tarefas produtivas na propriedade de sua família, onde a residência no meio rural era condizente com a efetivação dos projetos profissionais desses jovens como agricultores.

Ao questionarmos como estava sendo pensada a transição do processo sucessório na família¹², nove (47%) responderam que não pensaram a respeito. Embora, a maioria, em dez (53%)¹⁰ casos, respondeu que deverá ser dividida entre os filhos. Quando perguntou-se quais filhos assumiriam, predominaram os rapazes. Cada caso é muito particular, de família para família, pois quando os jovens geralmente os adolescentes demonstravam desinteresse a transição não era discutida ou ainda achavam muito cedo para debater esta questão. Em alguns casos, também foi perceptível que mesmo quando os jovens gostariam de dar continuidade nas atividades agrícolas e na própria agroindústria, muitas vezes, a transição do processo sucessório não era discutida, tornando-se um assunto delicado.

Como apontado por Carneiro (2001), as formas de transmissão do patrimônio de cada família mudam conforme seu contexto histórico, econômico e geográfico, onde o chefe da família acaba escolhendo o filho homem como sucessor. Nos casos estudados, as moças (faixa etária 15-19 anos) demonstraram-se menos interessadas que os rapazes em suceder seus pais. Particularmente em dois casos, no município de São Ludgero, os pais estavam incentivando as filhas a continuarem os estudos, pois já tinham filhos homens dispostos em sucedê-los. Nos estudos de Carneiro (2001) e Stropasolas (2006), esta situação também foi constatada.

Nas famílias onde a transição do processo sucessório estava sendo pensada observou-se que apesar da relação mais aberta entre pais e filhos, a sucessão de fato será tardia. Paulilo (2004) ressalva que o modelo sucessório no sul do País é tardio. Para Silvestro et al. (2001), é fundamental a família estar preparada e aberta para saber quem ficará encarregado pela sucessão, quando acontecerá e de que maneira ocorrerá. Porém, na maioria dos casos estudados o “quando” e de que “maneira” a sucessão ocorrerá não são discutidos.

A transição do processo sucessório nas famílias entrevistadas é abordada de diversas formas. O primeiro depoimento ilustra a maneira como o homem agricultor discute o processo sucessório com seu filho. Na entrevista, foi possível observar o peso da responsabilidade que ele coloca no rapaz para continuar a “tocar” a propriedade. Ao mesmo tempo percebe-se que ele só deixará o filho gerenciar a propriedade quando

¹² Como em duas propriedades foram entrevistados todos os jovens, ou seja, dois em cada propriedade para esta questão consideramos dezenove jovens.

não tiver mais condições de trabalhar na atividade agrícola e na agroindústria:

“É sim discutido. Eu sempre digo pra ele que o que nós temos que o pai começou antes, ele comprou terra e começou do zero. Nós já montamos a agroindústria. Ele tem tudo ali, agora ele vai ter que dar continuidade, pra não deixar tudo se perder o que outros atrás investiram né [...] Então, como vou dizer, o meu pai comprou a terra e nós continuamos, montamos a agroindústria. Se eles não tocarem pra frente, o que adiantou o nosso trabalho? Enquanto tiver uma pessoa viva no mundo, comer ela precisa [...] No caso, hoje a terra tá no meu nome, mas vamos dizer, se ele trabalhar aqui, no futuro isso é pra ele [...] ou eles tocam pra frente ou botam tudo a perder”. (Homem agricultor, Agroindústria de melado orgânico, Santa Rosa de Lima).

Enquanto no depoimento abaixo, o rapaz demonstrou a vontade que seu pai tem de lhe passar a herança. Há dois tipos de situações contrastantes: a do seu pai, que gostaria de dividir a herança; e a do seu avô que nunca discutiu isso com seus filhos.

“A gente fala sobre isso sim [...] Na verdade, ele até pensa em dividir. Mas assim, da parte de herança dele, dos pais dele, ele não recebeu nada ainda. Por isso ele não passou. Porque meu nono, que mora em Urubici, não dividiu nada pra ninguém. Ele tem 5 filhos, nenhum filho ganhou um centímetro de terra ainda. Por isso que meu pai não dividiu. Porque assim, eu não vou ficar nada pra mim, eu vou passar pros meus filhos. Então como ele diz, não adianta passar agora pra mais tarde ter que regularizar mais um documento novo, pra passar mais o tanto que ele vai receber lá. Que mais cedo ou mais tarde ele vai receber [...] Meu vô é assim, tem 75 anos e nunca falou nada a respeito disso com os filhos dele. Meu pai já não é assim” (Rapaz, Agroindústria de cachaça, Grão Pará).

Há também casos em que os pais incentivam as filhas a estudar, pois já têm filhos homens para sucedê-los. Os depoimentos abaixo ilustram esta situação:

“É assim, todo mundo diz que a situação do agricultor não tá fácil né, e às vezes os pais não incentivam muito ficar nessa área também. Eu, os meus pais, não me incentivam a ficar aqui. Eles querem que eu vá pra frente e que eu estude [...] E os meus irmãos, como eles não gostam de estudar os meus pais estimulam eles a ficar aqui [...] Eles falam que meu irmão mais velho que vai tocar depois as coisas” (Moça, Agroindústria de Ovos, São Ludgero).

“Não falamos sobre isso direito. Eu acho que pra continuar aqui eu acho que seria só o meu irmão mais novo porque ele gosta mais de trabalhar com gado, dessas coisas assim [...] A agroindústria seria mais pra mim e pra minha irmã. Mas, ainda é cedo, ninguém sabe o que vai acontecer [...] Eu penso em continuar os estudos [...]” (Moça, Agroindústria de panificados, São Ludgero).

Contudo, o depoimento a seguir revela constrangimento, pois para alguns entrevistados esse assunto é delicado na medida em que envolve a morte do chefe da família. Esta situação é típica em famílias onde o processo sucessório é tardio:

“Nunca foi discutido [...] Eu não me interesso pra falar a verdade, porque se é uma coisa que eu acho que é ganhado fácil o cara perde fácil. Eu quero ganhar as coisas por mim mesmo, que é melhor assim [...] E o pai ainda é novo, se duvidar morro antes que ele!” (Rapaz, Agroindústria de embutidos, Tubarão).

Em suma, além do viés de gênero a variável faixa etária influencia tanto na vontade dos jovens permanecerem no meio rural, assim como no desejo em suceder seus pais. Deste modo, a permanência ou saída dos jovens têm implicações direta no processo sucessório, pois determinará a continuidade e reprodução das unidades produtivas. Conforme Stropasolas (2011), o questionamento por parte dos jovens

em decorrência de sua condição social marcada pela falta de autonomia e oportunidades de renda acarretam em sua migração e, conseqüentemente, no envelhecimento do meio rural. Nos casos estudados, é perceptível que os jovens entre 15-19 anos, sejam rapazes ou moças, deveriam ter mais incentivo dos seus pais. Aspectos como a autonomia e maior participação na tomada de decisão relativos as atividades agrícolas realizadas no estabelecimento ou mesmo na agroindústria precisam ser consideradas para motivá-los, onde a sucessão deixará de ser um fardo e vista como parte do projeto de vida desses jovens.

Na perspectiva entre ficar ou partir, ainda há dois casos onde os jovens retornaram para o meio rural. Das 21 entrevistas realizadas com os jovens identificou-se o retorno de um rapaz e uma moça, ambos tinham entre 20-24 anos. As histórias de retorno são semelhantes, no sentido da insatisfação que o emprego não agrícola gerava. Stropasolas (2006) em sua pesquisa no município de Ouro/SC também constata que embora em número reduzido os casos de retorno principalmente de rapazes deve-se as precárias condições de emprego no meio urbano.

No caso o rapaz era irmão da moça entrevistada que trabalhava na agroindústria de ovos no município de São Ludgero. Além de trabalhar na agroindústria de ovos, o rapaz acompanha seu pai na feira que é realizada em Criciúma duas vezes por semana. Conforme o depoimento da mãe da moça, seu filho retornou há um ano pelo fato do salário na indústria de plástico ser muito baixo. O depoimento a seguir revela esta situação:

“Ele trabalhou fora 1 ano e meio lá na indústria de plástico. Ele era operador de máquina. Ele não gostou porque fica muito preso, ele dizia que era sempre tudo a mesma coisa, o mesmo serviço. O que ele ganhava lá era muito pouco. Aqui demos um carro pra ele, demos tudo, aí ele fica aqui com nós. Tudo que ele precisa a gente dá. E foi muito bom, ele sabe fazer conta, ele sabe economizar [...] É muito bom assim ó, vai trabalha fora, aí não deu, tu vem. Ele viu que o salário dele que ele ganhava lá que era baixo, ele falava assim ‘uma família mãe, não consegue sobreviver com esse salário, eu não consigo quase passar o mês’. Agora o que ele ganhava lá, nós demos tudo a mesma coisa, roupa lavada, comida.. [...] Agora ele vai duas vezes por semana fazer feira com meu marido em Criciúma. E antes quando ele não tava a gente tinha que pagar alguém pra ajudar

porque senão a gente não dava conta” (Mulher Agricultora, Agroindústria de ovos, município de São Ludgero).

Enquanto a moça antes de começar a trabalhar na agroindústria de embutidos trabalhava desde os 14 anos no comércio, no centro de Tubarão:

“Tinha que ajudar o pai né, ele tava muito sozinho e eu também queria sair do serviço no comércio, aí resolvi ajudar ele né, pra poder dar continuidade depois. Eu comecei a trabalhar fora desde os 14 anos, mesmo com o negócio do pai [...] Já sabes né, como diz o ditado santo de casa não faz milagre né [...] Aí também a gente vê né, que na cidade não é tão bom como a gente imagina [...] E assim, quando eu faltava porque meu menino tinha problema de pulmão, eu faltava pra levar ele no médico né [...] Meu chefe não aceitava o atestado médico dele e descontava do meu salário. E aqui na agroindústria isso não acontece! Então aí assim, depois eu voltei pra cá pra trabalhar. Trabalhar com a família é diferente né” (Moça, Agroindústria embutidos, Tubarão).

Em decorrência da situação encontrada dos jovens no meio rural, Castro et al. (2009) ressaltam que diante do cenário de empobrecimento, migração dos jovens e de envelhecimento e masculinização da população que permanece nas comunidades rurais torna-se imprescindível investir nos jovens como público estratégico das ações de desenvolvimento rural. O principal intuito é coibir a saída deste grupo para os centros urbanos inserindo-os nas políticas e ações governamentais. No entanto, a migração dos jovens ainda persiste em decorrência de não estar incluídos de forma satisfatória nestas políticas e programas, nem mesmo tendo acesso suficiente aos recursos disponibilizados pelas instituições.

Se, por um lado, a juventude passa a ser o público estratégico para o desenvolvimento, por outro, o número de indivíduos que poderiam assumir esse papel tem diminuído drasticamente. A recusa de seguir a profissão de seus pais acarreta na migração para os centros urbanos, sobretudo das moças. O cerne da questão permeia nas crianças que também vivenciam estes problemas estruturais que acabam afetando a condição econômica e social das suas famílias. Para Stropasolas (2010, p. 2), “a compreensão da origem dos problemas que afetam os jovens rurais deve ser buscada ainda na infância, em que se concebem, formam e

se reproduzem os conceitos, os valores, as possibilidades e as oportunidades que moldam e marcam indelevelmente a trajetória social da juventude”.

Desse modo, para compreendermos melhor a situação das propriedades que não tinham jovens procuramos saber como os pais influenciaram ou influenciam seus filhos a permanecerem na propriedade. Nas entrevistas, foi possível perceber nas propriedades em que tinham crianças que os pais às influenciavam de forma positiva. Em ambas, já havia a participação das crianças nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias de panificados e mandioca congelada. Os depoimentos abaixo demonstram esta situação:

“A F. tem 9 anos e já me ajuda pra fazer os panificados, bota toca e tudo! Ela é bem ativa assim, gosta de fazer as coisas. Ela gosta de decorar as bolachas e já atende o telefone pra marcar os pedidos. Na verdade eu incentivo muito meus filhos aqui na propriedade [...]” (Mulher agricultora, Agroindústria de panificados, Grão Pará).

“A minha pequena fala, ‘ah, quando a mãe morrer eu vou continuar a empresa da mãe!’. Ela fala isso várias vezes. A gente motiva ela a ficar né, tem que motivar. Não adianta botar outro mundo pra ela se é esse que a gente vive né [...]” (Mulher agricultora, Agroindústria de mandioca congelada, São Martinho).

Ao nos depararmos com outro cenário, da agroindústria familiar com um casal de idosos os motivos relatados para a saída dos três filhos estavam relacionados com o casamento, com a falta de interesse pela atividade agrícola e a postura negativa dos pais diante da possibilidade de permanecer no meio rural.

Vejamos como um casal de idosos retrata os motivos para a saída dos jovens:

“O K. saiu com 21 porque casou né [...] Ele trabalhou de empregado 2 anos em São Bonifácio numa fábrica de queijo. Lavoura pra viver tem que tá bem equipado né. Mas acho que mesmo assim ele não se interessou. Já a minha filha, a R. saiu com 15 pra casar [...] Aí tu vai dizer que ‘não’, tu sabe né. E a M. trabalha na área da saúde [...] Então os filhos saiu tudo porque casaram. Antes eles ajudavam a

gente na lavoura de fumo, a tirar leite [...] Mas, o fumo era muita despesa. Hoje a gente faz um queijo e planta uma madeirinha” (Casal de idosos, Agroindústria de queijo, Grão Pará).

Quando foi perguntado ao casal a razão pela qual os jovens estavam saindo da comunidade, responderam da seguinte forma:

“Eu acho assim que eles tão achando difícil trabalhar na agricultura [...]E trabalhar de empregado fora eles ganham dinheiro mais fácil, mais rápido. Ai muitos não querem saber mais né” (Casal de idosos, Agroindústria de queijo, Grão Pará).

Para Spanevello e Lago (2009), devido às alterações na percepção sobre a ocupação agrícola, o encaminhamento dos filhos já não é mais um processo mantido de maneira incondicional pelos pais como antigamente, onde filho de agricultor também tinha que ser agricultor. Em sua pesquisa realizada na região central do Rio Grande do Sul a respeito das possibilidades sucessórias na agricultura familiar segundo a percepção e estímulo dos agricultores aos seus filhos, os autores apontam que os agricultores com sucessores apresentavam percepção positiva da ocupação agrícola estimulando os filhos a permanecerem na atividade e na propriedade. Enquanto os agricultores sem sucessores apresentaram em maior proporção percepção negativa não estimulando desta forma os filhos a seguirem na ocupação e na propriedade.

Em suma, a implantação das agroindústrias familiares e o trabalho dos jovens nesses empreendimentos não são suficientes, isoladamente, para a permanência deste grupo social no meio rural. Esta decisão está diretamente relacionada e condicionada pelos aspectos analisados nesta pesquisa, sobretudo à satisfação (motivação) dos jovens pelo serviço prestado nas agroindústrias, a remuneração pelo trabalho realizado, a autonomia e o envolvimento na tomada de decisão, entre outros. Constatou-se também que estes pequenos empreendimentos repercutem positivamente, embora em menor número, no retorno dos jovens ao campo. Porém, ainda há outros fatores que devem ser considerados como a educação, o acesso ao lazer e cultura, a inclusão digital e a infra-estrutura (estradas, transporte, serviços básicos) existente nas comunidades rurais. Tudo isto, de forma integrada, interfere e acarreta implicações diretas no processo sucessório e, conseqüentemente, na manutenção do tecido social e produtivo das unidades familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a participação dos jovens rurais nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares no Litoral Sul Catarinense, mais especificamente em alguns municípios da Microrregião de Tubarão com base em cinco aspectos: divisão do trabalho por gênero; remuneração; autonomia; grau de satisfação e tomada de decisão. O intuito foi compreender se a diversificação das atividades produtivas, como a implantação das agroindústrias, influencia na permanência e posterior sucessão dos jovens nos estabelecimentos familiares.

Através da análise dos resultados obtidos constatou-se que o viés de gênero entre os jovens nas atividades desenvolvidas na agroindústria pode ser percebida principalmente na etapa *i. Produção da matéria-prima* com menor participação das moças e; na etapa *iv. Administração do empreendimento* onde apesar de haver menor participação dos jovens, as moças estão mais envolvidas. A menor participação dos jovens na etapa *iv. Administração do empreendimento* deve-se principalmente à posição de subordinação que ocupam na hierarquia familiar. Além disso, a participação e divisão de tarefas pelos jovens estão diretamente relacionadas a sua aptidão com o trabalho desempenhado por eles nas agroindústrias. Embora, muitas vezes devido à pouca mão-de-obra e a demanda de trabalho existente, os jovens tenham que participar de etapas que não gostariam de fazer como na produção da matéria-prima e beneficiamento.

No que diz respeito à remuneração pelo serviço prestado dos jovens nas agroindústrias familiares o que prevalece é a faixa etária, e não o gênero. Foi verificado que os jovens adolescentes geralmente não são remunerados. Ao contrário dos jovens que tinham entre 20-24 anos. No entanto, pode-se observar modificações positivas quanto a este aspecto em relação ao padrão costumeiro na agricultura familiar. Atualmente, o caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional parece estar mais brando quanto a este aspecto, principalmente quando se refere aos jovens entre 20-24 anos. Este fato indica que os pais estão valorizando o trabalho dos jovens no estabelecimento e nas agroindústrias proporcionando desta maneira sua independência financeira e o interesse em sucedê-los.

Em relação ao grau de satisfação, os rapazes demonstraram estar mais satisfeitos nas etapas *i. Produção da matéria-prima* e *ii. Beneficiamento* do que as moças. Enquanto nas etapas *iii. Comercialização* e *iv. Administração do empreendimento* ambos

estavam satisfeitos. O recorte faixa etária também é evidente, onde os jovens entre 20-24 anos demonstraram estar mais satisfeitos do que os que tinham entre 15-19 anos. Nesta perspectiva, constatou-se que o grau de satisfação dos jovens com as atividades dependem do seu engajamento, estímulo e interesse nas agroindústrias.

Ao focalizarmos no aspecto autonomia também foi possível perceber que está diretamente relacionada à faixa etária. Dessa forma, os jovens adolescentes tinham menor autonomia por serem considerados por seus pais mais imaturos ou menos responsáveis para tomar decisões na agroindústria. Diante da postura dos pais, observou-se menor liberdade para expressarem sua opinião ou o que desejariam mudar/modificar na agroindústria. Foi notável a “falta de voz” e desestímulo dos jovens que abrangem esta faixa etária.

No que tange o envolvimento na tomada de decisão em cada etapa do processo de agroindustrialização foi perceptível a participação de todos os membros da família. No entanto, ainda há uma concentração do processo decisório no chefe da família (figura paterna).

Ao sintetizarmos todos os aspectos analisados na pesquisa percebemos que o efeito gerado das agroindústrias sob a permanência e posterior sucessão dos jovens no meio rural é positivo. Embora a vontade de permanecer esteja diretamente relacionada à remuneração pelo serviço prestado na agroindústria, ter certa autonomia, envolvimento na tomada de decisão e satisfação com as atividades desenvolvidas no pequeno empreendimento. Este perfil foi evidenciado principalmente nos jovens que tinham entre 20-24 anos. Dessa forma, quanto a permanecer na propriedade, diante da possibilidade de trabalhar nas agroindústrias geralmente os jovens adolescentes (15-19 anos) estavam indecisos ou não pretendiam permanecer na propriedade buscando outros projetos de vida, como dar continuidade aos estudos ou trabalhar em um emprego não agrícola na cidade. Ao contrário dos jovens entre 20-24 anos que pretendem permanecer e suceder seus pais. A transição do processo sucessório está sendo pensada nas famílias, entretanto, como sucessores ainda predominam os rapazes. Tornou-se evidente também que estes pequenos empreendimentos repercutiram positivamente, embora em menor número, no retorno dos jovens ao meio rural.

Assim, confirmam-se as hipóteses deste estudo, ou seja, no que diz respeito que as agroindústrias familiares tornam-se uma alternativa de trabalho e estímulo para os jovens que pretendem permanecer na propriedade e, conseqüentemente, suceder seus pais na unidade agrícola. Isto foi observado principalmente nos jovens entre 20-24 anos. Podemos confirmar também que ainda existe uma concentração do processo deci-

sório no chefe da família (figura paterna) nas decisões tomadas nas agroindústrias e no próprio estabelecimento. Todavia, a permanência e posterior sucessão dos jovens na unidade familiar não dependem somente da participação nas agroindústrias, mas sim, de condicionantes como a satisfação; motivação; autonomia; afinidade e remuneração pelo trabalho prestado.

Nesta perspectiva, o estudo de caso nos municípios e agroindústrias familiares localizadas no Litoral Sul catarinense permitiu compreender que somente a implantação das agroindústrias, de forma isolada, não assegura a permanência dos jovens no meio rural e posterior sucessão da unidade produtiva. O efeito gerado das agroindústrias somente torna-se positivo quando os jovens participam ativamente em todas as etapas de agroindustrialização, dispondo efetivamente das condições necessárias para participar e influenciar nas decisões que são tomadas neste processo.

A análise empreendida sobre a participação dos jovens nas agroindústrias familiares e suas implicações na permanência e sucessão não pretende ser conclusiva, mas acredita-se que possa colaborar para o desenvolvimento e implementação de uma agenda pública local para este grupo baseando-se em suas reais necessidades. Para que nos seus projetos de vida os jovens passem a considerar a continuidade da agricultura de base familiar, faz-se necessário a intervenção e ação do Estado sobre os fatores externos para viabilizar as políticas públicas, e também sobre os fatores internos, para tornar mais igualitária as relações sociais estabelecidas no bojo familiar. Para isso, as entidades associadas à extensão rural, assim como outras instituições, devem se fazer presentes não apenas nos assuntos vinculados à assistência técnica, ao crédito, comercialização, etc., mas também como parte integrante e mediadora de ações que buscam abordar as questões de gênero, geração, juventude e sucessão rural.

Diante destas constatações e pensando em todas as dificuldades que os jovens enfrentam para permanecer e suceder seus pais nas unidades produtivas ou mesmo seguir suas escolhas torna-se necessário refletir sobre a seguinte questão: em que medida as políticas públicas implementadas atualmente dão conta das necessidades dos jovens? Como os jovens percebem e avaliam essas políticas? Portanto, deve-se questionar e refletir sobre a efetividade das estratégias isoladas, muitas vezes conduzidas por instituições junto a este público, como por exemplo, as iniciativas que buscam de forma dissociada disponibilizar aos jovens o crédito rural ou mesmo o acesso à terra. Torna-se urgente e necessário a implementação de um conjunto de ações que englobem de forma articu-

lada, além destas acima referidas, outras dimensões da vida dos jovens, entre as quais, as questões de gênero, geração, oportunidades e acesso à educação, lazer, cultura, etc.; condizentes com as demandas e características peculiares deste grupo social.

Nesse sentido, além das “novas funções” (agroindústrias familiares, turismo rural, artesanato, produção orgânica e etc.) demandadas pela sociedade aos agricultores e suas famílias, e que de certa forma possibilita aos jovens continuar em suas unidades produtivas; é preciso também que estes sejam motivados, com participação ativa na família, nos empreendimentos que agregam valor, nas organizações nas comunidades e escolas. É imprescindível ampliar e qualificar sua participação nos diversos espaços sociais, privados e públicos, nas atividades produtivas ou associativas existentes, e isto deve ser feito quando ainda são crianças. Desse modo, a juventude pode se constituir efetivamente no público protagonista de uma transformação social nos territórios rurais, mas para isso será importante muita ação e esforço coletivo, oportunizando para (e com) esse “ator político” condições dignas no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (Coord.); SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V.M. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998. 101 p.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998a.

AGNE, C.L. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na região do Corede Jacuí Centro/RS**. 2010. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, RS.

AGUIAR, V. V.P.; STROPASOLAS, V.L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: PARRY SCOTT, R.C; MENEZES, M. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1. p.1-22.

AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: 47º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Porto Alegre. **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 2009.

ALVES, J. **A dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares**: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. 2004. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, São Paulo.

ALVES, M. **Entre o canto do galo e o apito das fábricas**: a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero/SC. 2008. 339f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Revista Novos Estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 11-15, mar. 2006.

BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 57-103.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis**, Vol. 2 nº 1 (3), jan.-julh/2005, p. 68-80.

BONI, V. **Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina**. 2005. 93f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis.

BONI, V. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. In: VII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Quito. **Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**. Quito/Equador, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 07 jun. 2011.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 205 - 227, 2004.

BRUMER, A. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 35-51.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 6 – 17, jan./jun./2008.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G.C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores na Região Sul do Brasil. In: 8º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Florianópolis. **8º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2008.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F.S. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E SOCIOLOGIA RURAL, Brasília. **Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, 2004.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Curitiba. **Anais Encontro Nacional Sobre Migração**. Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998, p.303-327.

CARMO, M.S. A Produção Familiar como *Locus* Ideal da Agricultura Sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.45, n.1, p.1-15, 1998.

CARNEIRO, M.J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95 – 118.

CARNEIRO, M.J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998a. 228 p.

CARNEIRO, M.J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, out. 1998b.

CARNEIRO, M.J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CARNEIRO, M.J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. (Orgs.) **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2002. p.223-241.

CARNEIRO, M.J; MALUF, R.S. Introdução. In: CARNEIRO, M.J; MALUF, R.S. (Orgs.) **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Coord.). **A diversidade da agricultura familiar**. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 165-185.

CARNEIRO, M.J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 53-66.

CARNEIRO, M.J.; MARTINS, M. Juventude rural e políticas públicas no Brasil. **Grain de Sel: La revue de Inter-Réseaux**, Paris, p. 23-24, mai. 2007.

CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B.; CARVALHO, J.G. **Os jovens estão indo embora?:** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CEPA/EPAGRI. CENTRO DE SOCIECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA/ EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **As Agroindústrias Rurais da Agricultura Familiar de Santa Catarina**. 2011. 17p.

Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>. Acesso em: 15 ago 2011.

DALCIN, D. **O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões/RS**. 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, RS.

EPAGRI. **Manual de referências técnico-econômicas de sistemas de produção agropecuários de Santa Catarina**. Florianópolis, 2005. p. 272-298.

EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. Programa SC Rural. Agroindústrias familiares geram renda no campo. 2010. Disponível em: <http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarNoticia.do?entity.noticiaPK.cdNoticia=5080>. Acesso em: 3 out. 2010.

EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: www.epagri.sc.gov.br/files/Manual_Operativo_03_03_2011.pdf. Acesso em: 08 set. 2011.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para agricultura familiar. In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M.C.; ANDRADE, C.C. (Orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 243-259.

GODY, C.M.T; PÉREZ, F.I.C.; WIZNIEWSKY, J.G.; GUEDES, A.C.; MORAES, C.S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: 48º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Porto Alegre. **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande/MS, 2010.

GONTIJO, C.R.B. Juventudes do campo no contexto de ruralidades a serem (re)construídas: um estudo exploratório em um acampamento dos sem-terra. In: II SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, Florianópolis-SC. **Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. 2007. p. 195-210.

GOULARTI FILHO, A. Origem e Crescimento do capital industrial – 1880 a 1945. **A formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 72 -128.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p.26-52, out. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Ed. Unicamp. Campinas, 2002. p. 1-28.

GUANZIROLI, C.E.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev./2000. 74 p.

GUANZIROLI, C.E. Agroindústria rural no Brasil: Experiências bem e mal sucedidas. **Textos para Discussão**, Universidade Federal Fluminense, n. 261, p. 1-16, abr. 2010.

GUILHOTO, J.J.M.; ICHIHARA, S.M.; SILVEIRA, F.G; AZZONI, C.R. Agricultura familiar: contribuindo para a riqueza nacional. **Revista Marco Social**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 24-29, 2007.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P.R.C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências da política pública. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, Fortaleza/CE. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção: Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social**. Fortaleza, 2007.

GNOATTO, A.A.; PERONDI, M.A.; LOSS, E.B.; POSSAMAI, E.J.; BALLESTRINI, A. Pluriatividade, Agroindústria e Agricultura familiar. In: XLII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Cuiabá. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Cuiabá, 2004. p. 436-445.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>. Acesso em: 7 dez. 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>. Acesso em: 01 de dez 2011

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2006. Disponível em: http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1. Acesso em: 27 de jul. 2010.

IEL. INSTITUTO EUVALDO LODI. Agência de Desenvolvimento Regional da AMUREL. 2003. Disponível em: http://www.labsad.ufsc.br/estudos_economia_SC/Trabalhos%20sobre%20economia%20catarinense/Estudos%20regionais/2004%2005%20-%20DTR%20-%20AMUREL%20-%202004%20-%20Completo%20-%20RV%2004.pdf. Acesso em: 01 maio 2011.

LAMARCHE, H. A exploração familiar como conceito de análise. In: LAMARCHE H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: 2 Ed. Unicamp, 1997. p. 13-33.

LAC/CEPA. LEVANTAMENTO AGROPECUÁRIO CATARINENSE. 2002-2003. Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br/Dados_do_LAC/lac_indice.htm. Acesso em: 20 set. 2010.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R.M.; AZEVEDO, L.F. A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. In: 48º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Porto Alegre. **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre/RS, 2009.

MATTEI, L.F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 1999. 166f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto da Economia, UNICAMP, Campinas.

MELO, V.L.F. **Influência das características dos sistemas de gestão no processo sucessório de unidades de produção familiares em São Luiz Gonzaga, RS**. 2003. 134f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Pós-Graduação em Agronegócios, UFSM, Porto Alegre.

MELLO, M.A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; TESTA, V.M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista Agricultura São Paulo**, São Paulo, 50 (1), p. 11-24, 2003.

MELLO, M.A. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: Migração, sucessão e celibato. In: XLIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SO-

CIOLOGIA RURAL, Fortaleza. **Anais do XLIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza, Brasília: Sober, 2006.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 2003. 288f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) - Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis.

MIOR, L.C. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil). In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, Argentina – Mar Del Plata. **Anais do IV Congresso Internacional de La Red SIAL**. Mar Del Plata, 2008. p. 1-24.

NEUBERT, E.O.; DUFLOT, J.H.; BATISTA, K.M. Evolução da estrutura fundiária e da ocupação das terras do Litoral Sul Catarinense. **Revista Ciências Humanas Criciúma**, v.6, n.1, p. 37-48, jan./jun. 2000.

NIERDELE, P.A.; WESZ JUNIOR, V.J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n.3, p. 75-102, set/dez. 2009.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; QUINTELA, S.; MENASHE, R. (Orgs). **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: SOF, 1998. p. 15-27.

PAULILO, M.I. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 179p.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindustrialização da produção como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 8, n. 32, p. 39-77, dez. 2008.

PÉREZ, F.I.C.; GODOY, C.M.T.; HILLIG, C.H. A participação da Gestão Municipal no desenvolvimento das Agroindústrias Familiares: O caso do Município de Santa Rosa/RS. In: 48º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL,

Porto Alegre. **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campo Grande/MS, 2010.

PETTAN, K.B. Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares no oeste de Santa Catarina em relação ao ambiente institucional. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 667-689, set./dez. 2005.

PREZOTTO, L. **A Agroindústria Rural de Pequeno Porte e o seu Ambiente Institucional Relativo à Legislação Sanitária**. 1999. 137f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Pós-graduação em Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis.

PREZOTTO, L.P. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.31, p.133-153, abr. 2002.

PUDELL, V.; RUPPENTHAL, J.E. A agricultura familiar, como propulsora do desenvolvimento nos pequenos municípios brasileiros. In: XII SIMPÓSIO DE ENGENHARIA E PRODUÇÃO, São Paulo. **Anais do XII Simpósio de Engenharia e Produção**. 2005.

RAITZ, T.R.; VIEIRA FILHO, O.; CIDRAL, R.M.B.; ARUTO, P.C.; SANTOS, L. Estudo de alguns indicadores do mercado de trabalho formal na mesorregião Sul Catarinense. **Florianópolis/SC: SINE-SC**, 2010.

RAMOS, G. Un acercamiento teórico a los efectos del sistema de sujeción en la incorporación de los jóvenes a la agricultura Vasca. In: VI CONGRESO VASCO DE SOCIOLOGÍA, Bilbao. **Anais do VI Congresso Vasco de Sociología**. Bilbao, 2004.

SANTOS FILHO, J.I. **Evolução e determinantes da população rural e do emprego rural não-agropecuário do Estado de SC**: período de 1991 a 2000. 2006. 150f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura de Luiz de Queiroz, ESALQ/USP.

SANTOS, J.S. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de comercialização. 2006a.

130f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis.

SCHENKEL, C.A.; MOURA, D.; ANDREATTA, T. Agroindústria Familiar: problemas e melhorias para a região do Alto Uruguai Catarinense. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Cuiabá. **Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Cuiabá, 2004. p. 1-13.

SCHNEIDER, S. O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro: uma apreciação do estudo da OIT. **Série Documentos (FETAG/RS)**, Porto Alegre, v. 1, p. 8 - 31, 01 jan. 2005.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil. Proposta de tipologia e sugestões políticas. In: XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Fortaleza. **Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Fortaleza, 2006. p. 1-24.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SILVA, R.N.; CAPELO, M.R.C. **Juventude do campo e políticas públicas**: algumas reflexões de um texto em construção. *Colloquium Humanarum*, v. 3, n. 1, p. 36-48, 2005.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SOUZA, P.M.; FORNAZIER, A.; PONCIANO, N.J.; NEY, M.G. Agricultura Familiar Versus Agricultura Não-Familiar: uma Análise das Diferenças nos Financiamentos Concedidos no Período de 1999 a 2009. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, p. 105-124, 2011.

SPANEVERELLO, R.M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Londrina. **Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração, e Sociologia Rural**. Londrina, 2007. p. 1-19

SPANEVERELLO, R.M.; LAGO, A. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. In: XLVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Porto Alegre. **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco, 2008.

SPANEVERELLO, R.M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008a. 223f. Tese (Doutor em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Rio Grande do Sul.

SPANEVERELLO, R.M.; LAGO, A. As possibilidades sucessórias na agricultura familiar segundo a percepção e estímulo dos agricultores. In: 47º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Porto Alegre. **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre/RS, 2009.

STROPASOLAS, V.L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 346 p.

STROPASOLAS, V.L. Processos de socialização das crianças nas comunidades rurais. In: IV ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, Curitiba. **Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político**. Curitiba, 2010. p. 1-14.

STROPASOLAS, V.L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Paraná, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

TEDESCO, J.C. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p.107-145.

TURNES, V.A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 155-194, jan-abr/2008.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/areas/dsocial/areastematicas/juventude>. Acesso em: 10.set.2011.

VEIGA, J.E. Introdução. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2 Ed. Editora: Autores Associados, Campinas, São Paulo, 2003 .p 29-53.

VIEIRA, L.F. Agricultura e Agroindústria Familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília – DF, ano. VII, n. 01, p. 14-31, jan./fev./mar. 1998.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 23-56.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p.87-146, out. 2000.

WANDERLEY, M.N.B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21–33.

WEISHEIMER, N. Os Jovens Agricultores como Categoria Sociológica. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Sociologia e Conhecimento: Além das Fronteiras, Campinas/SP. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2003.p. 1-21.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro Escadinhas, Feliz/RS**. 2004. 208f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia, IFCH/UFRGS, RS.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 73 p.

WEISHEIMER, N. Jovens Agricultores: intersecções entre relações sociais de gênero e projetos profissionais. In: 7º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Florianópolis. **7º Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2006.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 311f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Rio Grande do Sul.

WESZ JUNIOR, V.J.; TRENTIN, I.C.L. Análise territorial e representativa das agroindústrias familiares de cachaça nas Missões/RS. **Revista Eletrônica de Administração da UFPA**, Lavras, v. 9, p. 164-174, 2007.

WESZ JUNIOR, V.J.; TRENTIN, I.C.L.; FILIPPI, E.E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Vol. 6, n. 63, p. 59-85, jul./dez., 2008.

WESZ JUNIOR, V.J. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? **Mundo Agrário**, vol. 9, nº 18, 1º sem. 2009.

WESZ JUNIOR, V.J. Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar. **Agroalimentaria**, Caracas, v. 15, n. 28, p. 25-34, 2009b.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos/Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 212 p.

ZORZI, A. Uma análise crítica do empoderamento das mulheres rurais: o caso do Pronaf-mulher em dois municípios do Rio Grande do Sul. In: 8º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Florianópolis. **8º Seminário Internacional Fazendo Gênero**: Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008.

APÊNDICE

Entrevista semi-estruturada utilizada na pesquisa de campo

Município:

a) Questões dirigidas aos pais

1. Composição familiar:

Parentesco	Nome	Idade	*Grau de instrução	Mora na prop.?	Descendência	Religião
Pai						
Mãe						
Filh@						
Filh@						

* Grau de instrução:

- | | |
|--|-------------------------------|
| 01. Lê/escreve, mas não freqüentou a escola. | 06. Não alfabetizado |
| 02. 1° grau incompleto | 07. 3° grau incompleto |
| 03. 1° grau completo | 08. 3° grau completo ou mais. |
| 04. 2° grau incompleto | |
| 05. 2° grau completo | |

1.1 Qual o número total de filh@(s)?

Um Dois Três Quatro Cinco

1.2 Dos jovens que não permaneceram na propriedade:

Quem saiu (rapaz/moça)?

Com que idade?

Motivo da saída?

Retornou?

2. Informações gerais do pequeno empreendimento:

2.1 Quem é o responsável pela agroindústria?

O marido O rapaz

A esposa A moça

O casal

2.2 A propriedade está em nome de quem?

Do marido Do rapaz

Da esposa Da moça

Do casal Outro

2.3 Tamanho da propriedade:
 < 2ha 11 a 20ha
 2 a 5ha 21 a 50ha
 6 a 10ha

2.4 Organização social das agroindústrias/aspecto legal:
 Individual/Familiar Formal
 Grupo/Associativa Informal

2.5 Origem da principal matéria-prima:
 Panificados Vegetal Animal

2.6 Qual é a principal matéria-prima processada na agroindústria? No ramo de origem animal possui SIM ou SIE?

2.7 Procedência da matéria-prima?
 Própria
 Própria e ingredientes terceirizados Terceirizada parentes/vizinhos

2.8 O processo de produção envolve quais membros da família?
 O marido O rapaz
 A esposa A moça
 O casal Todos

2.9 Emprega mão-de-obra na agroindústria?
 Sim Temporariamente Não

2.10 Qual é a quantidade produzida/mês?

2.11 Qual a renda bruta/mês considerando apenas a agroindustrialização?
 1 salário mínimo 3 salários mínimos
 2 salários mínimos Acima de 3 salários mínimos

3. Outras fontes de renda da propriedade (Ordem de importância)

Produção animal (sim/não)	Ordem	Produção vegetal (sim/não)	Ordem	Produção vegetal (sim/não)	Ordem	Outras rendas	Ordem
Bovino		Milho		Arroz		Aposen.	
Suíno		Feijão		Frutas		Assalar.	
Aves		Soja		Horta		Agroind.	
Piscicult.		Trigo		Outros			

3.1 Se parte da fonte de renda é oriunda do assalariamento, qual profissão?

**4. Por que vocês iniciaram nessa atividade, produzindo este produto?
(Resgate histórico/trajetória – “saber-fazer”)**

5. Tem acesso a crédito
 Sim, Fonte: _____ Não
6. Estão conseguindo pagar o financiamento?
 Sim Não
7. Recebe assistência técnica na agroindústria? De quem?
 Toda semana a cada 3 meses
 de 15 em 15 dias não recebe
 1 vez por mês Quando procura

8. Na medida em que o responsável pela propriedade for diminuindo a carga de trabalho, haveria alguém para assumir a propriedade e a agroindústria? Como está sendo pensada essa transição? (explorar depoimentos)

- Não pensaram a respeito
 Deverá ser dividida entre os filhos. Quem assumirá? _____
 Outro

b) Questões dirigidas aos jovens

9. Aspectos observados:

9.1 Participação dos jovens nas etapas de agroindustrialização

<i>Etapas</i>	<i>Qtos dias/semana trabalha?</i>	<i>Qtas horas trabalha/dia?</i>	<i>Trabalha nos finais de semana?</i>
i. Produção da matéria-prima	Todos os dias <input type="checkbox"/> De 5 a 6 dias <input type="checkbox"/> De 3 a 4 dias <input type="checkbox"/> De 1 a 2 dias <input type="checkbox"/>	Menos de 1h <input type="checkbox"/> De 3 a 4h <input type="checkbox"/> De 5 a 6h <input type="checkbox"/> Acima de 6h <input type="checkbox"/>	Sempre <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Não trabalha <input type="checkbox"/>
ii. Beneficiamento	Todos os dias <input type="checkbox"/> De 5 a 6 dias <input type="checkbox"/> De 3 a 4 dias <input type="checkbox"/> De 1 a 2 dias <input type="checkbox"/>	Menos de 1h <input type="checkbox"/> De 3 a 4h <input type="checkbox"/> De 5 a 6h <input type="checkbox"/> Acima de 6h <input type="checkbox"/>	Sempre <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Não trabalha <input type="checkbox"/>
iii. Comercialização	Todos os dias <input type="checkbox"/> De 5 a 6 dias <input type="checkbox"/> De 3 a 4 dias <input type="checkbox"/> De 1 a 2 dias <input type="checkbox"/>	Menos de 1h <input type="checkbox"/> De 3 a 4h <input type="checkbox"/> De 5 a 6h <input type="checkbox"/> Acima de 6h <input type="checkbox"/>	Sempre <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Não trabalha <input type="checkbox"/>
iv. Administração do empreendimento	Todos os dias <input type="checkbox"/> De 5 a 6 dias <input type="checkbox"/> De 3 a 4 dias <input type="checkbox"/> De 1 a 2 dias <input type="checkbox"/>	Menos de 1h <input type="checkbox"/> De 3 a 4h <input type="checkbox"/> De 5 a 6h <input type="checkbox"/> Acima de 6h <input type="checkbox"/>	Sempre <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Não trabalha <input type="checkbox"/>

9.2 Grau de satisfação

<i>Etapas</i>	<i>Grau de satisfação na ativid. Desenv. na Agro</i>	<i>Justificativa pela satisfação ou insatisfação (explorar depoimentos)</i>
i. Produção da matéria-prima	Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito <input type="checkbox"/> Não está envolvido <input type="checkbox"/>	i.
ii. Beneficiamento	Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito <input type="checkbox"/> Não está envolvido <input type="checkbox"/>	ii.
iii. Comercialização	Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito <input type="checkbox"/> Não está envolvido <input type="checkbox"/>	iii.
iv. Administração do empreendimento	Satisfeito <input type="checkbox"/> Insatisfeito <input type="checkbox"/> Não está envolvido <input type="checkbox"/>	iv.

9.3 Autonomia

<i>Etapas</i>	<i>Em relação às etapas, quais você tem mais autonomia?</i>	<i>O que gostaria de fazer ou mudar nas diferentes etapas?</i>
i. Produção da matéria-prima	Decide <input type="checkbox"/> Opina mais <input type="checkbox"/> Opina menos <input type="checkbox"/> Não opina <input type="checkbox"/>	i.
ii. Beneficiamento	Decide <input type="checkbox"/> Opina mais <input type="checkbox"/> Opina menos <input type="checkbox"/> Não opina <input type="checkbox"/>	ii.
iii. Comercialização	Decide <input type="checkbox"/> Opina mais <input type="checkbox"/> Opina menos <input type="checkbox"/> Não opina <input type="checkbox"/>	iii.

iv. Administração do empreendimento	Decide	<input type="checkbox"/>	iv.
	Opina mais	<input type="checkbox"/>	
	Opina menos	<input type="checkbox"/>	
	Não opina	<input type="checkbox"/>	

9.4 Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado na agroindústria?

- Os pais e filhos(as) dividem o rendimento
 Recebe um salário fixo por mês
 Rapaz recebe por semana
 Moça recebe por semana
 Não recebe, renda administrada pelo chefe de família

9.5 Conforme cada etapa, quem está envolvido na tomada de decisão final?

(i, ii, iii, iv)

- O marido O casal com os filhos(as)
 A esposa O rapaz
 O casal A moça

10. O que mais gosta de fazer na agroindústria?

11. Quanto a divisão do trabalho, você trabalha nessa atividade porque quer (tem afinidade) ou porque foi “direcionado” por seus pais a trabalhar nisso?

12. De quem foi a ideia da implantação da agroindústria familiar na propriedade?

- Decisão em conjunto da família
 Decisão somente dos pais
 Jovem teve grande influência na tomada de decisão

13. Como está sendo discutida a transição do processo sucessório na sua família?

14. Você tem vontade de permanecer no meio rural diante da possibilidade de continuar a trabalhar na agroindústria familiar? Tem mais perspectivas? Justifique-se.